

ÍNDICE

6.4 -	Caracterização dos Aspectos do Meio Socioeconômico	1/544
6.4.1 -	Considerações Gerais	1/544
6.4.1.1 -	Áreas de Estudo para o Meio Socioeconômico	3/544
6.4.1.2 -	Metodologia e Aspectos da Pesquisa	6/544
6.4.1.2.1 -	Levantamento de Dados Secundários	6/544
6.4.1.2.2 -	Roteiro para Pesquisa de Campo.....	7/544
6.4.1.2.3 -	Reconhecimento da Área de Influência Direta - Traçado da LT	9/544
6.4.1.2.4 -	Apresentação do Diagnostico Socioeconômico.....	11/544
6.4.2 -	Aspectos Geopolíticos da Área de Abrangência Regional (ARR).....	15/544
6.4.2.1 -	Histórico de Ocupação Regional (AAR)	15/544
6.4.2.2 -	Importância Estratégica do Território Amazônico: Projetos e ZEE....	19/544
6.4.2.3 -	Planos e Programas na Área de Abrangência Regional - AAR	24/544
6.4.2.3.1 -	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil	24/544
6.4.2.3.2 -	Plano Amazônia Sustentável - PAS.....	26/544
6.4.2.3.3 -	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia - PROAMBIENTE	28/544
6.4.2.3.4 -	Programa Bolsa Família.....	30/544
6.4.2.3.5 -	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	31/544
6.4.2.3.6 -	Programa Brasil Quilombola	31/544
6.4.2.3.7 -	Programa de Apoio à Elaboração dos Planos Diretores Municipais do Estado do Pará (PDM - Pará).....	32/544
6.4.2.3.8 -	Planos e Programas na Área Influência Direta	32/544

6.4.3 -	Demografia, Estrutura Produtiva e Malha Urbana.....	35/544
6.4.3.1 -	Histórico de Ocupação na Área de Influência Indireta.....	35/544
6.4.3.1.1 -	Histórico de Ocupação no Estado do Pará.....	35/544
6.4.3.1.2 -	Histórico dos Municípios da Área de Influência Indireta - Pará.....	41/544
6.4.3.1.3 -	Histórico de Ocupação do Estado do Amapá.....	48/544
6.4.3.1.4 -	Histórico dos Municípios da Área de Influência Indireta - Amapá.....	52/544
6.4.3.1.5 -	Uso e Ocupação do Solo dos municípios atravessados pela LT.....	55/544
6.4.3.1.6 -	Dados Gerais e Desmatamento.....	62/544
6.4.3.1.7 -	Estrutura Fundiária.....	67/544
6.4.3.1.8 -	Instrumentos de Gestão Territorial dos Municípios.....	74/544
6.4.3.2 -	Dinâmica de Circulação.....	80/544
6.4.3.2.1 -	Via Terrestre.....	80/544
6.4.3.2.2 -	Ramais ou Estradas Vicinais.....	84/544
6.4.3.2.3 -	Via Fluvial.....	85/544
6.4.3.2.4 -	Serviços de Transporte.....	87/544
6.4.3.3 -	Hierarquia Urbana Região: Pólos Regionais e Locais.....	90/544
6.4.3.3.1 -	Metrópoles.....	93/544
6.4.3.3.2 -	Capitais Regionais.....	95/544
6.4.3.3.3 -	Centro Sub-regional.....	95/544
6.4.3.3.4 -	Centro Local.....	96/544
6.4.3.3.5 -	Outras Centralidades.....	99/544
6.4.3.4 -	Aspectos Demográficos e Populacionais.....	99/544
6.4.3.4.1 -	Área de Influência Indireta - Pará.....	100/544

6.4.3.4.1.1 -	Concentração e Crescimento Populacional.....	100/544
6.4.3.4.1.2 -	Distribuição da População e Situação do Domicílio	103/544
6.4.3.4.1.3 -	Composição da População por Sexo de Grupos de Idade.....	105/544
6.4.3.4.1.4 -	Evolução dos Indicadores Sociais: Esperança de Vida ao Nascer e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	108/544
6.4.3.4.2 -	Área de Influência Indireta - Amapá	109/544
6.4.3.4.2.1 -	Concentração e Crescimento Populacional.....	109/544
6.4.3.4.2.2 -	Distribuição da População e Situação do Domicílio	111/544
6.4.3.4.2.3 -	Composição da População por Sexo e Grupos de Idade	114/544
6.4.3.4.2.4 -	Evolução dos Indicadores Sociais: Esperança de Vida ao Nascer e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	117/544
6.4.4 -	Organização Social, Serviços Públicos e Vulnerabilidades	118/544
6.4.4.1 -	Saneamento Básico	119/544
6.4.4.1.1 -	Área de Influência Indireta - Pará	120/544
6.4.4.1.1.1 -	Abastecimento de Água	120/544
6.4.4.1.1.2 -	Esgotamento Sanitário.....	121/544
6.4.4.1.1.3 -	Destino do Lixo	122/544
6.4.4.1.1.4 -	Saneamento Ambiental	124/544
6.4.4.1.1.5 -	Serviços de Energia e Telecomunicação	125/544
6.4.4.1.2 -	Área de Influência Indireta - Amapá	125/544
6.4.4.1.2.1 -	Abastecimento de Água	125/544
6.4.4.1.2.2 -	Esgotamento Sanitário.....	126/544
6.4.4.1.2.3 -	Destino do Lixo	127/544
6.4.4.1.2.4 -	Saneamento Ambiental	128/544
6.4.4.1.2.5 -	Serviços de Energia e Telecomunicação	129/544
6.4.4.2 -	Saúde	130/544

6.4.4.2.1 -	Área de Influência Indireta - Pará	132/544
6.4.4.2.1.1 -	Serviços de Saúde	132/544
6.4.4.2.1.2 -	Incidência de Endemias	137/544
6.4.4.2.2 -	Área de Influência Indireta - Amapá	144/544
6.4.4.2.2.1 -	Serviços de Saúde	144/544
6.4.4.2.2.2 -	Incidência de Endemias	148/544
6.4.4.3 -	Educação	151/544
6.4.4.3.1 -	Área de Influência Indireta - Pará	152/544
6.4.4.3.2 -	Área de Influência Indireta - Amapá	156/544
6.4.4.4 -	Segurança Pública.....	161/544
6.4.4.4.1 -	Área de Influência Indireta - Pará	161/544
6.4.4.4.2 -	Área de Influência Indireta - Amapá	161/544
6.4.4.5 -	Infra-estrutura.....	161/544
6.4.4.5.1 -	Acesso Rodoviário	161/544
6.4.4.5.2 -	Acesso Ferroviário.....	165/544
6.4.4.5.3 -	Acesso Fluvial e Portos	166/544
6.4.4.5.4 -	Acessos Aéreos.....	170/544
6.4.4.6 -	Organização Social.....	171/544
6.4.4.6.1 -	Migração e Deslocamento	171/544
6.4.4.6.2 -	Os Conflitos Agrários e Tensões Sociais.....	173/544
6.4.4.6.3 -	Antecedentes Históricos.....	174/544
6.4.4.6.4 -	Os Conflitos Agrários no Presente	176/544
6.4.4.6.5 -	Conflitos Agrários na Região do Sul do Amapá.....	176/544
6.4.4.6.6 -	Os Assentamentos Rurais no Estado do Amapá	186/544
6.4.4.6.7 -	Conflitos Agrários no Estado do Pará.....	188/544
6.4.4.6.8 -	Assentamentos Rurais Localizados no Pará (All).....	189/544

6.4.5 -	Atividades Econômicas, Mercado de Trabalho e Finanças Públicas	190/544
6.4.5.1 -	Área de Influência Indireta - Pará.....	191/544
6.4.5.1.1 -	Composição do Produto Interno Bruto (PIB) por Setor da Economia	191/544
6.4.5.1.2 -	Finanças Públicas.....	203/544
6.4.5.1.3 -	Emprego	203/544
6.4.5.2 -	Área de Influência Indireta - Amapá	204/544
6.4.5.2.1 -	Composição do Produto Interno Bruto (PIB) por Setor da Economia	204/544
6.4.5.2.2 -	Finanças Públicas.....	213/544
6.4.5.2.3 -	Emprego	214/544
6.4.6 -	Populações Indígenas, Quilombolas e Tradicionais	215/544
6.4.6.1 -	Povos Indígenas	216/544
6.4.6.1.1 -	Grupos Étnicos na All	219/544
6.4.6.1.1.1 -	Tronco Linguístico Caribe	220/544
6.4.6.1.1.2 -	Tronco Linguístico Tupi-Guarani	222/544
6.4.6.1.2 -	Ocupação Territorial e Organização Social dos Povos Indígenas.....	224/544
6.4.6.1.3 -	Terras Indígenas na All	227/544
6.4.6.2 -	Comunidades Tradicionais.....	233/544
6.4.6.2.1 -	Comunidades Remanescentes de Quilombo.....	236/544
6.4.6.2.1.1 -	Processo Histórico.....	236/544
6.4.6.2.1.2 -	Comunidades Remanescentes de Quilombos nos Municípios da All	244/544
6.4.6.2.1.3 -	Comunidades Remanescentes de Quilombos na Área Influência Direta.....	248/544
6.4.6.2.1.4 -	Aspectos Culturais.....	248/544

6.4.6.2.1.5 -	Quilombo do Rosa	249/544
6.4.6.2.1.6 -	Quilombo Ilha Redonda	250/544
6.4.6.2.1.7 -	Comunidade do Torrão do Matapi	252/544
6.4.6.2.1.8 -	Comunidade de Campina Grande	254/544
6.4.6.2.1.9 -	Comunidade do Curralinho.....	256/544
6.4.6.2.1.10 -	Comunidade de Curiaú	257/544
6.4.6.2.2 -	Comunidades Extrativistas	258/544
6.4.6.2.2.1 -	Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex do Cajari)	260/544
6.4.6.2.3 -	Comunidades Ribeirinhas.....	267/544
6.4.7 -	Dinâmica e Uso do Território na Área Atravessada pela LT	270/544
6.4.7.1 -	Dinâmicas e Classificações Locais do Território.....	270/544
6.4.7.1.1 -	Povoados.....	272/544
6.4.7.1.2 -	Quilômetros	273/544
6.4.7.1.3 -	Retiros ou Sítios	273/544
6.4.7.1.4 -	Fazendas	275/544
6.4.7.1.5 -	Assentamentos Rurais e Assentamentos Agroextrativistas.....	278/544
6.4.7.1.6 -	Projetos Integrados de Colonização - PICs	282/544
6.4.7.1.7 -	Projeto Jari.....	285/544
6.4.7.1.8 -	Expansão Urbana / Loteamentos	287/544
6.4.7.2 -	Caracterização dos Usos: Sistema de Produção Rural na AID	289/544
6.4.7.2.1 -	A Agricultura de Subsistência.....	290/544
6.4.7.2.2 -	Sistema: Várzea - Terra Firme	293/544
6.4.7.2.3 -	Exploração Extrativista	296/544
6.4.7.2.3.1 -	Exploração da Castanha do Brasil (Castanha do Pará ou Castanha da Amazônia).....	298/544

6.4.7.2.4 -	Agropecuária Extensiva e Silvicultura	303/544
6.4.7.2.5 -	Pesca	306/544
6.4.7.3 -	Principais Culturas Plantadas na Região e Dieta dos Moradores	309/544
6.4.8 -	Descrição do Território Atravessado pela LT.....	313/544
6.4.8.1 -	Considerações Iniciais	313/544
6.4.8.1.1 -	Trecho 01: Oriximiná - Alenquer	314/544
6.4.8.1.1.1 -	Município de Oriximiná	318/544
6.4.8.1.1.2 -	Município de Óbidos.....	319/544
6.4.8.1.1.3 -	Município de Curuá.....	324/544
6.4.8.1.1.4 -	Povoados Situados nos Limites Territoriais dos Municípios de Curuá e Alenquer	325/544
6.4.8.1.1.5 -	Município de Alenquer	329/544
6.4.8.1.2 -	Trecho 02: Monte Alegre - Prainha	333/544
6.4.8.1.2.1 -	Município de Monte Alegre.....	336/544
6.4.8.1.2.2 -	Município de Prainha.....	342/544
6.4.8.1.3 -	Trecho 03: Prainha - Almeirim	345/544
6.4.8.1.3.1 -	Município de Prainha.....	348/544
6.4.8.1.3.2 -	Município de Almeirim.....	349/544
6.4.8.1.4 -	Trecho 04: Almeirim - Laranjal do Jari	358/544
6.4.8.1.4.1 -	Município de Almeirim.....	360/544
6.4.8.1.4.2 -	Município de Laranjal do Jari.....	363/544
6.4.8.1.5 -	Trecho 05: Laranjal do Jari - Mazagão	370/544
6.4.8.1.5.1 -	Município de Laranjal do Jari.....	373/544
6.4.8.1.5.2 -	Município de Mazagão	381/544
6.4.8.1.6 -	Trecho 06: Mazagão - Macapá	390/544

6.4.8.1.6.1 -	Município de Mazagão	393/544
6.4.8.1.6.2 -	Município de Santana	396/544
6.4.8.1.6.3 -	Município de Macapá.....	398/544
6.4.9 -	Pontos de Relevante Interesse Social na AID.....	405/544
6.4.9.1 -	Pontos de Relevante Interesse Social Próximos à Faixa de Servidão .	407/544
6.4.10 -	Síntese Conclusiva.....	408/544
6.4.10.1 -	Padrões de Ocupação.....	409/544
6.4.10.2 -	Comunidades Negras	409/544
6.4.10.3 -	Intervenções da Faixa de Servidão nas Áreas de Plantio das Comunidades	410/544
6.4.11 -	Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural	411/544
6.4.11.1 -	Introdução.....	411/544
6.4.11.2 -	Apresentação e Objetivos	412/544
6.4.11.3 -	Contextualização Arqueológica	414/544
6.4.11.4 -	Contextualização Histórica	421/544
6.4.11.4.1 -	Os Povos Indígenas Remanescentes	421/544
6.4.11.4.1.1 -	Etnias Indígenas da Região.....	423/544
6.4.11.4.1.2 -	As Comunidades Quilombolas.....	428/544
6.4.11.4.2 -	Contexto Histórico - Pará e Amapá.....	438/544
6.4.11.4.2.1 -	O Estado do Pará	438/544
6.4.11.4.2.2 -	Municípios Abrangidos pelo Empreendimento	445/544
6.4.11.4.2.3 -	O Estado do Amapá	457/544
6.4.11.4.2.4 -	Municípios Abrangidos pelo Empreendimento	462/544
6.4.11.4.3 -	Contexto Arqueológico da Região Amazônica.....	484/544
6.4.11.5 -	O Patrimônio Arqueológico Pré-Histórico	490/544

6.4.11.5.1 -	Fases e Tradições Ceramistas do Pará e Amapá	490/544
6.4.11.5.2 -	O Material Lítico da Região Amazônica	497/544
6.4.11.5.3 -	O Grafismo Rupestre da Região Amazônica	504/544
6.4.11.5.4 -	O Patrimônio Arqueológico Histórico.....	508/544
6.4.11.5.4.1 -	Os Fortes Militares	509/544
6.4.11.5.4.2 -	Os Aldeamentos Jesuíticos.....	517/544
6.4.11.5.4.3 -	Estruturas de Queima: Fornos, Fornalhas e Fogões	519/544
6.4.11.5.5 -	Patrimônio Arqueológico Existente na All	529/544
6.4.11.5.5.1 -	Estado do Pará	529/544
6.4.11.5.5.2 -	Estado do Amapá	541/544
6.4.11.6 -	Recomendações	544/544

ANEXOS

Anexo 1 - Partes Interessadas no Empreendimento

Anexo 2 - Relação dos Sítios Arqueológicos Existentes na Área de Abrangência da LT 230 kV Jurupari
- Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná

6.4.11 - Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural

6.4.11.1 - Introdução

Este Diagnóstico tem por objetivo cumprir rigorosamente a legislação pertinente, no que concerne ao estudo e proteção do patrimônio arqueológico brasileiro, principalmente no tocante à Portaria nº 007/1988 do SPHAN e Portaria nº 230/2002 do IPHAN, que tratam diretamente das ações de Arqueologia Preventiva nos empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico da nação.

Encontra-se dividido em duas partes principais: a primeira destinada ao estudo do contexto histórico e cultural dessa área, e a segunda destinada ao estudo do patrimônio arqueológico da região, demonstrando a potencialidade de ocorrência de sítios arqueológicos na área de influência das Linhas de Transmissão 500 kV Jurupari - Oriximiná e 230 kV Jurupari - Laranjal do Jari - Macapá, denominada para este Estudo de Impacto Ambiental, como LT 230 kV Jurupari - Laranjal -- Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná.

No **Anexo 2**, encontra-se a lista de sítios registrados junto ao CNSA/IPHAN, localizados na região de abrangência do empreendimento.

Para a confecção do mesmo, recorreu-se às seguintes fontes:

- Bibliografia e publicações especializadas (livros, artigos em periódicos e anais de eventos científicos), relativas às pesquisas arqueológicas realizadas nos municípios atravessados pela LT;
- *Sites* especializados na internet sobre arqueologia, etnografia, etno-história e história regional;
- Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN;
- Demais referências nos acervos e Bibliotecas da UFSM e do LEPA; e
- Prefeituras, Bibliotecas Públicas, Câmara de Vereadores, Museus, Escolas e demais instituições existentes nos municípios abrangidos.

O Diagnóstico esboçado apresenta uma síntese dos conhecimentos existentes e disponíveis para pesquisa.

O mesmo foi realizado de forma não interventiva, pois, conforme orienta a Portaria nº. 230/2002 do IPHAN, a necessidade de ser providenciado levantamento arqueológico de campo pelo menos na área de influência direta, refere-se a áreas arqueologicamente desconhecidas, pouco ou mal conhecidas, que não permitam inferências sobre a área de intervenção do empreendimento.

A região em estudo apresenta material de pesquisa em quantidade suficiente para que seja possível esboçar um Diagnóstico de Dados Secundários com informações significativas do contexto geral da área, possibilitando elaborar um parecer sobre a necessidade, na sequência de atividades previstas na legislação, de outras ações de Arqueologia Preventiva.

6.4.11.2 - Apresentação e Objetivos

Este Diagnóstico de Dados Secundários tem como objetivo apresentar os vestígios (cultura material) deixados por populações pré-históricas nos estados do Pará e Amapá e populações contemporâneas (históricas) em sítios arqueológicos¹.

Os principais trabalhos arqueológicos desenvolvidos até o momento demonstram a diversidade e a riqueza arqueológica dos estados atravessados pelo empreendimento, compreendendo sítios arqueológicos do período pré-colonial (os mais antigos datam de aproximadamente 30.000 antes do presente) e colonial².

O grafismo rupestre é outra característica da vida histórico-cultural dessa região, assim como os artefatos resgatados em trabalhos arqueológicos e o mosaico de sociedades indígenas sobreviventes.

Tendo-se em vista essa expressividade histórico-arqueológica, é possível descrever o povoamento desses estados a partir de sua cultura material³. Nesse sentido, a primeira parte deste

¹ Os sítios arqueológicos podem ser definidos “como a menor unidade do espaço, passível de investigação, contendo objetos culturais, intencionais, no sentido de produzidos ou rearranjados, que testemunham as ações de sociedades do passado” (MORAIS, 1999). Ou seja, a caracterização de uma área como um sítio arqueológico pressupõe a localização de evidências humanas pretéritas associadas aos componentes físicos da paisagem. (MILDER, 2000).

² No Pará são registrados, junto ao Banco de Dados do IPHAN, 981 sítios arqueológicos. Desses, 150 se encontram nos municípios abrangidos pela LT: 01 em Almeirim; 12 em Prainha; 19 em Monte Alegre; 05 em Alenquer; 01 em Óbidos e 112 em Oriximiná. No Estado do Amapá são registrados 176 sítios arqueológicos. Desses, 76 se encontram nos municípios abrangidos pela LT: 23 no Macapá; 05 em Santana e 48 em Mazagão.

³ Cultura Material é uma expressão usada para definir objetos de estudos arqueológicos. Apesar da denominação, tais objetos não se restringem as suas características físicas ou materiais; possuem, pelo contrário, dimensões imateriais, espaciais, temporais e sociais. Como exemplos, podemos citar: cerâmicas, líticos, sítios arqueológicos, pegadas, reminiscências estruturais, indícios de fogueiras, estradas, etc.

diagnóstico tem por objetivo apresentar um panorama geral sobre a ocupação arqueológica desses estados, dando ênfase para os municípios que são diretamente atingidos pelo traçado da LT. A segunda parte tem por objetivo descrever os principais aspectos históricos e culturais desses locais. A terceira parte apresenta o Diagnóstico do Potencial Arqueológico existente na Área de Influência Indireta da LT e as Recomendações referentes às medidas a serem tomadas para a proteção do patrimônio cultural material local.

Pode-se dizer que Neves (1999) divide a pesquisa arqueológica na Amazônia em dois períodos: o primeiro inicia-se na segunda metade do século XIX e chega até a Segunda Guerra Mundial. Já o segundo período tem início no pós-guerra e chega aos dias atuais. Neves também reconhece que as coleções de peças arqueológicas provindas dos sítios da Amazônia estão nos museus espalhados pelo mundo desde o século XIX, inclusive a cerâmica Marajoara, que sempre despertou o interesse de pesquisadores, colecionadores e contrabandistas.

Segundo Moraes (2006), é também desse período o início das escavações em busca de vestígios das populações extintas do território amazônico. Em 1857, Barbosa Rodrigues pesquisou sítios arqueológicos nos vales dos rios Tapajós, Jamundá, Trombetas, Urubu, entre outros (Barreto & Machado, 2001:246).

De acordo com Brochado (1982), as primeiras incursões aos sítios arqueológicos tinham principalmente o objetivo de adquirir peças inteiras, principalmente decoradas. As cerâmicas que mais atraíram a atenção dos exploradores foram as finamente decoradas, como por exemplo, as cerâmicas Marajoara, Santarém, Cunani e Miracanguera.

É no século XIX que começa a exploração arqueológica da ilha de Marajó. Ferreira Penna, em 1871, realiza explorações no aterro do Pacoval (Barreto, 1992:207) e também identificou sambaquis fluviais no rio Pará e os famosos cemitérios Maracá no Amapá. A partir de então, os sítios se tornaram conhecidos, atraindo exploradores que realizaram coletas nos locais já identificados e também foram em busca de novos dados.

Conforme Moraes (2006), Charles Frederick Hartt e seu assistente W. S. Barnard e os norte-americanos J. B. Steere e O. Derby foram guiados por Ferreira Penna em escavações em diferentes regiões da Amazônia. Ferreira Penna foi também quem reuniu os primeiros esforços para a criação de leis de proteção aos sítios arqueológicos e à proibição da saída de peças do Brasil (Barreto, 1992).

Segundo Barreto (1992), os primeiros exploradores também estavam interessados em interpretar a origem das culturas e estabelecer sequências regionais para os sítios explorados. Steere, Penna e Ladislau Netto, observaram diferenças nos estratos do aterro Pacoval, percebendo que havia mudanças no estilo do material resgatado.

Foi com Curt Nimuendajú, entre 1923 e 1926, que as evidências de grandes sítios arqueológicos na região amazônica foram identificadas, inclusive os sítios com cerâmica dos antigos Tapajó. De acordo com Barreto (1992), as pesquisas em Santarém, Alter do Chão e Samaúma revelaram 65 sítios, o que não representava nem a metade dos sítios pertencentes a essa cultura. Podemos dizer que os resultados das pesquisas de Nimuendajú só foram publicados recentemente (Nimuendajú, 2004). Mas, anteriormente, seus dados foram e vem sendo utilizados por muitos pesquisadores que vieram depois dele.

Nordenskiöld (1930) propõe que os traços comuns entre as cerâmicas Santarém e as da América Central e Antilhas seriam as cabeças de pássaros modeladas, os vasos trípodas, a representação de cariátides e os ornamentos zoomórficos de rãs em posição de salto. Já em 1939, Helen C. Palmatary, dá início aos estudos descritivos de coleções arqueológicas da Amazônia, tentando organizar uma tipologia dos vasos cerâmicos.

6.4.11.3 - Contextualização Arqueológica

Podemos falar conforme Moraes (2006) que as duas hipóteses conhecidas na literatura das pesquisas arqueológicas na Amazônia foram então desenvolvidas para explicar o significado dos vestígios dos grandes assentamentos. Estes sítios seriam os grandes aterros de Marajó e os sítios identificados por Nimuendajú, que supostamente seriam o resultado de ocupações com grandes densidades demográficas e um nível de complexidade social elevado.

Foi na década de 1940 que os antropólogos norte-americanos Robert Lowie (1948) e Julian Steward elaboraram o conceito de cultura de “floresta tropical”. Segundo Moraes (2006), este conceito trazia limitações ecológicas no ambiente tropical, o que impossibilitava o crescimento demográfico e o desenvolvimento de sociedades complexas. De acordo com Steward, houve uma migração de populações sub-andinas de nível cultural denominado “*circum-caribe*”, que saíram do noroeste da América do Sul em direção ao litoral Atlântico.

Steward (1948) fala que esses povos teriam chegado à foz do rio Orinoco e se separado em dois grupos. Moraes (2006) argumenta que um teria ido para as Antilhas, mantendo assim o padrão

cultural tradicional, e o outro grupo teria chegado à foz do rio Amazonas e subido o rio continente adentro, embrenhando-se na floresta tropical.

De acordo com a bibliografia pesquisada, o ambiente tropical impossibilitou o grupo de manter seu padrão cultural, pois conforme Moraes (2006) os solos pobres teriam impedido de praticar agricultura intensiva, e isto motivou esses povos a abandonarem suas características mais complexas, como chefia, cultos etc.

Steward (1948) então, teria criado este conceito denominado “de floresta tropical” em função do ambiente tropical como forma de explicar o povoamento do território da floresta tropical amazônica.

Já no final da década de 50, o casal de arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers vem para o Brasil para escavar no rio Amazonas e assim obter dados de trabalhos de campo para testar o modelo criado por Steward, já que o padrão de sofisticação da cerâmica e a “monumentalidade” dos sítios encontrados na ilha de Marajó seria uma anomalia dentro do modelo proposto para a Amazônia (Moraes, 2006).

Segundo Moraes (2006), Meggers e Evans interpretaram os vestígios arqueológicos de Marajó como sendo de uma civilização que teria migrado para a Ilha. A suposição é que essa civilização tenha vindo dos Andes ou do noroeste do continente e trouxe consigo o padrão de desenvolvimento social encontrado nos grandes aterros e na diversidade da elaboração da cerâmica. Tal padrão de desenvolvimento não teria sido mantido em função das condições ambientais determinantes. O solo pobre da Ilha não proporcionou à civilização a manutenção de seu modelo de agricultura, decaindo então para o nível de desenvolvimento de “floresta tropical”.

Meggers (1971) define dois padrões de assentamentos distintos para o ambiente da floresta tropical amazônica: o ambiente de terra firme e o ambiente de várzea, conforme as premissas do determinismo ecológico e ambiental que eram as bases deste modelo teórico.

A várzea segundo Moraes (2006), por sua vez, foi interpretada através de relatos de cronistas da colonização, como um ambiente onde se estabeleceram grandes aldeias com padrão de organização social hierarquizado.

Meggers (1971) supõe que o padrão mais desenvolvido de alguns grupos que ocupavam a várzea seria oriundo de influências externas associada à combinação de fatores ambientais favoráveis.

No que diz respeito aos grandes sítios na Amazônia, para Meggers (1990), não se pode identificar nenhuma ocupação grande ou de caráter permanente entre a quantidade de sítios investigados. O que foge do padrão dos sítios menores foi interpretado como produto de múltiplas re-ocupações pela mesma ou sucessivas fases ao longo do tempo.

Meggers e Evans desenvolveram a definição de tradições e fases através do material cerâmico coletado na Amazônia. A metodologia utilizada foi a seriação da cerâmica, onde o material era reunido a partir de traços diagnósticos e características morfológicas, decorativas e, principalmente, o tipo de tempero adicionado à pasta de argila para reduzir a plasticidade.

Meggers tinha bastante confiança nos resultados obtidos pelas seriações, que no seu entendimento não seriam meras cronologias relativas. Em sua perspectiva, as seriações ajudariam a identificar unidades sociais pré-históricas que podiam ser comparadas às comunidades dos grupos indígenas sobreviventes. Isso teria tornado possível não somente a comparação entre padrão de assentamento e a demografia de comunidades, passadas e presentes, mas também teria permitido avaliar as causas e consequências das diferenças. Para Meggers, a interpretação de sequências seriadas seria como “impressões digitais” de comunidades pré-históricas (Meggers 1990:184).

Podemos visualizar duas outras contribuições importantes do casal americano; o PRONAPA, iniciado em 1965, que buscava um mapeamento de sítios no Brasil, com o objetivo de definir fronteiras culturais; e o PRONAPABA, criado em 1977, que buscava dar continuidade ao reconhecimento de sítios arqueológicos, agora na Bacia Amazônica.

De acordo com Meggers (1992), entre os pesquisadores que fizeram parte do PRONAPABA, estavam Odemar Dias Jr., do Instituto de Arqueologia Brasileira, que desenvolveu pesquisas no Acre e nos rios Juruá e Purus; Eurico Theófilo Miller, da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que desenvolveu pesquisas em Rondônia, Mato Grosso e Médio Madeira; e Celso Perota, da Universidade Federal do Espírito Santo, que desenvolveu pesquisas nos rios Tapajós, Xingu e Purus. Esses pesquisadores trabalharam sobre a coordenação de Mário F. Simões.

Completamente contrário ao modelo proposto por Meggers, Donald Lathrap lança o que podemos chamar de o segundo modelo interpretativo da pré-história amazônica. Donald Lathrap nunca trabalhou diretamente no Brasil e sim na Amazônia peruana, mesmo assim ele propôs um modelo em que todos os sistemas agrícolas da América do Sul teriam se originado de um sistema antigo de cultivo de mandioca, centrado nas várzeas da Amazônia ou norte da América do Sul.

Lathrap propôs um novo sentido ao conceito de cultura de floresta tropical onde o centro de desenvolvimento cultural da América do Sul estaria localizado nas proximidades da cidade de Manaus (Lathrap, 1970:74).

Esta outra vertente de interpretação do desenvolvimento cultural amazônico, criada por Lathrap, também conhecida como modelo cardíaco, foi posteriormente desenvolvida nos trabalhos de Brochado e Lathrap (1982), Brochado (1984), Lathrap & Oliver (1987) e Oliver (1989).

De acordo com Lathrap, o desenvolvimento cultural na Amazônia tem que ser relacionado com a idade e origem das plantas cultivadas. Para ele, o processo de domesticação dos principais cultivos da região amazônica, (os tubérculos) seria tão antigo que não teriam mais capacidade de formar sementes. Um dos mais importantes, a mandioca, teria sido domesticada mais ou menos há sete mil anos (Lathrap, 1970: 48).

Para Lathrap, a uniformidade da manufatura dos utensílios encontrados nos sítios arqueológicos da bacia amazônica leva a pensar que o desenvolvimento cultural da região teve início entre as primeiras levas migratórias para o continente americano (Lathrap, 1970: 60).

Conforme Moraes (2006) no mesmo período em que as sociedades complexas da região caribenha são encontradas pelos colonizadores, às margens dos grandes rios da bacia Amazônica, é relatado no século XVI pelos cronistas um padrão de organização social, política e demográfica semelhante.

As críticas feitas ao modelo do desenvolvimento cultural na América, apresentado por Steward e aplicado por Meggers e Evans, principalmente o contraste entre o modo de vida dos habitantes da bacia amazônica e o dos ocupantes da costa caribenha no período pré-colombiano, está o trabalho de Myers (1973: 235), que critica a comparação entre culturas circumcaribenhas do período do contato com os europeus e as culturas da floresta tropical dos tempos em que Steward realizou o seu trabalho (1948), dado que existem quatro séculos de mudança cultural acelerada pelas interferências coloniais sendo desconsiderados entre os períodos comparados. (Moraes, 2006: 10).

Na década de 1980, Anna Roosevelt entra no debate a respeito das origens e do padrão de desenvolvimento cultural na Amazônia. A autora apresenta dados que contradizem as principais hipóteses criadas por Meggers (1971), sugerindo que o cultivo de milho associado a outros meios favoráveis, proporcionou o desenvolvimento de sociedades complexas com organização social que pode ser chamada de cacicado e estes cacicados teriam se desenvolvido de forma autóctone e sem nenhuma influência dos Andes (Roosevelt, 1992: 70-79).

Roosevelt encontrou muito sítios antigos, tanto de épocas pré-cerâmicas, como as cerâmicas mais antigas da América, datados por volta de 11 e 7 mil anos respectivamente (Roosevelt, *et al.* 2002; Roosevelt, *et al.* 1991; Roosevelt, *et al.* 1996).

Todas essas hipóteses, segundo Moraes (2006), reascenderam o debate a respeito da antiguidade da ocupação humana na Amazônia, dando indícios de que as teorias de Lathrap (1970) tinham grandes probabilidades de estarem corretas.

Roosevelt foi quem mais fez críticas ao trabalho de Meggers. Para Roosevelt, as comparações etnográficas foram utilizadas como se os indígenas atuais fossem uma janela para o passado pré-histórico da Amazônia. Ainda segundo a autora, os pesquisadores que utilizaram este tipo de comparação acabam criando um modo de vida que provavelmente nunca existiu na Amazônia (Roosevelt 1989:33 e 34). Este debate fica claro em Moraes quando ele cita:

Em um texto de 1995, Early Pottery in the Amazon - Twenty Years of Scholarly Obscurity, Roosevelt lançou críticas muito sérias, fazendo uma reavaliação dos dados bibliográficos e dos arquivos de registros e correspondências sobre os resultados de datações radio-carbônicas do Smithsonian Institution, acusando Meggers e Evans de terem omitido datas antigas que poderiam mudar a compreensão das seqüências de ocupação da Amazônia (Roosevelt 1995: 119). Roosevelt também faz críticas a Meggers e outros autores por terem utilizados os pressupostos do determinismo ecológico para justificar a impossibilidade da emergência de grandes sociedades na Amazônia. A autora diz que apesar da forte influência da teoria, erros podem ser identificados em vários aspectos e se tivesse sido discutida em detalhe não teriam mais tanta influência. Para Roosevelt, o determinismo ecológico se justificaria muito mais pelos objetivos colonialistas norte-americanos, visto que estes consideravam a América Latina um campo a ser explorado e para onde poderiam levar suas influências de “cultura mais desenvolvida” (Roosevelt 1991: 103-106). No mesmo texto, Roosevelt faz comparações que deixam até os mais otimistas quanto à emergência de sociedades complexas na Amazônia, receosos, pois ela compara os povos pré-coloniais amazônicos às sociedades do Nilo, Hindu e Mesopotâmia. Para ela, estes povos teriam se desenvolvido de forma semelhante (Moraes, 2006: 11).

A partir de então a questão mais debatida na arqueologia amazônica passou a ser referente à possibilidade de ter ou não existido grandes populações vivendo de forma sedentária, com um grau de complexidade sócio-política do tipo cacicados (Moraes, 2006).

Tradicionalmente, as pesquisas arqueológicas na Amazônia sempre tiveram um viés voltado para a antropologia (Meggers, 1971), as analogias etnográficas sempre estiveram presentes nos modelos interpretativos da ocupação pré-colonial da região amazônica. Porém, o padrão de assentamento atual não condiz com a teoria dos grandes sítios (Roosevelt, 1991).

Meggers, tentando se defender, diz que nem os dados etnográficos nem os arqueológicos são consistentes para provar a existência de grandes populações na Amazônia. Segundo a autora, a instabilidade climática da região, secas prolongadas e grandes enchentes, afetaram diretamente a fauna, a flora e, conseqüentemente, a adaptação humana no período pré-colonial (Meggers 1995: 30).

Robert Carneiro no ano de 1995 publicou um texto com o objetivo de questionar os dados apresentados por Roosevelt (1991), onde ele após uma leitura muito atenta encontra divergências entre o objeto e os fatos apresentados pela autora.

As fortes críticas de Roosevelt quanto ao trabalho de Meggers e seus seguidores fazem parte dos pontos destacados por Carneiro. Segundo ele, Roosevelt critica fortemente o determinismo ecológico, mas no decorrer do texto dela é possível identificar trechos em que fica claro o uso e a admissão de que fatores ecológicos influenciam na vida social (Carneiro 1995: 46-47).

Carneiro também irá criticar quanto à autodenominação de Roosevelt, de ser ela a responsável pela mudança de paradigma na interpretação da pré-história amazônica. Roosevelt denuncia que os etnólogos contribuíram para propagar os erros de Meggers.

Carneiro, que fazia parte destes etnólogos criticados por Roosevelt, faz referências a uma série de trabalhos desenvolvidos por ele, a partir de dados etnográficos, que se opõem aos argumentos de limitação ambiental; além disso, Carneiro afirmou que trinta anos antes do texto de Roosevelt (1991) ser publicado, ele já estava em debate contra os argumentos de Meggers (Carneiro 1995:48). Ele afirmou também não querer ser o primeiro nem o único a defender a ideia da existência de cacicados na Amazônia. Para isso, ele cita que as ideias já eram defendidas no trabalho de Lathrap (1970 in Carneiro, 1995: 50).

Carneiro também é contra os argumentos de Roosevelt que associam a emergência de cacicados ao cultivo do milho. Ele diz ter dados etnográficos e fontes históricas consistentes o bastante para comprovar que os recursos aquáticos disponíveis na várzea dos grandes rios seriam o bastante para manter este padrão de complexidade (Carneiro, 1995: 54).

Segundo Moraes (2006), o fator responsável pela não emergência de cacicados nas áreas de interflúvio teria sido a falta dos recursos aquáticos como parte da dieta. Estes tiveram que ser substituídos pela caça que requer mais mobilidade, impedindo a completa sedentarização.

Viveiros de Castro (1996) também aponta algumas falhas nas interpretações de Roosevelt, dizendo que o modelo proposto por ela é tão baseado nos padrões de determinismo ecológico tradicional quanto os de Meggers e Evans. Roosevelt insiste em um contraste genérico entre a várzea e a terra firme como um determinante da evolução cultural. Para tanto, também concordamos com Moraes quando ele fala:

Se os dados arqueológicos são precários para entender o padrão de ocupação da região amazônica, os dados etnohistóricos utilizados por autores como Roosevelt (1980) e Antônio Porro (1995), que buscam nos relatos de cronistas viajantes do período colonial as evidências de grandes sociedades complexas, não são menos precários. Os viajantes tinham a necessidade de justificar o financiamento de suas expedições e para isto poderiam estar exagerando nos seus relatos. O que descredibiliza os relatos de viajantes são as passagens fantasiosas, que estão também presentes em suas obras. (Moraes, 2006: 12).

Segundo Mattos (1980: 21) “A lenda do ‘país das Amazonas’, que deu nome à região, é produto da mitologia grega transplantada pelos espanhóis para o ambiente do Novo Mundo”. Existem narrativas que mencionam guerreiras montando cavalos, animais que não existiam na região amazônica nesta época, motivos que levam os autores que defendem a impossibilidade de ter existido grandes sociedades complexas na Amazônia a não aceitar os relatos como convincentes do grau de complexidade existido antes da colonização (Moraes, 2006).

6.4.11.4 - Contextualização Histórica

6.4.11.4.1 - Os Povos Indígenas Remanescentes

Os povos indígenas que hoje habitam a faixa de terras que vai do Amapá ao Pará possuem uma história em comum de relações comerciais, políticas, matrimoniais e rituais que remonta a pelo menos três séculos. Essas relações até hoje não deixaram de existir nem se deixaram restringir aos limites das fronteiras nacionais, estendendo-se à Guiana Francesa e ao Suriname.

Essa amplitude das redes de relações regionais faz da história desses povos uma história rica em ganhos e não em perdas culturais, como muitas vezes divulgam os livros didáticos que retratam a história dos índios no Brasil.

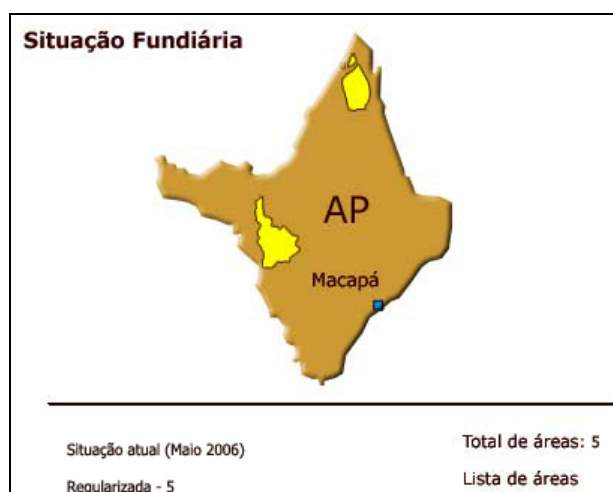
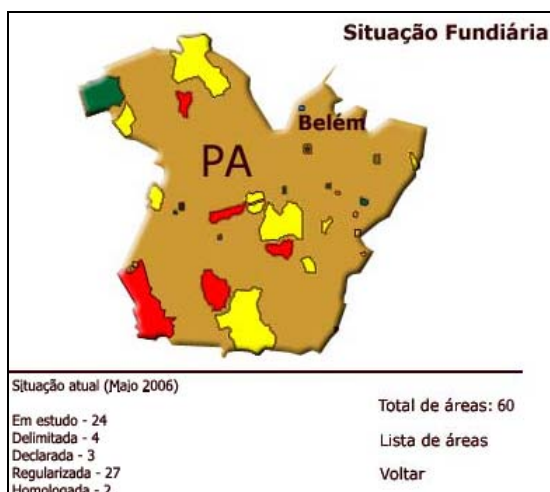
No caso específico desta região, são séculos de acúmulo de experiências de contato entre si que redundaram em inúmeros processos, ora de separação, ora de fusão grupal, ora de substituição, ora de aquisição de novos itens culturais, processos que se somam às diferentes experiências de contato vividas pelos distintos grupos indígenas com cada um dos agentes e agências que entre eles chegaram, dos quais existem registros a partir do século XVII.

Assim, os grupos indígenas encontrados No Estado do Pará têm uma população total de 20.185 indivíduos, já no Amapá, esta população atinge 4.950 indivíduos, conforme a FUNAI (2006), cujos povos e etnias estão apresentados no **Quadro 6.4.11-1**. Na **Figura 6.4.11-1**, é apresentada a Situação Fundiária das Terras Indígenas existentes no Pará e no Amapá, de acordo com informações da Funai.

Quadro 6.4.11-1 - Grupos indígenas encontrados na Região Amazônica

GRUPOS INDÍGENAS	
PARÁ	
Amanayé	Juruna
Anambé	Karafawyána
Apiaká	Karajá
Arara	Katwena
Araweté	Kaxuyana
Assurini	Kayabi
Atikum	Kayapó
Guajá	Kreen-Akarôre
Guarani	Kuruáya
Himarimã	Mawayâna
Hixkaryána	Munduruku
Parakanã	Wai-Wai
Suruí	Waiãpi
Tembé	Wayana-Apalai

GRUPOS INDÍGENAS	
PARÁ	
Timbira	Xeréu
Tiriyó	Xipaya
Turiwara	Wai-Wai
Parakanã	Waiãpi
Suruí	Zo'e
AMAPÁ	
Galibi	Galibi-Marworno
Karipuna	Palikur
Wayampi	Wayána-Apalai



FONTE: Funai.

Figura 6.4.11-1 - Situação Fundiária Indígena no Pará e Amapá.

Na área abrangida pelo empreendimento, os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Oriximiná/PA e Laranjal do Jari/AP apresentam Terras Indígenas. Estas Terras Indígenas apresentam localização e área bastante distintas entre elas, segundo o tronco lingüístico e grupamento indígena (Quadro 6.4.11-2).

Quadro 6.4.11-2 - Localização das Terras Indígenas nos Estados do Pará e Amapá

TERRAS INDÍGENAS	ESTADO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (km ²)	ETNIAS
Uaçá	Amapá	Oiapoque	470.164	Galibi Marworno Karipuna Palikur
Juminã	Amapá	Oiapoque	41.601	Galibi Marworno Karipuna
Galibi do Oiapoque	Amapá	Oiapoque	6.889	Galibi do Oiapoque Karipuna
Wajãpi	Amapá	Amapari - Laranjal do Jari	607.017	Wajãpi

TERRAS INDÍGENAS	ESTADO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (km²)	ETNIAS
Parque de Tumucumaque	Pará e Amapá	Oriximiná Óbidos Almeirim Alenquer Monte Alegre	3.071.067	Aparai Katxuyana Tiriyó Wayana
Rio Paru d'Este	Pará	Almeirim Alenquer Monte Alegre	1.195.785	Apari Wajãpi Wayana
Zo'é	Pará	Oriximiná Óbidos Alenquer	664.465	Zo'é

Fonte: www.institutoiepe.org.br

Os registros históricos sobre o avanço das frentes de colonização na região a partir do século XVII permitem comprovar que a localização atual é resultante de um longo processo histórico de refúgio das populações indígenas, cujos movimentos ao longo do período colonial deslocaram inúmeros grupos a partir do litoral e do delta do Amazonas em direção ao interior do Amapá e do Pará.

Durante esse processo, povos que acumulavam uma longa história de relações entre si isolaram-se no decorrer dos séculos XVIII e XIX, em diferentes pontos de difícil acesso, tanto da várzea e da floresta, quanto das serras, campos e rios encachoeirados que cruzam a região.

Foi nesta situação de refúgio que, a partir da virada do século XX, estas populações foram sendo novamente contatadas em ambos os lados da fronteira do Brasil com o Suriname e com a Guiana Francesa, desta vez não mais pelas antigas frentes de colonização, mas sim por frentes extrativistas, bem como por viajantes, missionários e, já no século XX, por representantes de órgãos assistenciais.

Tendo avançado com propósitos diferenciados, estas novas frentes, principalmente de extrativistas e aventureiros, levaram consigo uma série de novas doenças aos grupos indígenas contatados, causando baixas populacionais significativas, sobretudo na primeira metade do século XX. Nesse contexto é que começaram a ser implantadas políticas assistenciais de saúde e educação por parte dos governos do Brasil e dos países fronteiriços, visando reverter esse quadro.

6.4.11.4.1.1 - Etnias Indígenas da Região

- **Amanayé** - constitui a auto-denominação atual dos índios que habitam o alto curso do Rio Capim, mais conhecidos como Amanagé. O nome significaria “associação de pessoas” e aparece nas fontes sob as variantes Manajo e Amanajo. Uma parte dos Amanayé teria assumido o nome Ararandeuara, em referência ao igarapé que habitam.

- **Anambé** - os Anambé vivem como os sertanejos da região. Suas casas são do tipo regional, adquirem equipamentos no comércio. Há algumas gerações realizam casamentos com não-índios, integrando os parceiros e os filhos na vida da aldeia. Reagem, no entanto, a qualquer tentativa de transferência do grupo da região do Cairari.
- **Aparai** - os Aparai e os Wayana são povos de língua karib que habitam a região de fronteira entre o Brasil (rio Paru de Leste, Pará), o Suriname (rios Tapanahoni e Paloemeu) e a Guiana Francesa (alto rio Maroni e seus afluentes Tampok e Marouini). No Brasil, eles mantêm há pelo menos cem anos relações estreitas de convivência, coabitando as mesmas aldeias e casando-se entre si. Por conseguinte, é muito comum encontrar referências a essa população como um único grupo, embora sua diferenciação seja reivindicada com base em trajetórias históricas e traços culturais distintos.
- **Apiaká** - retratados pelo pintor Hércules Florence durante a expedição do Barão Langsdorf em 1825-1829, os numerosos Apiaká eram conhecidos como um povo guerreiro. Com dois séculos de contato e um violento processo de depopulação, não conseguiram manter sua língua e seu modo de vida tradicional.
- **Arara** - os Arara ficaram famosos por sua belicosidade e pelos troféus que capturavam dos corpos dos inimigos - cabeças para flautas, colares de dentes e escalpos de face. Mas há muito tempo também que sua facilidade de interação com o mundo exterior, e mesmo para a incorporação de estranhos ao mundo nativo chama atenção para outros aspectos de seu modo de vida. A superposição virtual entre a paixão guerreira e a disposição constante para o estabelecimento de relações solidárias e generosas parece ter sido uma marca de um mundo Arara que hoje cede o passo às relações de contato com o mundo dos brancos.
- **Araweté** - os Araweté são um povo tupi-guarani de caçadores e agricultores da floresta de terra firme. “Estamos no meio”, dizem os Araweté da humanidade. Habitamos a terra, este patamar intermediário entre os dois céus e o mundo subterrâneo, povoados pelos deuses que se exilaram no começo dos tempos. Os Araweté dizem viver agora “na beira da terra”: sua tradição fala de sucessivos deslocamentos a partir de algum lugar a leste (o centro da terra), sempre em fuga diante de inimigos mais poderosos. Toda sua longa história de guerras, mortes e fugas, e a catástrofe demográfica do “contato”, se não se apagam da memória araweté, nunca chegaram a diminuir seu ímpeto vital e alegria.

- **Asurini do Tocantins** - os Asurini afirmam que houve uma primeira criação do universo e depois um dilúvio, quando a terra acabou, “ficou mole”. Deste infortúnio, só sobreviveu um homem, abrigado no alto de uma árvore de bacabeira. Foi, então, que *Mahira* chamou a anta para que o animal endurecesse a superfície da terra. *Mahira* também tirou sua própria costela, transformando-a em uma mulher, o que permitiu que a população humana aumentasse.
- **Asurini do Xingu** - após o contato com a sociedade nacional, em 1971, os Asurini do Xingu - cuja denominação foi dada pelas frentes de atração - sofreram uma drástica baixa populacional. Contudo, o perigo eminente de sua extinção física sempre contrastou com uma extrema vitalidade cultural, manifesta na realização de extensos rituais, práticas de xamanismo e um elaborado sistema de arte gráfica.
- **Galibi-Marworno** - a adoção desta denominação étnica por uma parcela da população indígena da região do Uaçá é relativamente recente, remontando ao final da década de 1940, quando o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) começa a atuar na região, identificando as famílias habitantes das ilhas do alto rio Uaçá como de origem Galibi, e passando a denominá-las assim. Porém, até então, tais famílias se autodesignavam como “gente do Uaçá”, e reconheciam-se como de origem heterogênea, incluindo entre si descendentes de povos Caribe e Aruaque, tais como Galibi, Maruane e Aruã, dentre outros.

Mesmo assim, passaram a assumir o etnônimo Galibi desde a chegada do SPI, e, mais recentemente, no decorrer das décadas de 1980/1990, orientados pelo Conselho Indigenista Missionário /CIMI, passaram a se definir como Galibi Marworno com o intuito de diferenciar-se dos Galibi do Oiapoque, grupo que não identificam como de origem comum.

Os Galibi-Marworno, habitantes das vastas savanas e campos alagados do norte do Amapá - país de aves brancas e jacarés sombrios - se dizem um povo “misturado e unido”. A comida é simples e sadia: peixe, farinha e tucupi. Nas festas não pode faltar o caxiri, vinho dos índios, dos xamãs e dos espíritos karuãna. A Festa Grande é de Santa Maria, o axis-mundi é o mastro do Turé, a Cobra Grande a lenda mais querida, mas o herói mesmo é Iaicaicani.

- **Gavião Parkatêjê** - depois de uma traumática “pacificação”, ocorrida na década de 1970, na qual perderam 70% da população, os Gaviões venceram a crise populacional e reconstruíram seu modo de vida. A aldeia Kaikoturê, erguida em 1984, traduz em sua concepção o projeto de futuro dos Parkatêjê: reproduzindo o desenho circular tradicional das aldeias timbira, possui casas de alvenaria servidas por rede de água, luz e esgoto.

- **Guajá** - os Guajá, que vivem na pré-Amazônia brasileira, constituem um dos últimos povos caçadores e coletores no Brasil. Além dos aldeados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), um certo número de Guajá vive na floresta, sem contato permanente com a sociedade regional.
- **Juma** - os Juma pertencem a um conjunto de povos falantes da família linguística Tupi-Guarani denominado Kagwahiva. No século XVIII, é provável que os Juma somassem de 12 a 15 mil índios. Após sucessivos massacres e a expansão das frentes extrativistas, se viram reduzidos a poucas dezenas na década de 1960. Atualmente, restam apenas cinco indivíduos: um pai com suas três filhas e uma neta.
- **Kayapó** - os Kayapó vivem em aldeias dispersas ao longo do curso superior dos rios Iriri, Bacajá, Fresco e de outros afluentes do caudaloso rio Xingu, desenhando no Brasil Central um território quase tão grande quanto à Áustria, praticamente recoberto pela floresta equatorial, com exceção da porção oriental, preenchida por algumas áreas de cerrado. Sua cosmologia, vida ritual e organização social são extremamente ricas e complexas; assim como são intensas e ambivalentes as relações com a sociedade nacional e com ambientalistas do mundo todo.
- **Kuruaya** - na história do contato com o colonizador, os Kuruaya sofreram uma desestruturação da vida em suas aldeias no rio Curuá, devido ao trabalho forçado nos seringais e castanhais. Nos séculos XVIII e XIX, foram conduzidos pelos jesuítas em descimentos forçados até a aldeia-missão Imperatriz ou Tauaquara, que veio a ser o embrião da cidade de Altamira. As consequências desse processo foram desastrosas e os Kuruaya chegaram a ser considerados extintos na década de 1960. Nos anos seguintes, tiveram sua indianidade questionada ou ignorada, mas a conquista de suas terras garantiu o reconhecimento de sua identidade étnica. Hoje vivem num movimento pendular entre a aldeia e a cidade, buscando assegurar seus direitos de cidadão indígena.
- **Parakanã** - os Parakanã são habitantes tradicionais do interflúvio Pacajá-Tocantins. Falam uma língua tupi-guarani pertencente ao mesmo subconjunto do Tapirapé, Avá (Canoeiro), Asurini e Suruí do Tocantins, Guajajara e Tembé. São tipicamente índios de terra firme, não canoeiros, e exímios caçadores de mamíferos terrestres. Praticam uma horticultura de coivara pouco diversificada, tendo como cultivo básico a mandioca amarga. Dividem-se em dois grandes blocos populacionais, Oriental e Ocidental, que se originaram de uma cisão ocorrida em finais do século XIX. Os orientais foram reduzidos à administração estatal em

1971; durante a construção da Transamazônica; os grupos ocidentais foram contatados em diversos episódios e localidades entre 1976 e 1984.

- **Suruí** - os Suruí atingiram a sua localização atual no início do século XX, fugindo dos repetidos ataques dos Xikrin, quando habitavam as margens do rio Vermelho, afluente do Itacaiúnas. Entraram em contato definitivo com os brancos em 1960, quando uma epidemia de gripe matou dois terços da população, reduzindo-a de 126 para 40 pessoas. Em 1962, uma epidemia de varíola matou mais seis pessoas. A partir de então, os Suruí, deixando de lado as suas medidas de controle de natalidade, iniciaram uma vertiginosa recuperação populacional. Em 1997, a população atingiu a cifra de 185 pessoas.
- **Tembé** - os Tembé têm sido obrigados a conviver com centenas de famílias de posseiros em suas terras e sofrem os efeitos da atuação irregular de madeireiros, fazendeiros e empresários. Entretanto, longe de se conformar com essa situação, esse povo tem lutado pela desocupação de seu território e reivindicado seus direitos junto aos órgãos públicos e poderes locais.
- **Wajãpi** - Wajãpi é o nome utilizado para designar os índios falantes desta língua Tupi que vivem na região delimitada pelos rios Oiapoque, Jari e Araguari, no Amapá. São os mesmos Guaiapi, mencionados na região do baixo rio Xingu, sua área de origem, desde o século XVII.
- **Xikrin Kayapó** - os Xikrin, grupo de língua Kayapó, enfatizam a audição e a palavra. A fim de aguçar estas qualidades, os Xikrin perfuram, logo na infância, os órgãos correspondentes (orelhas e lábios). Ouvir está diretamente relacionado ao saber, à aquisição do conhecimento. A oratória, por sua vez, é uma prática social muito valorizada, como para os grupos kayapós em geral, que se definem como aqueles que falam bem e bonito - *Kaben mei* - em oposição a todos os outros povos que não falam sua língua. O dom da oratória é atributo dos homens e envolve discursos inflamados, realizados no centro da aldeia.
- **Yudjá** - localizados numa área de refúgio, entre os rios Cuminapanema e Erepecuru, norte do Pará, os Zo'é procuraram se manter afastados tanto dos povos indígenas vizinhos, que consideram inimigos, quanto dos brancos, que conheciam através de contatos intermitentes. Entraram para a história como um dos últimos povos "intactos" na Amazônia.

6.4.11.4.1.2 - As Comunidades Quilombolas

Quando se fala da presença africana na Amazônia, há, muitas vezes, certo espanto. Ainda é muito difundida a imagem de uma região Norte bastante “despovoada” no período colonial, com poucos ocupantes brancos em meio às populações indígenas. A escravidão negra na Amazônia foi, de fato, menos expressiva em termos quantitativos, quando comparada a outras regiões do país. Contudo, o papel dos escravos na criação de formas originais de vida e de adaptação às condições de vida na Amazônia não foi menor.

As marcas dessas formas de vida e das lutas contra a escravidão estão presentes até hoje na memória dos quilombolas. Os primeiros negros chegaram à Amazônia por intermédio de ingleses, ainda no início do século XVII. Os ingleses, assim como franceses, holandeses e espanhóis, tentaram, por diversas vezes, apossar-se do extremo norte do Brasil.

Os colonos portugueses apenas se fizeram mais presentes na região amazônica a partir do século XVII, tendo como principal preocupação defender e ocupar o território. Mas, para essa ocupação e também para a exploração econômica da região, a falta de mão-de-obra colocou-se, desde o início, como um problema. Num primeiro momento, a solução encontrada foi a escravização dos indígenas, chamados “negros da terra”.

A utilização de índios como escravos, apesar de usual, enfrentava resistências. A Igreja Católica, por exemplo, condenava essa prática. Existia inclusive uma lei, datada de 1680, que proibia a escravização de índios nas terras da colônia. Porém, os próprios chefes de província ignoravam essas proibições, o que gerava sérios conflitos entre os colonos e as diversas missões religiosas atuantes na região. Para contornar os conflitos e garantir a mão-de-obra, a solução foi a adoção da escravidão de negros, já existente em outras regiões do Brasil.

O fluxo de escravos negros aumentou consideravelmente a partir da segunda metade do século XVIII, quando se formou o estado do Grão-Pará e Maranhão, vinculando a administração da região diretamente a Portugal.

A compra de escravos negros foi subsidiada pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em troca do monopólio do comércio na região amazônica. No período que vigorou de 1755 a 1778, a Companhia levou à região mais de 25 mil escravos. Desse total, aproximadamente 15 mil se estabeleceram onde hoje é o Estado do Pará.

Com a extinção da companhia, o comércio de escravos continuou, porém em menor número. A partir desta época, os negros passaram a vir de outras regiões do país ou através do contrabando. O tráfico permaneceu ativo até as primeiras décadas do século XIX.

Os escravos trazidos da África trabalharam em atividades agrícolas (nas fazendas de cana-de-açúcar, algodão, cacau e tabaco), no extrativismo das chamadas “drogas do sertão” (como a canela, a baunilha, o cravo, as raízes aromáticas, a salsaparrilha, o urucum e as sementes oleaginosas), além de servirem em trabalhos domésticos e em construções urbanas públicas e privadas. O aumento da oferta de mão-de-obra africana na Amazônia não eliminou a escravidão indígena. “Negros da terra” e “negros da África” dividiram, por muito tempo, o mesmo mundo de trabalho.

O contato e a interação social entre os índios e os negros resultaram na incorporação e na troca de elementos da cultura material e imaterial. Os quilombolas aprenderam com os índios alguns segredos das “matas” permitindo-lhes fugir e vencer os obstáculos com mais êxito. Além disso, lutaram juntos numa das principais insurreições populares do país no século XIX, a Cabanagem.

Foi ao longo dos séculos XVIII e XIX que se formou a maior parte dos quilombos no atual Estado do Pará. Ao fugir para esses aldeamentos, conhecidos também por mocambos, o escravo conquistava a garantia de autonomia e de liberdade de ação e de movimento. A fuga para os mocambos representava, no início, uma solução difícil e arriscada. O escravo aventurava-se sozinho, indo abrigar-se, muitas vezes, em aldeias indígenas. Com o tempo, aprenderam a se organizar. A fuga passou a ser uma estratégia coletiva de resistência ao regime escravista.

Surgiram, então, personagens como os acoutadores, que se encarregavam de dirigir os grupos de fugitivos para os quilombos e se tornaram os principais inimigos dos proprietários de escravos. Organizada a fuga, os quilombos cresceram rapidamente, pois eram o principal foco de atração dos negros que escapavam das cidades e das fazendas. A fuga de escravos tornou-se um processo contínuo e rotineiro a partir da segunda metade do século XVIII e início do XIX, quando também aumentaram as notícias sobre os quilombos na imprensa local.

A desestabilização político-econômica ajudou nesse processo. A decadência dos engenhos de cana-de-açúcar, por exemplo, facilitou a fuga dos escravos. Além disso, após a independência do Brasil, as crises políticas em Belém, capital da província, possibilitaram a fuga em massa dos escravos que viviam na área urbana.

Os mocambos passaram a ser tão numerosos que, não raro, a imprensa alegava que havia mais negros morando em quilombos do que em cativeiros. Jornais noticiavam constantemente a fuga e a captura de escravos fugidos, como ilustra o trecho abaixo do “Velho Brado do Amazonas”, de 1851:

“Não é desconhecido à polícia a notícia de existirem dois grandes quilombos entre Epinegé e Arauaia, e outros lugares assim infestados de semelhante mal, que diariamente se acoutam escravos fugidos e desertores, tanto que há dias foi capturado uma porção de escravos e um desertor que se dirigiam para o supradito Epinegé seduzidos por um José Sapateiro que se acha também preso. Esperamos ao bem conhecido zelo da polícia, que mande sem demora alguma, assaltar o dito quilombo, com gente armada de pólvora e bala, fazendo apreender todos os que nele se acharem, destruindo e arrasando para nunca mais ter serventia alguma, pois não só deve ser garantido a propriedade dos cidadãos deste distrito, como gozar da segurança pública, que lhe é devida, e pela qual é responsável a mesma polícia perante o país” (Salles, 1971/2005: 210-211).

A destruição dos quilombos, portanto, passou a ser uma prioridade do governo. Diversas expedições foram organizadas a fim de capturar os negros fugidos. Em 1841, uma corporação especial de capitães-do-mato foi criada para dar maior cobertura às ações. Vicente Salles aponta cinco principais regiões do Grão-Pará onde se concentraram os quilombos nos séculos XVIII e XIX: entre os Rios Gurupi e Turiaçu; na bacia do Rio Tocantins; entre os Rios Mojuim e Mocajuba; na bacia do Rio Trombetas e na chamada Guiana Brasileira.

Entre os rios Gurupi e Turiaçu, situados na divisa com o atual estado do Maranhão, havia um porto que servia ao comércio negreiro. A região era um importante núcleo intermediário de migração de escravos das províncias do Grão-Pará e do Maranhão. Os escravos desta região fugiram para as florestas próximas, principalmente no vale do Maracasumé, onde, em meados do século XIX, encontraram e tornaram conhecidas as minas de ouro de aluvião. Ainda hoje se encontram comunidades quilombolas nessa região, como Camiranga e Bela Aurora, que já estão com suas terras tituladas.

Outra região de grande concentração de quilombos foram as bacias dos Rios Acará, Moju, Capim, Igarapé-Mirim e Tocantins, no nordeste paraense. Neste local, encontravam-se lavouras de cana-de-açúcar com grande concentração de mão-de-obra escrava. Por ser uma região muito próxima a Belém, a nucleação e a fuga organizada de escravos eram favorecidas. Foi nela que se localizou

um dos maiores mocambos paraenses: o Caxiú. Na época da Cabanagem, os negros desse quilombo aderiram em massa ao movimento, liderados pelo líder negro Félix.

Muitos mocambos cresceram tanto que acabaram se tornando vilas, como o de Caraparu, nas proximidades de Belém. Este quilombo deu origem às atuais comunidades de Macapazinho, Boa Vista do Itá, Conceição do Itá e São Francisco do Itá.

Uma terceira região de concentração de quilombos foi a dos Rios Mojuim e Mocajuba, onde hoje se localizam os municípios de São Caetano de Odivelas e de Curuçá. No caminho de Mocajuba a Belém havia vários mocambos menores que ajudavam a despistar os capitães-do-mato do caminho até o quilombo de Mocajuba. Os maiores mocambos nesta região estavam situados nos altos dos Rios Trombetas, Erepecuru e Curuá, em trechos navegáveis, acima das cachoeiras. A escolha do lugar era estratégica. Tratava-se de áreas onde a captura era difícil, mas possibilitavam o plantio de alguns produtos para a subsistência e também o pequeno comércio realizado por meio de intermediários ou diretamente nas cidades da região.

Em Belém, no Pará, o CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), que em articulação com a Universidade Federal do Pará vem desenvolvendo pesquisas e outras ações mais amplas, mas também enfrenta resistência dos próprios professores quanto à inclusão da questão racial, como tema central do trabalho desenvolvido nas escolas.

Vale citar também a ação do Conselho Municipal do Negro, e do GT “Superando o Racismo na rede de Ensino Municipal”, um grupo de trabalho interministerial que é ligado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC da Educação de Belém, com ações em desenvolvimento junto às escolas da rede municipal de Belém, o grupo MOCAMBO, entre outros.

Já se sabe da existência no Estado do Pará de 240 comunidades quilombolas. Acredita-se que muitas outras ainda serão identificadas. À primeira vista pode causar estranheza a existência de número tão significativo de comunidades descendentes de quilombos no Pará, em função da idéia bastante difundida de que na Amazônia a escravidão não teve tanta importância.

Embora o emprego da mão-de-obra negra na Amazônia não tenha alcançado as mesmas cifras que em outras regiões do país, teve uma grande importância para a economia local. Nas várias regiões do atual Estado do Pará, os escravos negros foram utilizados como mão-de-obra nas atividades agrícolas e extrativistas, nos trabalhos domésticos e nas construções urbanas. A história da escravidão no Pará foi marcada pela resistência de negros e índios que buscaram a sua liberdade por meio da fuga, da construção dos quilombos e da participação na Cabanagem.

No século XXI, os descendentes dos quilombos prosseguem na trajetória de luta constante por seus direitos. O alvo principal agora é a titulação das suas terras duramente conquistadas. Foi no Pará, no município de Oriximiná, que pela primeira vez uma comunidade quilombola recebeu o título coletivo de suas terras, no ano de 1995. E é nesse estado que se concentra o maior número de terras quilombolas tituladas.

Desde 1998, o Pará conta com uma legislação que regulamenta o processo de titulação dessa categoria de terras. Inovadora, essa legislação garante o direito à auto-identificação das comunidades sem a necessidade do laudo antropológico - algo que o governo federal só veio a reconhecer em 2003.

Os mocambos e os quilombos que foram se formando ao longo da história da escravidão na Amazônia, bem como a presença negra nas cidades, hoje, ainda que em ocupações ditas menores, são uma realidade, durante muito tempo, ignorada ou até mesmo vista, em determinados momentos, como uma presença exótica, parte integrante da exuberância amazônica.

A história da presença negra, no Amapá, parece confundir-se com a história dos negros do Pará. As narrativas de fugas dos escravos, a história da formação dos quilombos, no Pará, estão intimamente relacionadas com a história dos quilombos do Amapá. As fugas dos escravos, do Pará para o Amapá, tanto em função dos maus tratos, da rebeldia ou mesmo das revoltas que aconteciam, deram origem a diversas comunidades de quilombos no Amapá. O entrelaçamento da história desses dois estados fornece informações ricas sobre como os escravos vieram para a região norte, especialmente para o Amapá.

Gomes (1983), ao discorrer sobre os movimentos sociais de fugas de escravos na Amazônia colonial, mostra a importância de, nesses deslocamentos de escape, os escravos buscarem a sobrevivência. Segundo o mesmo autor, devido à situação geográfica e política, as Capitânicas do Grão-Pará e do Rio Negro, na Amazônia, faziam divisa com territórios sob domínio inglês, espanhol, holandês e francês.

A região de Macapá, na Capitania do Grão-Pará, fazia limite com a Guiana Francesa, onde havia sempre uma movimentação de fuga de escravos e formação de quilombos, desde a primeira metade do século XVII, tanto de um lado como de outro. As fugas de escravos, de Caiena para o Pará e até para Macapá, levaram ao estabelecimento de uma série de acordos de captura e devolução que, todavia, não conseguiram coibir a formação dos mocambos que, a essa altura, se

transformavam em problemas sérios. Consta que os quilombos se formavam, principalmente, nas regiões de fronteira.

Na chamada “Era Pombalina”, é que começaram a se avolumar a entrada de escravos africanos para esta região e também as fugas. Só na área de Macapá, dizia-se existir cerca de 750 escravos africanos em 1788. Salles acredita que a presença mais forte do negro no Amapá se deve, também, ao processo migratório dessa camada da população, tanto do Pará, quanto do Maranhão, em virtude da forte repressão às revoltas, da falta de oportunidades e das perseguições.

Em contraposição a essas afirmações, é muito comum ouvir que não houve escravidão no Amapá, como teria havido nos outros estados do país. Tentando diluir a importância da escravidão, no Amapá afirmam que, se ela houve realmente, foi bastante branda em relação a outros estados do país. Teria sido um tipo de escravidão diferente, que envolveria menos castigos, relações mais amistosas e até afetuosas, entre senhores e escravos. A hipótese é a de que a relação com os brancos era pacífica, uma relação mais patronal do que, verdadeiramente, de escravidão.

Os que defendem a hipótese de uma pretensa brandura, afirmam que pode não ter havido escravidão no pleno sentido do termo, e sim famílias que, ao migrarem para o Amapá, trouxeram seus escravos e que estes, de alguma maneira, se beneficiaram das terras dos antigos donos. Possivelmente, por causa disso, não teria havido negros fugidos no Amapá.

No entanto, Vergolino e Figueiredo (1990) desmentem essa suposta cordialidade na relação entre senhores e escravos, quando faz referência às fugas em massa dos escravos que trabalhavam nos serviços das fortificações, e ao questionamento feito pelo Governador da Capitania ao Comandante da Praça de Macapá, no que diz respeito ao tratamento que era dado aos escravos. A fortaleza de São José, em Macapá, também guarda lugares que confirmam violências e até assassinatos dos negros. Outros estudos estimam que os primeiros escravos que chegaram ao Amapá, por volta de 1751, faziam parte do contingente de escravos que se encontrava em Belém e que, por sua vez, já haviam sido trazidos de outros estados, como Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão.

O tráfico negreiro direto para a Amazônia, embora já existisse em outros estados, como vimos, só veio a ser incrementado da Guiné portuguesa, hoje República da Guiné-Bissau, anos depois, através dos portos de Bissau e Cacheu e das ilhas de Cabo Verde, hoje República de Cabo Verde.

Há informações de que, em 1771, chegaram em Nova Mazagão, atual Mazagão Velho, 163 famílias provenientes da África que se organizaram de acordo com costumes trazidos de sua pátria.

Outras pesquisas revelam que, em 1775, Manoel da Gama, governador de Macapá, comunicou a chegada a Belém de três corvetas da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e do Maranhão, criada nesse ano, carregadas de escravos que seriam destinados aos moradores daquela vila. Nota-se que uma das primeiras medidas tomadas ao se instituir uma Companhia Geral de Comércio foi, justamente o direcionamento da mão-de-obra escrava diretamente da costa da África para o Brasil, através do estabelecimento do monopólio do tráfico para essa mesma Companhia.

No que se refere ao tráfico para a Amazônia, mais particularmente, há evidências de tráfico de negros de Angola e da Guiné para o litoral amazonense, entre 1755 e 1778, realizado, na ocasião, por conta dessa Companhia. No ano seguinte, carta do governador anuncia o carregamento de escravos oriunda do porto de Benguela para “estimular os moradores no adiantamento das lavouras”. Em 1779, Macapá pede a importação direta de escravos, argumentando a necessidade do serviço das suas lavouras e as condições favoráveis de seu porto.

Apontam, ainda, os pesquisadores, que é possível afirmar, com base em documentos da época, que os escravos se destinavam às lavouras e roçados nas áreas de Bragança e de Macapá, sendo que, no Amapá, a lavoura mais expressiva era a de arroz.

Sucessivos pedidos por pretos feitos pelo governador, datados de 1778, 1779 e 1786, indicam que a mão-de-obra escrava era usada nas plantações. Além disso, documentos relativos à construção da fortaleza de Macapá exemplificam a presença da mão-de-obra negra: “nas fortificações da Praça de São Jose de Macapá, no ano de 1767, vamos encontrar cerca de 150 a 200 homens, entre índios e negros escravos, já tendo trabalhado naquelas pedreiras cerca de 2500 dias” (Alencastro, 2000).

Além do trabalho nas fortificações, o negro foi usado nas construções urbanas, como as Câmaras, as cadeias públicas, mas também nas serrarias, como carreteiros, e em trabalhos pastoris. Os negros também trabalhavam como porteiros do Senado, em Macapá, como cozinheiros e serventes de hospitais.

Após inúmeras tentativas de fuga dentro de Macapá, umas bem sucedidas, outras nem tanto, os negros se refugiavam nos Mocambos ou quilombos situados nas margens dos rios da região.

Dentre eles, existe ainda hoje, por exemplo, a comunidade de remanescentes de Quilombos situada no Curiaú (Figura 6.4.11-2).

As fugas das fortificações de Macapá aconteciam com frequência, a julgar pelos registros. Quando aprisionados, os castigos eram exemplares. Uma das hipóteses das fugas eram os maus tratos, as atitudes de rebeldia, os contatos com outros escravos de outros estados, como os de Caiena, por exemplo, sempre facilitados pelas condições geoambientais da região do Amapá, cuja bacia hidrográfica possibilitava as fugas, permitindo que alcançassem a Guiana Francesa.



Fonte: www.abipti.org.br

Figura 6.4.11-2 - Mapa dos Principais Mocambos do Grão-Pará.

A questão do negro na Amazônia, aqui, mais particularmente, no Amapá, envolve uma certa peculiaridade que vale a pena ser lembrada e que diz respeito à hibridez de suas fronteiras, aliada à questão da mestiçagem racial que se dá entre os próprios amapaenses.

Os pesquisadores já demonstraram essa peculiaridade, apesar das diferentes concepções de mestiçagem adotadas entre eles. Em termos de composição étnica, os próprios dados do IBGE revelam indícios de um grande processo de miscigenação da população amapaense, ainda que

seja necessária uma abordagem mais crítica sobre alguns aspectos que envolvem a questão da mestiçagem, no país e, particularmente, nessa região.

Não podemos esquecer que o Amapá, por exemplo, em termos geográficos, faz fronteira com a Guiana Francesa e que a porosidade dessa fronteira possibilita outros contatos, trocas, intercâmbios, interpenetrações que redundam numa mestiçagem cultural bastante interessante.

As trocas culturais entre a população do Amapá e da Guiana Francesa mais ao norte, o intercâmbio cultural, econômico e político em diversos níveis, as atividades binacionais, os deslocamentos das pessoas nos dois sentidos, em busca de emprego, ou até mesmo para outras atividades como as comerciais, por exemplo, são fatores que nos permitem afirmar que a cultura amapaense é muito mais diversa e rica do que geralmente se acredita.

Com certeza, a população negra da região não se manteve imune a essas influências. Uma das hipóteses que podem ser levantadas para a presença negra no Amapá está relacionada a esse fluxo de fronteira. Há muitos negros no Amapá que vieram de Caiena. Aliás, historiadores nos dão notícia de que, já na época da escravidão, havia muitas fugas de escravos da região de Guiana Francesa para o Amapá e vice-versa. A realidade, hoje, no que concerne a esse interfluxo não é muito diferente.

Uma outra hipótese da chegada dos negros na região amazônica também diz respeito a um processo migratório de negros provenientes da região de Barbados. Segundo a obra “Belém dos Imigrantes”, entre 1890 e 1925, a Amazônia recebeu um expressivo número de imigrantes provenientes de Barbados, uma possessão inglesa, localizada nas Antilhas. Segundo consta, esses imigrantes chegaram à Amazônia por força de um contrato de trabalho com firmas britânicas que exploravam serviços públicos na capital e no interior do Pará.

Conhecidos como “negros estrangeiros”, os barbadianos mantinham costumes e hábitos completamente diferentes dos negros brasileiros, destacando-se, ainda, pela sua condição mais elitizada, de trabalhadores qualificados, o que lhes conferia certo destaque na sociedade paraense.

Num país onde a negritude era vista como signo de inferioridade, os barbadianos, por fazerem parte de uma elite de negros que não eram escravos, fizeram questão de manter seus costumes, sua identidade de súditos da coroa Inglesa, ainda que, ao que parece, buscando se aproximar, cada vez mais, dos hábitos, dos costumes e da língua do dominador inglês, como forma de embranquecer os costumes e, assim, diferenciar-se.

Nessa perspectiva, os barbadianos, ao que parece, vivenciaram o mesmo processo de fragmentação da identidade que os negros escravos brasileiros passaram, mas com uma roupagem diferente. Os negros brasileiros precisavam, em muitos casos, embranquecer-se para poderem ser aceitos como cidadãos. Os barbadianos, *idem*. Precisaram também embranquecer para se distinguir dos negros escravos e manter uma certa aceitação social.

Não esqueçamos, todavia, que a sua presença demonstra que os negros que chegaram à região amazônica não eram todos escravos e que houve negros em condição social bem melhor, fato histórico que desconstrói a ideia comum de que os negros que chegaram na região eram todos escravos.

Os movimentos dos negros vêm lutando, arduamente, para que seja valorizada a sua contribuição à cultura e ao desenvolvimento da história da Amazônia.

Este é um dado à parte porque envolve embates sérios, embora, como sempre camuflados. Os movimentos dos negros nessa região enfrentam obstáculos, impostos pela parcela da população amazônica que não admite qualquer influência negra, e que busca, incessantemente, vestígios de, se não de uma europeidade, mas de uma mestiçagem do branco com o índio.

No Amapá, considerando que o movimento negro se organizou tardiamente, em relação a outras partes do país, essa luta vem sendo empreendida, mas também enfrentando as dificuldades de fazer ver à população amapaense, que o negro é mais do que um elemento exótico da cultura, assim como o são os exemplares da fauna e da flora amazônicas. O objetivo é ultrapassar essa visão folclórica, com ações concretas e políticas de valorização da cultura negra, da sua história e contribuição ao desenvolvimento da região.

Como exemplo de movimentos em ação organizada contra o racismo e pela valorização da cultura negra, citamos o IMENA - Instituto das Mulheres Negras do Amapá, criado no ano 2000 e a UNA - União dos Negros do Amapá, que vêm desenvolvendo ações em parceria com o governo do estado, através da Secretaria Estadual de Educação (Escola de Educação Popular Professor Paulo Freire), dando sustentação a pesquisas sobre a cultura negra amapaense, brasileira e africana, entre outros movimentos de cunho mais cultural e religioso.

A comunidade quilombola Conceição de Macacoari, que fica a 100 quilômetros de Macapá, será a segunda no Estado do Amapá a ser reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A denominação Conceição do Macacoari deve-se à Santa festejada pela comunidade e à grande quantidade de macacos que ainda hoje habitam as florestas da região. Segundo os moradores mais antigos, o surgimento do quilombo ocorreu por volta do ano de 1860. Um escravo que estava sendo levado de Mazagão Velho para combater na guerra do Paraguai conseguiu fugir. Pai Mané (Manoel Néri), como era conhecido, refugiou-se inicialmente na localidade denominada Vila do Coração. Ali ficou por pouco tempo, vindo a estabelecer-se em Conceição do Macacoari.

As terras do quilombo pertenciam aos irmãos Anacleto e Aniceto, que ali viveram da pecuária entre os anos 1910 e 1920, vendendo a área em seguida para o pecuarista negro Estevão Picanço, cujos descendentes continuam morando na mesma área. Os casamentos entre as famílias do quilombo resultaram nos sobrenomes que predominam ali e continuam estabelecidos: Gaia, Picanço, Néri, Moraes, Livramento, Jansen e Coutinho.

A primeira comunidade quilombola foi a de Curiaú, em 1999. De acordo com a coordenadora do Programa da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Andréa Butto, de um total de aproximadamente 2,2 mil comunidades quilombolas existentes no Brasil, 30 estão no Estado do Amapá.

Ainda em janeiro, outra comunidade quilombola do Amapá deverá receber o título do Incra: a Mel da Pedra, localizada próximo a Macapá. Segundo a coordenadora, serão regularizados 1,77 mil hectares, o que beneficiará 14 famílias.

6.4.11.4.2 - Contexto Histórico - Pará e Amapá

6.4.11.4.2.1 - O Estado do Pará

A origem do nome Pará vem do termo Pa'ra, que significa rio-mar na língua indígena tupi-guarani. Era como os índios denominavam o braço direito do rio Amazonas, engrossado com as águas do rio Tocantins, que o torna tão vasto ao ponto de não se poder ver a outra margem, mais parecendo um mar do que um rio.

Ao chegarem à região, os portugueses deram primeiramente o nome à terra de Feliz Luzitânia, que foi depois substituído pelo de Grão-Pará (grande rio), para finalmente, se tornar apenas Pará.

Os portugueses começam a fazer incursões no atual território do Estado do Pará durante a União Ibérica, no século XVI. Na mesma época, holandeses, ingleses e franceses o invadem em busca de sementes de urucum, guaraná e pimenta.

A Coroa Ibérica se vê diante da necessidade de consolidar seu domínio pela Região Norte do País. Em 1616, uma expedição entra num rio, hoje chamado Guajará, junto à Ilha de Marajó e constrói o Forte do Presépio, origem da Cidade de Belém. Entretanto, a colonização do território para ser eficiente, é preciso destruir os engenhos holandeses que existem ali. A metrópole envia reforço militar, estimula a emigração para as zonas estratégicas e descentraliza a administração da região. Inicia-se a colonização.

Em 1621, passa a fazer parte da Capitania do Maranhão e Grão-Pará, subordinado diretamente a Portugal, abrangendo a área dos atuais Maranhão, Piauí, Ceará e Pará e 6 Capitânicas, a de Caeté, Cabo do Norte, Marajó, Cametá, Xingu e a Capitania Real de Gurupá. Os missionários entram pelo sertão.

Em 1647, são destruídos os últimos contingentes holandeses. A economia paraense firma-se na exportação de cana, algodão, café e cacau.

Em 1667, Portugal envia degredados com o objetivo de aumentar o número de colonos. A agricultura prospera.

Logo após o Tratado de Madri, de 1750, que deu a Portugal o direito de posse sobre uma vasta área até então pertencente à Espanha, começam a ser construídas novas fortalezas em pontos da fronteira.

Entre 1752 e 1754 as Capitânicas passam à Coroa e em 1755, o Governador do Grão-Pará extingue a escravidão indígena e acaba com a influência jesuítica nas missões e para dinamizar a economia regional e estimular as atividades agrícolas além do extrativismo, é criada a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

A Capitania do Maranhão e Grão-Pará é desfeita em 1774. Em 1778, chegam casais açorianos à região e surgem algumas localidades, como Óbidos. A região desenvolve-se rapidamente e, no início do século XIX, Belém desponta como um grande centro urbano, com edificações de vulto, civis e religiosas e um jardim botânico para estudos de espécimes vegetais.

Em 1821, a Revolução Constitucionalista do Porto, em Portugal, encontra apoio no Pará, marcando o estado como o primeiro a se revoltar no país inspirado no liberalismo. Entretanto, o

Pará, devido à autonomia imposta pela Metrópole, fica à margem dos acontecimentos do restante do país, excluído da Independência do Brasil, necessitando de várias batalhas para ser incorporado ao Governo Imperial.

O domínio português só termina em 1823. Inicia-se uma série de revoltas pela Província, revelando a impotência das autoridades: a mais importante, a Cabanagem (1835), chega a decretar a sua Independência. Quando a Cabanagem é dominada, a população da Província encontra-se dizimada e muitos núcleos, em áreas produtivas, desaparecem. A lavoura e a pecuária acham-se arruinadas.

Nesta época, metade da década de 1850, as reservas de seringueiras da Amazônia despertam o interesse do Reino Unido e dos Estados Unidos, que promovem expedições científicas à região.

Começam, em 1870, estudos sobre a arqueologia amazônica, tendo no Pará, a cultura marajoara do Pacoval, na área do Lago Arari (foz do Amazonas) despertado maior interesse. De 1870 em diante, o Pará se integra totalmente ao restante do País e sua economia e seu povoamento crescem gradativamente devido ao ciclo da borracha.

Belém volta a ser metrópole regional. Abrem-se novas ruas e avenidas com traçado moderno; empresas bancárias (Banco do Pará, Banco de Belém, Banco Comercial do Pará), hotéis, hospitais, teatros, a Biblioteca Pública de Belém e o Museu Paraense (hoje Emílio Goeldi), e constroem-se casas. Em 1874 estabelece-se a ligação telegráfica entre Belém e o Rio de Janeiro, e em 1896 começa a funcionar o serviço de luz e força.

Com o colapso da borracha, em 1919, o Pará entra numa fase difícil. Em algumas regiões, implantam-se novos recursos econômicos com o objetivo de equilibrar a economia do Estado, como por exemplo, a lavoura em Bragança, a pesca em Salgado e o gado em Marajó.

De 1950 em diante, inicia-se um novo período de recuperação econômica do Pará. A abertura da Rodovia Belém-Brasília e da Transamazônica, a aplicação de recursos governamentais nas comunicações e usinas hidrelétricas e a criação da Superintendência da Amazônia (SUDAM) levam para a Amazônia Legal investimentos de grandes empresas e incentivos à diversificação econômica, além do retorno dos fluxos migratórios.

Entre 1970 e 1980, vários projetos polêmicos foram executados no estado. A construção da Usina de Tucuruí, inaugurada no final de 1986, projetada para fornecer energia para o futuro parque industrial do Pará, desperta uma série de denúncias sobre o desmatamento e o desastre

ecológico; o garimpo de Serra Pelada causa uma migração caótica que arruína a vida e a saúde de milhares de pessoas e esgota seus recursos devido à exploração descontrolada; surgem conflitos fundiários com sucessivos crimes de morte.

Um dos poucos projetos que dão certo é o Projeto Carajás, exportação do minério de ferro extraído da Serra de Carajás através do Porto de Itaqui, no Maranhão.

Em 1996, é anunciada a descoberta de uma das maiores jazidas de ouro do mundo, em Serra Leste, provocando um grande conflito entre a Companhia Vale do Rio Doce (autorizada a explorá-la) e os garimpeiros de Serra Pelada, que alegam ter direito de lavra sobre a área, necessitando a intervenção do Exército e da Polícia Federal. Um dos principais problemas sociais enfrentados pelo estado é a grande concentração fundiária, que provoca conflitos entre trabalhadores rurais sem-terra, grileiros, posseiros e índios.

O Pará conta com o Museu Paraense Emílio Goeldi, de fama internacional, com o Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e o do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará. As principais bibliotecas são a Biblioteca e Arquivo Público e a da Universidade Federal do Pará (40 mil volumes). Existem no estado quatro universidades, além de diversas faculdades isoladas.

Seu folclore apresenta o Boi-de-Reis, o Boi-Bumbá (variante do Bumba-meu-Boi), a Marujada e o Carimbó; e suas festas mais populares são as de São João e a Festa Religiosa de Nossa Senhora de Nazaré, em outubro, quando se realiza a Procissão do Círio, que atrai multidões de fiéis e turistas.

A culinária recebe grande influência indígena e seus mais típicos pratos são: o pato ao tucupi, o tacacá, a maniçoba (folhas da mandioca), moídas e cozidas e as casquinhas de siri. Além dos pratos típicos, como o pato no tucupi e a exótica maniçoba, os frutos do mar, da floresta, dos rios e das imensas fazendas paraenses compõem os cardápios: enormes peixes, como o pirarucu, a pescada amarela, o tambaqui, o tucunaré e o filhote, assados inteiros ou em moquecas.

Existem ainda os filés de búfalo da ilha do Marajó; camarões rosados e cinzentos, patas de caranguejo, ostras e sernambis, oriundos da Amazônia Atlântica; os cremes e sorvetes de frutas variadas - mangas, abacaxis, açaí e também bacuris, cupuaçus e muricis; queijo fresco e tartarugas oriundas dos criatórios artificiais.

A mandioca tem um papel expressivo. De seu processamento saem o tucupi, a farinha d'água - que acompanha as principais refeições - e o amido, chamado tapioca, usado em diversos pratos e sorvetes.

Suas bebidas típicas são principalmente preparadas com o açaí e entre seus doces típicos destaca-se o doce de cupuaçu. O Pará herdou a arte portuguesa dos doces, e aplicou-a sobre as frutas amazônicas: as tortas, docinhos e bombons recheados são únicos e deliciosos.

O artesanato, também, tem características indígenas e se destaca a cerâmica, que se divide em Marajoara (detalhes em alto e baixo relevo, com cores fortes); Santarena ou Tapajônica e Maracá.

As peças mais comuns são as urnas e vasos funerários, as tangas e as estatuetas. São comuns outros artigos como a juta, o tururi e o miriti, de onde se fabricam cestos e brinquedos que são comercializados na época do Círio do Nazaré (**Figura 6.4.11-3**).

O artesanato paraense pode ser encontrado em feiras de artesanato de Belém, barracas nas praças, lojas especializadas e em Icoaraci. A cultura indígena é a grande responsável pela presença de ervas medicinais, raízes milagrosas, amuletos, banhos-de-cheiro, olhos de boto, dentes de jacaré e animais empalhados nas feiras populares do Pará.



Figura 6.4.11-3 - Artefatos cerâmicos Marajoara: tanga e urna funerária

É da riqueza da fauna e da flora da Amazônia que os artesãos paraenses retiram elementos para produzir objetos, peças, artefatos utilitários e decorativos.

A diversidade de artesanato que o Pará possui é bastante significativa. Destacam-se os feitos em miriti; as cuias de Santarém, com seus belíssimos grafismos; além de objetos confeccionados com palha e galhos secos, cascas, patchouli, balata, madeira, sementes, bambu, pedras decorativas e areia, que dão origem a belas e originais embalagens.

A cerâmica marajoara, fruto do trabalho dos índios da Ilha de Marajó, é um exemplo dessa cultura. As peças são utilitárias e decorativas. Representam animais ou formas semelhantes ao homem. Atualmente, objetos cerâmicos nessa linha são produzidos por artesãos paraenses de Icoaraci, que mantêm uma tradição passada de geração em geração.

Já a cerâmica tapajônica é considerada uma das mais lindas do mundo. Os Tapajó eram uma das maiores nações indígenas da Amazônia. Suas cerâmicas decoradas, leves e resistentes, atizam a cobiça de colecionadores do mundo inteiro.

Existem inúmeros tipos de vasos de cerâmica tapajônica. Como exemplos, o vaso de gargalo, o de cariátides; pratos, estatuetas, cachimbos, entre outros. Entre as peças tapajônicas mais famosas estão os muiraquitãs.

Outras matérias-primas utilizadas pelos artesãos paraenses são a fibra da juta e a do tururi. A partir delas, são confeccionados jogos de mesa, tapetes, bolsas, sacolas, panos, bolsas, chapéus, bonecas, entre outras peças decorativas.

Um segmento que se destaca no artesanato produzido no Pará é o da marchetaria. Objetos nessa linha também podem ser encontrados no distrito de Icoaraci, em Belém.

Do outro lado do rio Guamá, na capital do Pará, é possível encontrar o artesanato produzido pelas mãos dos ribeirinhos. A principal atividade econômica deles é a extração de frutos, em especial o açaí.

Para produzir diversos objetos, eles utilizam as talas de jupati, do timbuí e da carnaúba. Com essas talas são confeccionados chapéus de palha, usados pelos agricultores e turistas para se protegerem do sol amazônico.

Há também as bilhas, potes e moringas feitos de argila retirada às margens dos rios da Amazônia. Esse tipo de artesanato é utilizado no dia-a-dia e, devido à harmonia das formas e à beleza do conjunto, é muito admirado por todos.

No Pará acontece o Círio de Nazaré, uma gigantesca e secular procissão religiosa, considerada a maior expressão de fé do povo católico paraense. No segundo domingo de outubro, o paraense demonstra o amor à Virgem de Nazaré.

A manifestação em Belém é só uma das diversas que são realizadas em vários cantos dos 143 municípios que compõem o Pará. Um exemplo está em Alter do Chão, no oeste paraense, onde

acontece a tradicional Festa do Çairé, uma das maiores manifestações folclóricas da Amazônia. O festejo tem origem indígena e todos os anos há a disputa dos grupos folclóricos Boto Tucuxi e Boto Cor de Rosa.

Trajes coloridos, sons fortes de instrumentos de percussão e muita expressividade corporal traduzem sonora e visualmente a herança folclórica paraense.

Uma das principais manifestações folclóricas é o carimbó. A mais popular de todas as danças paraense, traduz e simplifica o mesclado de raças que compõem a origem do Pará: negros, portugueses e índios. Outras danças também completam o universo folclórico paraense (**Quadro 6.4.11-3**).

Quadro 6.4.11-3 - Danças folclóricas do Pará

Danças Folclóricas	
Batuque Amazônico	Marujada
Carimbó	Obaluaiê
Dança da Angola	Retumbão
Dança das Taieiras	Samba do Cacete
Lundu Marajoara	Siriá
Maçarico	Xote Bragantino
Marambiré	

Botos que se transformam em homens e encantam mulheres; personagens que protegem animais e plantas da floresta, desnordeando caçadores; e crianças geradas por índias grávidas da cobra-grande. São algumas das lendas que compõem o folclore amazônico, como o Mapinguari, perpetuando histórias contadas por índios e replicadas pela imaginação popular nas festas paraenses no interior do estado (**Quadro 6.4.11-4**).

Quadro 6.4.11-4 - Lendas Amazônicas

Lendas Amazônicas	
Açaí	Mandioca
Boto	Mapinguari
Caipora	Matinta Perêra
Cobra-grande	Muiraquitã
Guaraná	Peixe-boi
Lenda do Sol	Tambatajá
Lenda dos Rios	Uirapuru
Lenda da Lua	Vitória-régia

Na foz do Rio Amazonas localiza-se o maior arquipélago flúvio-marítimo do mundo. Com quase 50 mil quilômetros quadrados, o Marajó abriga doze municípios e é maior que vários países europeus. É um dos mais importantes santuários ecológicos do planeta e um pólo turístico de alternativas inesgotáveis.

A exuberância da paisagem é formada por florestas, campinas, gramados, praias de rio, lagos de todos os tamanhos, furos e igarapés. Pássaros raros como o guará, jacarés, peixes e muitos outros compõem a fauna marajoara.

A principal atividade econômica do Marajó é a criação de búfalos. Mas o artesanato também merece destaque. A preocupação com a preservação da cultura marajoara é flagrante na reprodução de peças. Na culinária é destaque, especialmente a variedade de peixes.

6.4.11.4.2.2 - Municípios Abrangidos pelo Empreendimento

Almeirim

Situado na zona fisiográfica do Baixo Amazonas, o município iniciou através dos frades capuchos de Santo Antônio, juntamente com os índios da Aldeia do Paru. Ela prosperou, quando se uniu à taba dos índios do Rio Uacapari.

Posteriormente, o holandês Manoel da Mota e Siqueira, construiu, à margem esquerda do Rio Amazonas, no local onde atualmente se encontra a Sede Municipal de Almeirim, um forte de pedra e barro, denominado Forte do Paru, com o objetivo de defender o próspero território. Essa iniciativa foi um dos principais fatores do desenvolvimento do povoado Aldeia do Paru.

No ano de 1758, por ato do Governador e Capitão-General, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a aldeia passou à categoria de vila, adotando o nome de Almeirim. Na época da Independência, em virtude da preocupação do Governo da Capitania em aumentar os domínios coloniais portugueses, para o Alto Amazonas, foi extinta. Em 1835, foi palco de Cabanagem, que assolou o interior da Província.

Com o advento da República, em 1890, readquiriu a categoria de vila e também de município. Mas em 1930, o município foi extinto, sendo seu território anexado ao de Monte Alegre. Voltou à categoria de município por decreto estadual nº 16, de 24-11-1930, quando foi desmembrado de Monte Alegre.

Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município aparece constituído de 4 distritos: Almeirim, Boca do Braço, Santana do Cajari e Santo Antônio de Caracuru. Pelo decreto-lei estadual nº. 3131, de trinta e um de outubro de 1938, é criado o distrito de Arumanduba, com território do extinto distrito de Santana do Cajari. Sob o mesmo decreto, são extintos os distritos Boca do Braço e Santo Antônio de Caracuru e anexado ao distrito de Arumanduba.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de dois distritos: Almeirim e Arumanduba; em divisão territorial datada de primeiro de julho de 1960, o município é constituído de 2 distritos: Almeirim e Arumanduba. Pela lei estadual nº. 5075, de dois de maio de 1983, é criado o distrito de Monte Dourado e anexado ao município de Almeirim.

Em divisão territorial datada de dezoito de agosto de 1988, o município é constituído de três distritos: Almeirim, Arumanduba e Monte Dourado, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

A população do município, em dados do censo de 2003 era de 34.116 habitantes, ocupando uma área de 73.287,8 km².

A produção de leite de búfala é o principal destaque econômico de Almeirim, sendo o principal município produtor dentro do Estado do Pará, e o 2º maior do Brasil.

A comemoração de seu aniversário é o principal evento local. Conhecida como FEARCA, a Feira de Arte e Cultura de Almeirim - surgiu em 23 de Agosto de 1989, com o objetivo revitalizar e mostrar através deste evento a história deste povo, sua cultura, artesanato e potencialidades artísticas. Nessa festividade é possível encontrar o Acari na Brasa, prato típico da cidade, onde o peixe Acari é assado.

Com a finalidade de organizar os eventos culturais do município foi criado o DCULT - Departamento de Cultura de Almeirim em 2005.

Para o turista, destacam-se os atrativos naturais de Almeirim: Ilha do Ipanema, Lago Branco do Aramum, Balneário Ponte Maria, Balneário Atage, Balneário do Cachimbão, Igarapé da Base, Cachoeira do Panamá, Praia Verde e Serra da Velha Pobre. Ainda em uma pequena porção dentro do município é possível visualizar o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, considerado um dos maiores patrimônios da Amazônia, a maior unidade de conservação do Brasil e a maior área protegida de floresta tropical do mundo.

Como atração histórica o município dispõe do Monumento Histórico do Padre Armandio Pantojo. Quanto ao patrimônio arqueológico do município as peças encontradas estão localizadas na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões, área localizada junto ao Museu Paraense Emílio Goeldi, e já foram pesquisadas pela arqueóloga Lígia Karina de Carvalho Costa. Outros trabalhos de destaque no município foram os levantamentos de campo de artes rupestre pela arqueóloga Edithe da Silva Pereira.

Prainha

O município originou-se na margem do rio Urubuquara, e chamava-se Outeiro. O local era de difícil acesso, o que motivou os moradores a transferiram a sede do povoado que surgia para as margens do rio Amazonas.

Foi elevado à categoria de freguesia, em 1758, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado e, com a Lei Provincial nº 941, de 14 de agosto de 1879, foi elevado à categoria de vila. Tornou-se município a 7 de janeiro de 1881.

Em 27 de dezembro de 1930, através do Decreto nº 78, o município foi extinto e seu território anexado ao de Monte Alegre, mas a Lei nº 8 de 31 de outubro de 1935, restabeleceu sua autonomia.

Com as Leis 5.435, de 05 de maio de 1988 e 5.438, de 06 de maio de 1988, o território de Prainha foi desmembrado para a criação dos municípios de Uruará e Medicilândia. Atualmente, é constituído de dois distritos: Prainha e Pacoval.

Sua população, estimada pelo censo de 2004, era de 30.060 habitantes, em uma área de 13.895,79 km².

O município de Prainha é rico em manifestações religiosas. No calendário de festividades estão presentes as Festas de São Pedro e São Benedito, no mês de junho, sendo a primeira no dia 28, e a segunda entre os dias 19 e 25. Em agosto, acontece a festa de Nossa Senhora das Graças, a santa padroeira da cidade, no dia 15. Todos esses eventos são acompanhados por ladainhas e contam com a presença de foliões. Por ocasião dessas festividades há, também, a derrubada do mastro e um arraial. O traço marcante da cultura popular de Prainha são os "foliões" que acompanham a ladainha e a procissão fluvial de São Pedro.

O artesanato do município tem como matérias-primas a palha e o couro, com os quais a população produz bolsas e sapatos.

Entre os exemplares do patrimônio histórico de Prainha, estão o prédio da igreja de Nossa Senhora das Graças, as praças da Bandeira, São José e São Francisco e o Mercado Municipal.

Quanto ao patrimônio arqueológico de Prainha, as peças encontradas estão localizadas na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões, área localizada junto ao Museu Paraense Emílio Goeldi, e já foram pesquisadas pela arqueóloga Lígia Karina de Carvalho Costa.

Outros trabalhos de destaque no município foram os levantamentos de campo para a identificação de arte rupestre pela arqueóloga Edithe da Silva Pereira. Algumas das figuras rupestres identificadas encontram-se na Serra da Carreta.

Em relação às atividades comerciais, pode-se destacar a extração de recursos naturais da Floresta Amazônica e a confecção de artesanato para venda. Dessa necessidade de recursos naturais foi criada a RESEX (Reserva Extrativa) Renascer.

Monte Alegre

O município de Monte Alegre é resultado de uma das mais antigas fundações urbanas da região Amazônica, cuja origem pode anteceder à própria ocupação da região pelos colonizadores lusitanos. Conforme os relatos históricos, o primeiro navegador estrangeiro que explorou a região do Médio-Baixo Amazonas foi o espanhol Francisco Orellana, em 1540, durante a sua viagem ao longo do Grande Rio, percorrendo-o de sua nascente até sua foz.

Em 1639, chegaram à região do Médio-Baixo Amazonas os primeiros colonizadores portugueses, integrando a expedição comandada pelo capitão Pedro Teixeira. O primeiro local visitado foi o aldeamento de Gurupatuba, denominação herdada dos índios Gurupatuba, antigos habitantes da região, onde também viviam outros grupos de silvícolas, como os Carabocas, os Bubuizes, os Mariaus e os Serranos.

O primeiro posto de catequese na aldeia foi estabelecido por jesuítas da Companhia de Jesus ainda no século XVII. O jesuíta missionário João Felipe de Bettendorf, nascido em Luxemburgo, visitou a aldeia de Gurupatuba em 1661, tendo ali erguido uma cruz. A partir de 1681, o lugar passou a contar com a presença permanente dos religiosos Inacianos, responsáveis pela edificação de uma igreja, a Nossa Senhora da Conceição. Gurupatuba experimentou uma fase de grande desenvolvimento nesse período, chegando a representar, pela sua importância, o papel de uma verdadeira capital das missões do Baixo Amazonas.

Com a chegada dos frades da Piedade à região, que ali se estabeleceram por mais de meio século, Gurupatuba passou para o seu domínio. Os frades edificaram, entre outras obras, um grande templo em homenagem a São Francisco de Assis, hoje padroeiro da cidade de Monte Alegre. Durante a sua administração, a posição de destaque que era ocupada por Gurupatuba foi transferida para Gurupá, onde os religiosos construíram uma estrutura maior. Por sua posição geográfica, Gurupatuba representava o núcleo populacional amazônico mais ocidental, sob o domínio português.

Com a mudança de Gurupatuba para Gurupá, o núcleo populacional onde iniciou a cidade de Monte Alegre passa a ser conhecido como São Francisco de Assis, em referência ao padroeiro local.

O estabelecimento das missões religiosas na Amazônia obedecia a um critério geográfico, porque as mesmas se situavam, geralmente, em pontos estratégicos. Assim, além do religioso, existia o cunho político, pois, a pretexto de guarnecer as missões estabelecidas, o governo de Portugal instalava fortificações militares em pontos estratégicos, estendendo o seu domínio através de uma região que, por força do Tratado de Tordesilhas, pertencia à Espanha.

Em 27 de fevereiro de 1758, a freguesia de São Francisco de Assis recebe a denominação portuguesa de Monte Alegre, pelo capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, mudança de nome acarretada pelo desenvolvimento gerado pela implantação de uma serraria para beneficiamento de madeiras nobres - especialmente o cedro - cujos troncos eram carregados pelo rio Amazonas, em direção ao Atlântico.

Inaugurada no final do século XVIII, a serraria Real transformava em pranchas as toras de cedro, que eram comercializadas com Belém e exportadas para Lisboa, com a finalidade de atender às grandes construções em Portugal.

O beneficiamento de toras de madeira-de-lei e a “pesca” transformaram-se em um próspero negócio para os montealegrenses, que se tornaram grandes fornecedores de matéria-prima para a construção naval, principalmente em Belém, onde se construíam navios para a frota lusitana.

No fim período colonial a vila regrediu em seu desenvolvimento, devido à escassez de matéria-prima. Em 1822, com a Independência do Brasil, Monte Alegre elevou sua categoria à vila. No ano de 1880, a Lei nº 970, de 15 de março, elevou a sede do município à condição de cidade.

Conforme disposição do Decreto nº 6, de 4 de novembro de 1930, o município foi mantido, o que foi confirmado no quadro da divisão administrativa relativo ao ano de 1933, ocasião em que aparece constituído somente pelo distrito-sede, que figura entre os municípios do estado, mencionado pela Lei nº 8, de 31 de outubro de 1935.

Conforme o censo de 2004, Monte Alegre contava com uma população de 66.467 habitantes nesse ano, distribuídos em uma área territorial de 20.066,39 km².

O calendário de festas possui muitas datas comemorativas, a citar: Festa de São Sebastião (janeiro); Carnaval (fevereiro); Festejos de São João (junho), onde ocorre a apresentação de Cordões de Pássaros, bois-bumbás, a Formiga Cabeçuda (modalidade de dança), o carimbó e a Folia do Ariri; Expofeira Agropecuária (julho); e a principal, Festejos de São Francisco de Assis, padroeiro do município.

O artesanato local apresenta peças em cerâmica e tecelagem de palha, as pintacuias (atividade tradicional de pintar cuias, que também é utilizada com gentílico dos habitantes locais), pintura primitiva (pintura a óleo em madeira, tecidos ou latas), balata (modelagem de figuras variadas) e esteiras.

O turismo no município oferece várias opções: Pedra do Pilão, uma monumental escultura natural, que funciona como mirante. Nas proximidades da pedra existe um grande painel, com exemplares de arte rupestre do período pré-histórico; Serra do Ererê, serra repleta de paredões e cavernas cobertas de inscrições rupestres e pinturas, datadas de mais de 12 mil anos; Serra do Pay Tuna, que possui cavernas que permitem visões subterrâneas com a presença de painéis e pinturas rupestres (Figura 6.4.11-4).



Figura 6.4.11-4 - Serra do Pay-Tuna - Monte Alegre/Pará

No topo da serra, encontra-se a pedra do Palão, uma grande formação rochosa esculpida pelo vento. No município também há o Parque Estadual de Monte Alegre, que abrange uma extensa

área compostas por serras onde estão localizadas inúmeras pinturas e grafismos rupestres (Figura 6.4.11-5).



Figura 6.4.11-5 - Arte Rupestre encontrada em Monte Alegre/Pará

Alenquer

Os registros da formação do povoado que originou o atual município de Alenquer datam da primeira metade do século XVIII, quando os capuchos da Piedade estabeleceram a sede da catequese no Rio Curuá, onde trabalharam na conversão dos índios Arabés. Naquele local, enfrentaram uma série de doenças tropicais que os levaram até o Rio Surubiú, onde permaneceram, fundando a missão de Santo Antonio de Surubiú.

Em 1775, o então governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, subiu o Amazonas dando nomes portugueses às antigas missões religiosas. Assim o Surubiú passou a ser chamado Alenquer, elevado à categoria de vila através da Carta Régia, de 06 de julho de 1775. Depois disso, por um breve período, a partir de 1833, Alenquer passou a ser anexada a Santarém, conquistando sua autonomia definitiva em 23 de julho de 1848, sendo elevada à categoria de cidade em 10 de julho de 1881.

Em 2004, de acordo com o censo, Alenquer contava com uma população de 40.015 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 22.282 km². Dentre as atividades econômicas destacam-se a pecuária, o extrativismo e o comércio.

Alenquer sempre teve suas manifestações folclóricas baseadas em cordéis realizados nos clubes da cidade. A partir da década de 80, ao se incentivar um festival folclórico na cidade, juntou-se o tradicional com inovações trazidas de Manaus (boi-bumbá), por estudantes. Dessa forma,

originou dois grupos folclóricos rivais: o “Matutando de Férias” e o “Zé Matuto”, que se enfrentam na última semana de julho, no Festival Folclórico Alequerense, onde está localizado o Matutódromo, construído em 1998. Ainda como exemplo de manifestação folclórica, há a Dança do Murambiré, que se constitui numa simples marcha de ritmo alegre. Tem origem na África e é perpetuada por afro-descendentes de Alenquer.

Completando o calendário de festas ainda há: Os Festejos de Santo Antônio, padroeiro da cidade; o Aniversário do Município (ambos em junho); Expofeira Agropecuária (setembro); Festival do Acari (outubro); entre outras.

Na denominada “Cidade dos Deuses”, localizam-se grandes paredões e grutas esculpidos pelo vento nos quais se encontram inúmeras inscrições rupestres (**Figura 6.4.11-6**).



Fonte: www.fabianoalenquer.vilabol.uol.com.br

Figura 6.4.11-6 - Cidade dos Deuses - Alenquer/Pará.

Curuá

A história do município inicia com a fundação da Missão Baré, em 1694, pelos Padres Franciscanos Capuchos da Piedade, mais tarde transferidos para a aldeia Surubim, em Alenquer, sendo o lugar denominado Arcozello por Mendonça Furtado.

Parte da população foi transferida para a aldeia Pauxis, em Óbidos, que estava em decadência. Por volta de 1848, inicia-se a segunda povoação através do Ten. Raimundo Simões, que fixou residência para a exploração dos Balatais.

No dia 23 de março de 1900, foi criada a Vila Curuá, cujo projeto foi elaborado pelo Senador Fulgêncio Simões. Sua instalação ocorreu no dia 15 de agosto de 1900, presidida pelo Intendente

de Alenquer, Tenente Coronel Josino Cardoso Monteiro. Em 17 de Janeiro de 1993, foi criada a comissão de Pró-Emancipação de Curuá, presidida pelo Sr. José Vieira de Castro.

A vila foi emancipada definitivamente através do plebiscito ocorrido em 03 de dezembro de 1995, e passou a ser chamada de município do Curuá.

O censo de 2004 revela que Curuá contava, na época, com uma população de 10.053 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 1.473,60 km².

Dentre as atividades econômicas destacam-se as atividades extrativas de castanha, copaíba e salsa e a pecuária.

Os principais eventos festivos do município são o Carnaval do Calçadão - CARNADÃO, que ocorre em fevereiro e o CURUART, feira que ocorre em dezembro e apresenta o comércio e a cultura local.

Quanto ao turismo recebem destaque as praças: Praça Cônego Secundo Bruzzo, Praça Beira Rio e Praça do Trevo.

Óbidos

É uma das cidades paraenses tidas como irmã de Portugal. Na Europa existe, também, um lugar conhecido como Vila de Óbidos, a 95 km de Lisboa. O município paraense herdou não apenas o nome, mas algumas tradições dos colonizadores portugueses, como ruas estreitas e ladeiras, as mercearias de esquina e os amplos sobrados e casarios que datam do século XVII, XVIII, XIX e XX, alguns dos retratos de Portugal em plena Amazônia.

A cidade localiza-se na parte mais estreita e profunda do Rio Amazonas. As ruas de Óbidos contam um pouco da história da cidade, fundada por volta de 1697. O Forte Pauxis, símbolo da fundação do município, é um dos prédios históricos existentes no município. Exatamente onde existia uma tribo de índios Pauxis, foi erguido o forte que pode ser avistado por aqueles que chegam de barco à cidade. Era um ponto estratégico para a consolidação do domínio português na Amazônia, pois é ali a parte mais estreita do Rio Amazonas (1,8 km) e mais profunda também (cerca de 75 m).

A partir da sua construção, qualquer embarcação que por lá passasse era intimada a parar, para a cobrança do dízimo devido à Coroa Real Portuguesa. Do Forte Pauxis é possível ainda avistar a Serra da Escama, onde foi erguida a Fortaleza Gurjão, construída para guarnecer e defender a

região dos invasores. Além do fator histórico, a serra, com sua floresta ainda intocada, é uma excelente opção para os amantes de aventura.

Outro importante símbolo de valor histórico para o município é o Quartel do Exército. Sua construção ocorreu em 1909 e foi tombado em 1998 pelo Governo do Estado como Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.

A Igreja de Nossa Senhora de Sant'Ana também é um marco da colonização religiosa portuguesa em Óbidos. Por influência dos religiosos dos Capuchos da Piedade, irmandade vinda da cidade do Porto para catequizar os índios Pauxis, a santa foi escolhida como protetora da região e para ela foi erguida uma igreja em fevereiro de 1827.

Todos os anos, no segundo domingo do mês de julho, é realizado o Círio de Sant'Ana, evento que reúne centenas de romeiros da cidade e de municípios vizinhos, para homenageá-la.

A Capela do Bom Jesus, erguida na parte mais alta da cidade, nasceu de uma promessa dos obidenses e foi testemunha de um dos episódios históricos mais importantes da Amazônia: a Cabanagem, movimento ocorrido entre 1831 e 1840, deixando milhares de mortos.

Os cabanos chegaram à cidade depois de tomar Santarém, Monte Alegre e Alenquer, cidades vizinhas ao município. Em Óbidos, eles tiveram permissão de desembarcar depois de se anunciarem como amigos, porém, na calada da noite, tomaram o Forte e se apossaram de armas. Houve saques e assassinatos. Sob o comando do Padre Raimundo Sanches de Brito e de seu irmão, também religioso, Antônio Manuel Sanches de Brito, os rebeldes foram expulsos. Como promessa, os obidenses decidiram erguer a capela para que a cidade fosse poupada de novos ataques cabanos.

Os casarios no estilo português também estão no histórico da cidade. Alguns localizados nas esquinas, servem de comércio, outros são mantidos como residências. Por causa de suas edificações de origem lusitana, a região é considerada a mais aportuguesada na linha do Equador.

A história de Óbidos está nas ruas, em painéis espalhados por prédios históricos. É o Museu Contextual, uma idéia da Secretaria Executiva de Cultura do Estado, desenvolvida em parceria com a Universidade Federal do Pará. Na fachada dos principais monumentos da cidade há um painel com informações que narram a importância de cada um. São relatos sobre a construção, os proprietários e seus moradores, além de outros fatos relevantes.

Em 2004, conforme o censo, Óbidos contava com uma população de 47.779 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 26 826 km². A base da economia é a fibra de juta, a castanha-do-pará e a pesca. A cidade possui um porto fluvial onde atracam grandes navios para o escoamento da produção da região.

Os principais patrimônios culturais locais são as construções do século XVII, destacando-se o Forte Pauxis (1697), restaurado e a Fortaleza Gurjão, que se encontra em ruínas; também há centenas de construção antigas residenciais e comerciais de arquitetura colonial portuguesa no centro da cidade, como Os Casarões do Porto (século XIX), Quartel da Cidade (1909), Antiga Casa do Major José da Gama Bentes (1870, atual prefeitura municipal), Câmara Municipal de Óbidos (século XVII), e a Igreja Matriz (1827), cuja padroeira é Nossa Senhora de Sant' Ana.

Seus principais eventos são:

- o carnaval, festa que dura mais de uma semana, e é conhecida como Carnapauxis, folia momesca ocorrida todos os anos em Óbidos, cujo símbolo é o “Mascarado Fobó” (o evento recebeu através da lei nº 7.225/08 sancionada pela governadora Ana Júlia, o *status* de Patrimônio Cultural e Artístico do Pará);
- o aniversário do município, comemorado dia 25 de março;
- o Arraiá dos Pauxis, que acontece no mês de junho em praça pública, onde são realizadas apresentações de danças folclóricas (quadrilhas, carimbó, siriá, boi-bumbá etc), iguarias do período junino como: pipoca, cocada, bolo de macaxeira, tapioca, canjica e outras, além do “Casamento na Roça” e da escolha da “Miss Caipira”;
- a Festividade de Sant' Ana, em julho, festa em homenagem à Padroeira;
- o Festival do Tucunaré, peixe bastante comum da região, ingrediente principal de diversos pratos típicos do município.

Oriximiná

O município, localizado na zona fisiográfica do Baixo Amazonas, teve início em 1877, quando o Padre José Nicolino de Souza, natural de Faro, desbravou a região e fundou uma povoação denominada Uruá-Tapera ou Mura-Tapera, à margem esquerda do rio Trombetas. Nove anos depois, a então povoação foi elevada à Freguesia de Santo Antônio de Uruá-Tapera, por ato de Joaquim da Costa Barradas, Presidente da Província do Pará e Desembargador do Estado do Maranhão.

Em nove de junho de 1894, no governo de Lauro Sodré, a região foi elevada à categoria de vila, já com o nome de Oriximiná, e instalada como município, no dia cinco de dezembro do mesmo ano, tendo nomeado para prefeito, o senhor Pedro Carlos de Oliveira.

Com a Lei nº 729, de três de abril de 1900, no governo de Paes de Carvalho, por motivos políticos, Oriximiná foi extinto. Seu território deveria ser dividido entre os municípios de Faro e Óbidos, o que, na realidade não aconteceu, pelo fato de o município ficar anexado somente ao de Óbidos.

A partir da extinção do município e sua anexação a Óbidos, Oriximiná sofreu muito em seu desenvolvimento, até que, em 24 de dezembro de 1934, com a Lei nº 1.442, o município reconquistou sua autonomia com um território menor do que aquele criado na época do governo Lauro Sodré.

O topônimo de origem indígena é de difícil identificação. Entretanto, por corrupção significa “o macho da abelha”, o “zangão”.

De acordo com Frei Protásio Frinckel, pároco do município e conhecedor da sua história, Oriximiná é derivado de Eruzu-M'ná e quer dizer “muitas praias” ou “minas de praias”.

Conforme o censo de 2004, o município contava com uma população de 52.392 habitantes (censo 2004), distribuídos em uma área territorial de 108.086 km². A base da economia é a agricultura, pesca, pecuária e exploração do minério, como a moderna indústria extrativista de bauxita.

No calendário de eventos comemorativos de Oriximiná destacam-se: a Encomendação das Almas, que ocorre em março, onde as pessoas de diversos locais unem-se para rezar; o Círio Fluvial Noturno de São Francisco, que acontece em junho, é a principal festa do município e ocorre em homenagem ao seu padroeiro e o Festival da Mandioca.

Quanto ao turismo, as atrações naturais são destaques em Oriximiná onde há: o Rio Trombetas, muito procurado para a pesca; a Cachoeira Porteiras, marcada por uma natureza ainda não explorada, onde há botos, animais silvestres e jacarés; Floresta Nacional do Saracá-Taquer, com uma área de 429.600 hectares, acessível somente por barco, oferece trilhas para caminhadas, além de abrigar comunidades remanescentes de quilombos; Reserva Biológica do Trombetas, onde está a maior concentração de quelônios do Brasil. Ainda podemos citar o Porto do Rio Trombetas, que possui construções que marcam o início da história do município.

No município concentram-se 21 comunidades negras descendentes de quilombos, com destaque para a comunidade de Boa Vista (primeira a ser reconhecida como comunidade quilombola em 1995), a de Acapu, a de Erepecuru e a de Trombetas. Existe também, uma Área Indígena compostas por índios Nhamundá-Mapuera, com 8.454 km² de extensão, abrangendo os municípios de Oriximiná e Faro.

Em Oriximiná encontra-se o sítio arqueológico Mussurá, possivelmente o primeiro sítio de arte rupestre registrado submerso no mundo. Situado na Ilha do Encantado, é ornamentado com várias gravuras rupestres em baixo relevo que destacam a figura humana como tema principal. O sítio é um pedral, dividido em vários blocos, com aproximadamente 30 metros de comprimento por 20 metros de largura. Situado na Reserva Biológica de Trombetas, o sítio conta ainda com diversos polidores e afiadores, - incisões compridas e profundas - produzidos nas rochas pelos primeiros habitantes da região pelo uso contínuo da rocha para polir e afiar seus instrumentos.

O achado foi possível pela parceria entre o Museu Paraense Emílio Goeldi, representado pela arqueóloga Edithe Pereira e Gilson Rambelli, diretor do Centro de Estudos de Arqueologia Subaquática e Náutica da Unicamp.

6.4.11.4.2.3 - O Estado do Amapá

Embora existam controvérsias, estima-se, por meio de estudos arqueológicos, que os primeiros seres humanos chegaram à Amazônia a cerca de 12.000 anos atrás. A população amapaense foi constituída a partir da miscigenação de três grandes grupos étnicos: os ameríndios, os colonizadores europeus e os africanos.

A região do atual Estado do Amapá foi originalmente povoada por grupos indígenas do tronco Aruaque, entre os quais destacam-se: Guaiampis, Palicures, Tucujus.

As terras do atual Estado do Amapá pertenciam à Espanha, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, firmado entre Portugal e Espanha em 1494.

O espanhol Vicente Yáñez Pinzón descobriu e reconheceu a costa do Território do Amapá, chegando até a foz do Rio Oiapoque ou Rio Vicente Pinzón. Nessas terras encontra-se madeira, resinas, frutos corantes, como o urucum, e óleos vegetais, além dos produtos de pesca, o que desperta o interesse de franceses, ingleses e holandeses.

Durante a União Ibérica, em 1637, a região é doada ao português Bento Maciel Parente com o nome de Capitania da Costa do Cabo Norte, mas as incursões estrangeiras continuam. Dá-se início também à plantação de fumo e cana-de-açúcar, ao fabrico de açúcar e aguardente, e à criação de gado.

A França, já de posse da Guiana Francesa, reclama o território e em 1697, há uma invasão armada seguida de uma série de negociações que resultam na neutralidade da área até a conclusão de um acordo final, proibindo que colonos portugueses ou franceses se estabelecessem na região. Os franceses não o respeitam e continuam invadindo a região. Os portugueses protestam e anulam o acordo.

Na Holanda, sob a mediação da Rainha Inglesa Anne, em 1713, ocorre a assinatura do Tratado de Utrecht entre Portugal e a França, que estabelece o Rio Oiapoque como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa. A França, então, passa a contestar dizendo que o Rio Oiapoque não é o Rio Vicente Pinzón e sim rios mais ao sul como o Cassiporé, o Calçoene, o Cunani, o Carapapóris e o Araguari, chegando a ter alguns desses falsos limites aceitos internacionalmente e continua sem respeitar o acordo, chegando a fazer investidas no território para aprisionar índios a fim de escravizá-los.

O donatário da Capitania morre e ela é incorporada à Coroa. Os franceses são combatidos sem eficiência, até que tropas do Governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará conseguem expulsá-los. Em 1738, os portugueses voltam, então, a se estabelecer na região, fixando em Macapá um destacamento militar. D. João batiza-a de Província dos Tucujus ou Tucujulândia, delimitando geograficamente seus limites, com o objetivo de planejar a defesa contra futuras investidas e ter controle sobre as nações indígenas.

Em 1750, após a assinatura do Tratado de Madri, Portugal começa a preocupar-se com a colonização da região e estimula a vinda de imigrantes, principalmente açorianos e marroquinos, que iniciam a ocupação do território.

Os portugueses prosseguem com a obra de desbravamento das terras e catequese dos índios. Fundam-se missões franciscanas e jesuíticas. Em 1758, Macapá é elevada à categoria de Vila, com o nome de Vila de São José de Macapá.

As lutas pela demarcação das fronteiras continuam. Com a construção da Fortaleza de São José do Macapá, a maior do Brasil Colonial, em 1764, os portugueses dificultam os ataques dos franceses. É fundada Nova Mazagão com um grande contingente de marroquinos.

Um Tratado de 1797 pôs a fronteira da Guiana no Calçoene, mas não foi ratificado por Portugal. O Tratado de Badajós (1801) adota o Rio Araguari. O Tratado de Madri (1801), o Carapanatuba. Todos são anulados pelo Príncipe Regente.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, devido às invasões francesas em Portugal, no norte do Brasil ocorrem represálias contra os franceses. A Guiana é ocupada por paraenses, apoiados por uma pequena força naval, que dominam a região governando-a por 8 anos.

O Tratado de Paris (1814) ordena a restituição da Guiana à França com as fronteiras no Carapapóris. Portugal não ratifica essa decisão. O ato final do Congresso de Viena (1815) reconhece a antiga fronteira de Utrecht. Por uma convenção celebrada em Paris, em 1817, Portugal compromete-se a efetuar a devolução em 3 meses, e concorda com a formação de uma comissão mista para demarcar a fronteira, o que não acontece. Após a Independência, em 1822, o Amapá permanece ligado à Província do Pará e os problemas sobre a fronteira continuam.

Durante a cabanagem, o território se opõe aos rebeldes e sofre depredações. Seus rebanhos são dizimados. Em 1841, novamente o Amapá torna-se área neutra aguardando um acordo entre os dois países, mas todas as negociações posteriores fracassam.

Em 1886 uma República Francesa Independente é criada na Região do Cunani, entre o Cassiporé e o Calçoene. O próprio governo francês encarrega-se, em 1887, de liquidar essa República.

Em 1893, a descoberta de ouro na Bacia do Rio Calçoene faz com que os ânimos reanimem. A região é invadida por aventureiros de todas as nacionalidades. Por vários anos a população explora a região à procura de grande quantidade de ouro, chegando a achar nas Bacias do Oiapoque, Cassiporé, Araguari e Vila Nova. Encontra-se também o diamante. O governo da Guiana Francesa cuida logo de colocar um representante da França na região, fiscalizando-a e desviando a coleta do ouro para o lado francês, que cobra altas taxas de impostos.

Os brasileiros resolvem criar um Governo Triúnviro para dirigir a região. Em 1895 ocorre outra invasão francesa, repelida por Francisco Xavier da Veiga Cabral (o Cabralzinho), o 'Herói do Amapá'.

Em 1897, no Rio de Janeiro, é assinado um termo de compromisso entre a França e o Brasil, delegando a resolução dos atritos à arbitragem do Presidente da Confederação Suíça, Walter Hauser, e o Barão do Rio Branco é escolhido para defender o Brasil. Em 1900, a sentença dá ao Brasil a posse definitiva da região contestada, que se situa entre o Oiapoque e o Araguari. Inicialmente incorporado ao Pará, o Amapá tem o nome de Araguari.

Em 1943, numa tentativa de apoiar o desenvolvimento da região, cria-se o Território Federal do Amapá, desvinculado do Pará, com capital em Macapá e a parte ao norte do Rio Cassiporé passa a constituir o município do Oiapoque.

O desenvolvimento do Amapá, na primeira metade do século XX, é lento, até que em 1945 a descoberta de jazidas de manganês na Serra do Navio revoluciona a economia local. O manganês é explorado exclusivamente pela Empresa ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios S/A, conforme um contrato de arrendamento por 50 anos, firmado em 1953.

Em dezembro de 1957, cria-se o município de Calçoene, ao norte do Rio Amapá Grande. Nos anos 1970, junto do Rio Jari, na divisa com o Pará, é implantado o Projeto Jari, um programa extrativista e agroindustrial ligado à exploração de madeira, cultivo de arroz, produção de celulose, entre outras atividades, mas o projeto não se consolida.

Em 1988, o território se transforma em estado, instalado em 1991. Atualmente, a economia do Amapá já não é mais de subsistência, mas continua apoiada no extrativismo mineral e vegetal e na agropecuária e enfrenta graves problemas sociais, principalmente na área da saúde pública.

O Amapá é hoje palco de diversos projetos que buscam o resgate da sua identidade cultural, com base no conceito de “amapalidade”. Trata-se de um movimento destinado a fortalecer manifestações que nasceram e passaram de geração em geração dentro do território amapaense. O esforço tem como objetivo valorizar as heranças da pré-história e da história mais recente, expressas nas danças, na música, no artesanato e na gastronomia, para que se perpetuem entre os mais jovens.

O artesanato é marcado pela herança indígena. Bandejas, jarros, cestos e outros objetos de decoração são produzidos pelos *designers* e artesãos com formas geométricas inspiradas nos grafismos típicos das peças arqueológicas encontradas em Cunani e Maracá.

Apoiado pelo Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), o artesanato amapaense está ganhando qualidade e conquistando espaços nas lojas de grandes centros urbanos. A instituição incentiva também a gastronomia, com a promoção de festivais voltados aos cardápios regionais, como o camarão no bafo ou a caldeirada de filhote, um peixe típico dos rios da região (**Figura 6.4.11-7**).



Figura 6.4.11-7 - Artesanato indígena

Entre as tradições culturais mais significativas está o Marabaixo (Figura 6.4.11-8). O ritual nasceu dentro dos navios negreiros que chegaram ao Amapá. Durante a viagem, muitos escravos morriam por causa das epidemias e eram jogados ao mar. Suas almas eram louvadas por cantos de lamento ao som de batuques.



Figura 6.4.11-8 - Tradição do Marabaixo

Ao longo dos séculos, a tradição se preservou, aliando a veneração dos orixás e as ladainhas aos santos católicos. O ritual é embalado por ritmos de tambores, dança e gengibirra - uma mistura de cachaça, gengibre e açúcar. É ponto alto nas festas religiosas do Divino Espírito Santo e da Santíssima Trindade.

Em Mazagão, a dança faz parte dos festejos de São Tiago, no mês de agosto, nos quais os moradores relembram as batalhas entre mouros e cristãos que marcaram a história de seus antepassados.

Na Capital, destaca-se também a exibição da Zimba, trazida pelos negros da Guiana Francesa; Sairé, uma dança tipicamente amazônica, e a Folia que reúne tradições profanas e religiosas; o Batuque do Igarapé do Lago; e o Boi-Bumbá. No Município de Oiapoque acontecem os Jogos Indígenas, uma competição entre tribos, em modalidades esportivas.

O Amapá traz consigo os valores marcantes da Amazônia, onde água, florestas e animais são indicativos de superstições, como a Cobra-Grande, a Mãe d'Água, o Boto e Matinta Perera.

Na culinária regional destacam-se o camarão ao molho do tucupi, o açaí e a gengibirra, uma bebida típica feita de gengibre ralado, cachaça e açúcar.

6.4.11.4.2.4 - Municípios Abrangidos pelo Empreendimento

Macapá

Em 1499, Américo Vesúcio, participando da expedição de Alonso de Hojeda - sob ordens dos reis católicos da Espanha Fernando e Isabel, envia carta-documento escrita por esse navegador, na qual narra o momento em que sua expedição atravessa a linha do equador, no atual município de Macapá, hoje capital do Estado do Amapá.

O primeiro nome oficial dado a estas terras foi “Adelantado de Nueva Andaluzia” em 1544, pelo então Rei da Espanha Carlos V, numa concessão a Francisco Orellana, navegador espanhol. A colonização do Amapá inicia somente a partir do século XVIII com os portugueses.

A capital do Estado do Amapá se originou de um destacamento militar fixado no mesmo local das ruínas da antiga Fortaleza de Santo Antonio, a partir de 1740. Este destacamento surgiu em razão de constantes pedidos feitos pelo governo da Província do Grão Pará e Maranhão (a quem as terras do Amapá estavam juridicamente anexadas), João de Abreu Castelo Branco, que desde 1738, sentindo o estado de abandono em que se encontrava a Fortaleza, solicitava à Coroa portuguesa providências urgentes.

Em 1740 veio a resposta do rei português D. João, que não só autorizou o governador do Pará a construir um fortim no mesmo local das ruínas da fortaleza de Santo Antonio, como também

enviou um projeto de construção de um pequeno forte idealizado pelo sargento-mor Manuel de Azevedo Fortes e pelo engenheiro-mor do reino Miguel Luis Alves. Deste forte originou-se Macapá.

Depois que D. José I assumiu o trono português, o Marquês de Pombal foi nomeado para o ministério real e nomeou, em seguida, seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o comando das Armas da Província do Pará, assim como para a presidência da própria província, gozando de plenos poderes para promover a fundação e colonização de vilas na Amazônia Setentrional.

É nesta época que Macapá assiste à chegada dos colonos dos Açores, sob o comando do coronel João Batista do Livramento e do padre jesuíta Miguel Ângelo de Moraes. O arquipélago dos Açores, de onde vieram esses colonos, ainda constitui parte do território insular de Portugal.

Em 1580 sua população se revolta contra os espanhóis, devido a instauração da União Ibérica (domínio espanhol sobre Portugal entre 1580 e 1640).

As ilhas tornaram-se ponto de reunião das armadas que traziam riquezas das Índias, bem como palco da guerra marítima entre os ingleses e as potências ibéricas. Como parte da estratégia de expansão e colonização das posses portuguesas no Novo Mundo, o governo luso promove uma ampla campanha de remanejamento em Cabo Verde e Açores, culminando com o envio de centenas de famílias, com seus escravos, para povoar núcleos coloniais ao Norte e Sul do Brasil.

As dependências e imposições geográficas do povoado, porém, assim como a malária e outros males tropicais, além da inadaptabilidade dos açorianos aliada aos constantes desentendimentos entre o jesuíta Miguel Ângelo e o coronel Livramento, contribuíram para que os primeiros colonos de Macapá não conseguissem sucesso em seu trabalho.

Em 1752, alastra-se no povoado uma epidemia de cólera. A notícia chegou à Belém em 07 de março daquele mesmo ano. O Comandante Mendonça Furtado aporta na povoação, trazendo, além de medicamentos, o único médico que havia na capital e consegue controlar a moléstia.

Em 2 de fevereiro de 1758, Mendonça Furtado instala os poderes Legislativo e Judiciário da vila, e em 4 de fevereiro, dois dias depois, eleva o povoado à categoria de vila.

A emancipação de Macapá despertou a cobiça de holandeses, ingleses e franceses que ameaçavam a todo custo invadir a vila. Após intensa campanha Mendonça Furtado vem a falecer,

não realizando o sonho de ver Macapá fortificada condignamente. A grande fortaleza prevista só será inaugurada em 19 de março de 1782, 18 anos depois de iniciados os trabalhos.

Essa demora, no entanto, não se deveu apenas ao tamanho da obra e sim pelos problemas que foram aparecendo com a falta de mão de obra e a escassez de material que, eventualmente, fazia parar o empreendimento. Os índios eram perseguidos pelas doenças e oprimidos pelo rigor da disciplina militar, e este era o grande motivo de fuga do engenho, tanto destes como dos negros.

Em 1761, inaugurava-se o mais antigo monumento da cidade de Macapá: a Igreja de São José de Macapá.

Em 1790, é realizado o primeiro Censo de Macapá, resultando numa contagem de 2.532 pessoas. A população fica estável durante 29 anos, aumentando apenas 18 habitantes. Em 1833, a Província do Pará é dividida em comarcas, mas Macapá não perde a categoria de vila, ficando o município de Mazagão anexado ao seu território, apesar dos protestos da Câmara dos Vereadores.

Em 1835, a vila se envolve no conflito da Cabanagem. Os macapaenses, entretanto, não apóiam o movimento cabano. Em 1840, com a vitória das tropas legalistas e a retomada de Belém pelas tropas fiéis a D. Pedro, a situação se normaliza também em Macapá.

As constantes tentativas de colonização de Macapá, seja por intermédio da Província do Pará, seja pelo movimento migratório intensificado a partir da descoberta do ouro no município de Calçoene, fizeram com que as autoridades da vila se empenhassem em divulgar, em outras regiões, que a pequena comunidades poderia ganhar mais autonomia. A descentralização governamental poderia ajudar nos destinos da vila e até mesmo colaborar na defesa da comunidade contra quaisquer elementos etiológicos.

Inúmeros apelos, feitos pelos políticos do Congresso Nacional, com ideias de emancipação da região, foram levantadas. Exemplo disso é o projeto do senador do Império, Cândido Mendes de Almeida, que em 1853 propõe ao Senado um projeto de criação da Província de Oiapoque, cuja capital seria Macapá, com abrangência territorial de Mazagão. O projeto, apesar de ter tramitado por vários meses, não encontra apoio no Império.

As tentativas continuam, até que em 6 de setembro de 1856 o Governo Provincial, atendendo ao apelo de políticos de renome nacional, elevou Macapá à categoria de cidade (Lei Provincial nº. 281) e foram realizados inúmeros estudos visando a emancipação territorial de todas as terras do Amapá, já que a distância geográfica era o pior empecilho para um desenvolvimento mais dinâmico.

De qualquer maneira Macapá atinge, em 1856, a denominação político-administrativa de cidade. A instalação da nova cidade se dará em 12 de setembro do mesmo ano.

Em 1862, um novo panorama demonstrava progresso. Macapá contava com 2.780 habitantes, dos quais 2.058 eram livres e 722 escravos. Sua população reclamava seus direitos de autonomia política.

Nesse período, constantes incêndios e outras formas de deterioração provocadas se observam até mesmo no período da Intendência. O mais famoso deles é o ocorrido nos arquivos da antiga Intendência de Macapá, durante o governo municipal do primeiro prefeito, Jacinto Boutinelly. O prefeito é suspeito de ter ateado fogo ao prédio, provocando o desaparecimento de parte dos documentos que poderiam testemunhar e registrar o desenvolvimento histórico deste período (1895 a 1932).

Um grande movimento político passou a se constituir no Congresso Nacional, onde personalidades como Janary Nunes pleiteavam a formação de territórios federais, principalmente na Amazônia. Em 1943, o projeto de criação dos territórios federais se torna realidade.

O presidente da República, Getúlio Vargas, a partir do decreto-lei nº. 5.812, estabelece a criação dos territórios de Rio Branco (Roraima), Guaporé (Rondônia), Iguaçu e Amapá.

Com a criação do Território Federal do Amapá, o município de Amapá, através do Decreto-Lei nº. 5.839, passa a ser a nova capital do Território. A distância geográfica fez com que o primeiro governador, Janary Nunes, trocasse a capital do Amapá para Macapá, em razão do grande desenvolvimento na cidade e da proximidade estratégica com Belém (Pará), considerada, já nesse tempo, a porta de entrada da Amazônia.

O decreto presidencial nº. 6.550 veio confirmar Macapá como capital do então Território Federal do Amapá. Em 5 de outubro de 1988, por ocasião da promulgação da nova Constituição, é ratificado o nome de Macapá como capital do novo Estado do Amapá.

O nome Macapá é uma variação de Maca-Paba, que na língua dos índios quer dizer estância dos Macabas ou lugar de abundância da bacaba. Bacaba é um fruto gorduroso originário da "bacabeira", palmeira nativa da região, de onde se extrai um vinho típico de cor acizentada.

Macapá é a única capital brasileira que está a margem esquerda do rio Amazonas e que é cortada pela linha do equador. Altitude 15 m em relação ao nível do mar, latitude 00°. Tem uma área de

24.730 km e uma população 400.000 habitantes, aproximadamente. Clima equatorial, quente e úmido.

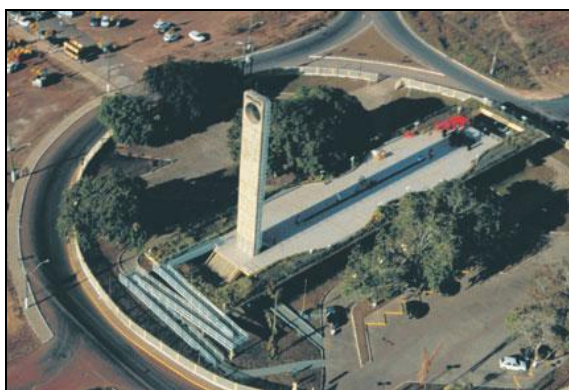
Por conta da presença da Linha do Equador, pelo menos duas vezes ao ano, os moradores da cidade têm o privilégio de assistirem ao fenômeno chamado de Equinócio, uma manifestação em que os raios do sol, no seu movimento aparente, incidem diretamente sobre a linha do Equador.

Nesse período, os dias e as noites têm a mesma duração em todo o planeta. A ocorrência desse fenômeno se dá em dois momentos: em março, conhecido como equinócio da Primavera; e em setembro, chamado de equinócio de Outono.

A palavra *aequinoctium* vem do latim, quer dizer “dia igual á noite”. Representa a passagem do sol pelo Trópico de Câncer (Hemisfério Norte), atravessando a linha do Equador e indo incidir pelo Trópico de Capricórnio (Hemisfério Sul), onde é realizado um movimento de vai-e-vem.

Por causa da inclinação de 13° 27’ que a Terra sofre, tem-se a impressão de que o sol é que se move, mas na verdade é o planeta quem faz essa evolução. Esse movimento dura, aproximadamente, de 21 de junho a 21 de dezembro.

O Marco Zero de Macapá está localizado a 5 quilômetros do centro da cidade. O conjunto é composto por um complexo turístico chamado Parque Meio do Mundo (Figura 6.4.11-9).



Fonte: www.prefeiturademacapa.ap.gov.br

Figura 6.4.11-9 - Parque do Meio do Mundo.

A arte e a cultura local são envolvidas em muitas crenças e lendas. A pintura retrata os flagrantos do homem amazônico, monumentos históricos, lendas, personagens ilustres através de várias técnicas, inclusive a utilização de resinas naturais extraídas dos vegetais regionais.

Na produção artesanal destaca-se a cerâmica revestida com manganês e titânico e as cestas, tipitis, peneiras que são feitas com fibras de cipós, de Guarumã do Buriti olho do Tucumanzeiro, junco, sisal e outros. É bastante diversificada e sofre influências nordestina e indígena. O artesanato em cerâmica do Amapá compõe-se da chamada cerâmica utilitária ou cerâmica do maruanum, cuja produção primitiva não sofreu, até hoje, influências ou interferências da tecnologia moderna. A cerâmica decorativa mineralizada com pó de manganês e a cerâmica betumada são outras variedades oferecidas ao público.

Na música, os cantores da região valorizam a sua terra através de suas composições. A dança característica é o “marabaixo”.

Como toda Amazônia, a cozinha amapaense, caracteriza-se por uma culinária essencialmente indígena.

Do pato-no-tucupí, à maniçoba, um preparado de carne de porco que permanece uma semana cozinhando; o tacacá, uma espécie de sopa que se serve na cuia; a caldeirada de tucunaré, o peixe mais conhecido, com especial destaque ao camarão, abundante no município de Macapá, em todas as suas variações.

O açaí é a fruta típica da região e pode ser encontrado em forma de doces, bebidas e sucos. O jambu, um parente do agrião, cujo talo quando mordido amortece os lábios, é o hortigranjeiro típico que sempre acompanha os pratos regionais.

O negro está presente na história do Amapá desde o começo da ocupação em meados do século XVIII. Os primeiros chegaram à região em 1751, trazidos como escravos por famílias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Maranhão, que vinham povoar Macapá. Em seguida começaram a ser importados da Guiné Portuguesa, principalmente para a cultura do arroz.

O maior contingente veio a partir de 1965, para a construção da Fortaleza São José de Macapá. Em abril desse mesmo ano, o governo do Grão-Pará mantinha 177 negros escravos trabalhando no forte. Alguns morreram de doenças como o sarampo e a malária e por acidente do trabalho. Outros conseguiram fugir aventurando-se pela área do Curiaú.

Nessa região o português Manoel Antônio Miranda, mantinha propriedade, na chamada Lagoa de Fora e não se importou de acolher os escravos. Também os franceses que procuravam fixar-se na margem direita do Rio Araguari estimularam a formação de quilombos.

Em 1862, quando a população de Macapá era de 2.780 habitantes, os negros escravos somavam 722, cerca de 25% da mesma. A comunidade negra sempre contribuiu para a formação cultural, econômica, social e política do Amapá. O Curiaú é um exemplo dessa contribuição.

A Vila do Curiaú, localizada a 12 quilômetros de Macapá, foi narrada em prosa pelo escritor Sebastião Menezes da Silva, um agricultor negro. Os negros descendentes de escravos são os únicos habitantes da pequena vila, onde muitos podem ter a sensação que ali o tempo não passou.

Foi por causa do livro de Sebastião, editado pela Fundação Estadual de Cultura, que Curiaú ganhou da Fundação Palmares o título definitivo de área quilombola. O livro conta a história da origem do quilombo amapaense e aborda, além da formação da família, a religiosidade, crenças, superstições, costumes e curiosidades do lugar. É a história preservada em letras e o resgate da cidadania e da auto-estima dos descendentes dos escravos africanos que ajudaram a erguer a Fortaleza de São José.

Os negros escravos também deixaram seus costumes, hoje preservados pelos atuais habitantes da vila. Comer um tucunaré assado, camarão no bafo, ouvir o som do marabaixo e do batuque, ritmos que o povo negro criou nos porões dos navios há 500 anos, são algumas das tradições da cultura local no remanescente de quilombo do Curiaú.

Em preservação a essa cultura acontece, todos os anos, a Festa do Marabaixo, uma festa em homenagem ao Divino Espírito Santo, criada pelos escravos. A manifestação folclórica acontece sempre depois da quaresma e dura dois meses. As pessoas dançam em círculo ao ritmo dos tambores.

A Intendência de Macapá foi construída no estilo neoclássico, ornado com esculturas e figuras antropomorfas que representam as artes e a indústria. As pilhas loubres e vasos foram confeccionados na arte da falanza, em Portugal, em 1932. o prédio foi restaurado para funcionar a prefeitura de Macapá. Hoje em dia, é o Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva.

A Igreja de São José de Macapá é um marco histórico. Sua construção iniciou em 1752, seis anos antes da criação oficial da Vila de São José de Macapá. A igreja matriz foi inaugurada em 5 de março de 1761. A imagem original do padroeiro São José, esculpido em madeira, tem 35 cm de altura, ainda é uma das relíquias sacras mais importantes do estado. Em 1904 foi realizada a restauração da igreja (**Figura 6.4.11-10**).



Fonte: www.prefeiturademacapá.ap.gov.br

Figura 6.4.11-10 - Igreja de São José de Macapá.

Em Macapá, primeira escola em alvenaria foi inaugurada em 13 de setembro de 1946. Nesta escola também funcionou o 1º cinema de Macapá, o antigo Cine Territorial. Atualmente se encontra em estado de abandono.

Outros prédios como o Mercado Central, o Hospital de Especialidades e a Maternidade Mãe Luzia também fazem parte de antigas construções das décadas de 1940, 1950 e 1960.

O antigo Fórum da cidade está localizado no conjunto paisagístico voltado para o rio Amazonas. Sua construção segue o estilo neoclássico histórico, apresentando aspecto sóbrio e majestoso com linhas greco-romanas. Sua fachada principal apresenta sob o frontão colunas “Coríntias” em pedra de lio. À sua frente dois leões, característica do período neoclássico. Atualmente funciona como prédio da OAB

A Casa do Artesão e do Índio é o maior centro do artesanato amapaense. O principal objetivo dessa instituição é fomentar a atividade artesanal no estado e promover a geração de trabalho e renda aos artesãos locais, possibilitando assim, a exposição e a comercialização de seus produtos. O artesanato indígena está presente, representado pelos trabalhos dos povos Waiãpi, Karipuna, Palikur, Galibi, Apari, Waina, Tirió e Kaxuiana. Na confecção das peças são utilizados o vime, madeira, argila, fibra vegetal, sementes, penas, entre outros elementos retirados da natureza, sem impactar o meio ambiente.

Neste local funciona a Administração Regional que cuida da área indígena Waiãpi, com 411 índios, além de dar assistência também à área indígena Paru d’Este, com 130 índios Apalai, Waianã, Tirió e Waiãpi, área indígena Tirió, com 701 índios Tirió, Kaxuiana, Erowaiana e Waiãpi

e Parque Indígena do Tumucumaque, com 362 índios Waianá, Tirió, Apalai e Waiãpi, todos localizados no norte do Pará. A sede da Administração conta com estrutura montada para dar assistência aos índios, principalmente nas áreas de saúde, venda de artesanato ou ouro e compras.

Do total da população do Amapá, 45% é formada por negros. No dia 5 de setembro de 1998, no bairro do Laguinho, foi inaugurado o Centro de Cultura Negra. O espaço representa a revitalização e a valorização da cultura negra no estado. Com seis blocos edificadas numa área de 7,2 mil m², compreende um Anfiteatro, Museu do Negro, Auditório, Espaço Afro-Religioso, Sala de Múltiplo Uso e Administração.

A Escola Sambódromo de Artes Populares foi projetada para ser um centro de cultura e lazer, funcionando durante o período escolar como núcleo educacional para formação de artes populares. Inaugurada em 4 de fevereiro de 1998, a instituição visa oferecer um espaço de valorização da cultura e da arte amapaense, introduzindo experiências para a preservação e o desenvolvimento do patrimônio cultural, seguindo os moldes e pelos meios que a própria cultura possibilita.

A Fortaleza de São José de Macapá é Patrimônio Histórico, tombado pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sob o processo nº 432/T/50, inscrição nº 269 no livro do Tombo Histórico em 22 de março de 1950. Em 1997, o Governo do Estado do Amapá iniciou o processo de restauração da Fortaleza de São José de Macapá, estando atualmente em fase conclusiva das obras interiores (**Figura 6.4.11-11**).



Fonte: www.prefeiturademacapa.ap.gov.br

Figura 6.4.11-11 - Fortaleza de São José.

O Museu da Fortaleza de São José de Macapá tem o objetivo de preservar o Patrimônio. É um centro de lazer e convivência, com lojas e restaurantes de produtos típicos, espetáculos teatrais

e musicais, palestras, conferências e seminários. Em seu acervo apresenta peças históricas, científicas e culturais, com exposição permanente de artesanato amapaense.

A biodiversidade da região está representada no Museu Ângelo Moreira da Costa Lima, localizado no km 10 da rodovia Juscelino Kubitschek, contendo um acervo variado da fauna e flora amapaense, com peças em coleções seriadas para estudos e exposição. Desenvolve pesquisas e estudos nas áreas de zoologia, botânica e geologia.

O Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, com sua construção de 1895, possui arquitetura de porte monumental e edificação características neoclássicas e foi utilizada para fins administrativos. Após a restauração, o prédio foi adaptado para abrigar o Museu Histórico do Amapá, cujo acervo é composto de peças arqueológicas de cerâmica, peças históricas e indígenas, caracterizando o período da pré-história e história do Amapá.

O Museu Sacaca, através de palestras, exposições e seminários, transmite à comunidade os trabalhos desenvolvidos pelo Governo do Estado, através do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá - IEPA. É uma alternativa de multiplicação de informações sobre os avanços tecnológicos, possíveis de aplicação na busca da melhoria de qualidade de vida.

O CPM Museu Sacaca atua promovendo ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação, interagindo o saber científico e o saber popular dos povos amazônicos. Divulga as pesquisas realizadas pelo IEPA, através das exposições e oficinas pedagógicas.

O legado Maracá e Cunani, culturas pré-colombianas nativas da região hoje situada no Estado do Amapá, está em exposição no Museu Sacaca. São mais de 70 sítios arqueológicos cadastrados em estudo iconográfico feito pelo Sebrae e pelo Governo do Estado, que revelaram a existência das tribos indígenas Maracá e Cunani.

O Teatro das Bacabeiras, localizado à Rua Cândido Mendes, 368; Bairro Central; é uma instituição pública vinculada à Fundação Estadual de Cultura do Amapá - FUNDECAP, que se destina preferencialmente às apresentações de eventos artístico-culturais de gêneros diversos, primordialmente os de Teatro, Música, Cinema e Dança. Atualmente, viabiliza-se a inserção do Teatro a atividades vinculadas também ao aspecto sociocultural, bem como servir de âncora aos diversos trabalhos desenvolvidos por ONGs (Organizações não governamentais), na área artística, como por exemplo, cineclube, clube de atores, órgãos ligados à música, dança etc.

O Teatro das Bacabeiras teve sua construção iniciada em 1984 e concluída em 1990. Caracteriza-se pela arquitetura moderna, estilo que o guarneceu de grande imponência, atribuindo-lhe

especial destaque no patrimônio arquitetônico da cidade de Macapá. Em sua inauguração, foi denominado de Cine Teatro de Macapá.

Em 09 de março de 1992, passa a ser chamado de Teatro das Bacabeiras. É de tipo italiano, com capacidade para 705 pessoas (sentadas). Atualmente, o Teatro está vinculado à Fundação Estadual de Cultura do Amapá - FUNDECAP. Sua utilização é credenciada através de Edital que regulamenta sua utilização desde agosto de 1990.

O Vilarejo de Mazagão Velho data do século XVII, mas teve preservado seu estilo, costumes tradicionais e algumas construções do período colonial.

O Trapiche Eliezer Levy foi por muito tempo o ponto de chegada e saída da cidade. Inspirou poetas como Alcy Araújo que foi chamado de poeta do cais. Antes do trapiche as embarcações aportavam na chamada Pedra do Guindaste, onde hoje está colocada a imagem de São José. O nome do trapiche é uma homenagem ao então prefeito Eliezer Levy. Com quase 1 km de extensão, o Trapiche foi totalmente refeito, sendo que todas as suas estruturas são de concreto armado, possuindo como grande atrativo um bondinho elétrico além de um restaurante, quiosques com venda de artesanato e uma sorveteria com sabores da terra.

O calendário de eventos da cidade é bem extenso; dentre os mais frequentados estão:

- **Carnaval em fevereiro:** Macapá é a 4ª cidade brasileira a possuir um local para o carnaval. As escolas de samba do 1º e 2º grupo fazem a festa em 2 dias, e no 3º é o dia dos blocos de rua. Personalidades do mundo do carnaval estão sempre presentes nos desfiles.
- **Macapá Verão:** durante o mês de julho acontece esse evento, com programação desenvolvida pelo governo do estado e prefeitura.
- **Festa de São José de Macapá:** em homenagem ao padroeiro da cidade de Macapá. Consta de arraial e parque de diversão. Durante as festividades ocorre a procissão. É comemorado na 2ª quinzena de março.
- **Círio de Nazaré:** festejo em louvor à Virgem de Nazaré, com a realização da procissão no 2º domingo de outubro por diversos bairros da cidade, novenas, missas e o arraial em louvor à santa.
- **Festa de São Joaquim:** é realizada de 09 a 19 de agosto e tem características religiosas e profanas. As ladainhas, a procissão e a folia retratam com profundidade a devoção e a fé que os habitantes do Curiaú têm para com seus santos.

- **Festa de Nossa Senhora da Piedade:** manifestação folclórica realizada aproximadamente há 80 anos, e executada pelos moradores da Comunidade de Igarapé do Lago há 80 km de Macapá em homenagem a sua padroeira. Os festejos têm início no dia 24 de junho, constando de ladainhas, novenas e festas, e no dia 02 de julho é apresentado o tradicional batuque e uma feira com venda de produtos agrícolas locais, encerrando os festejos.
- **Boi-Bumbá:** esta é uma das festas mais apreciadas no norte do Brasil. As pessoas vestem fantasias e dançam para contar a história do boi que ressuscita graças à intervenção do pajé, feiticeiro dos índios. O Boi Bumbá conta a história de uma mulher grávida que tem o desejo de comer a carne do boi preferido do patrão. O marido dela, peão da fazenda, mata o animal, mas o dono descobre. Inconformado, dá uma ordem para que o empregado dê um jeito de trazer o animal de volta. O peão pede então a ajuda do pajé. Quando a magia acontece, todos dançam alegremente em volta do boi.
- **Encontro dos Tambores:** no começo de novembro, grupos de todo o estado se reúnem em Macapá, para essa festa que sintetiza o folclore da região. Durante quatro dias, as pessoas cantam e dançam o marabaixo ou seguem o ritmo mais agressivo do batuque. Também se realizam exibições de Zimba, trazida pelos negros da Guiana Francesa, Sairé, uma dança tipicamente amazônica, e a Folia que reúne tradições profanas e religiosas.
- **Festa de São Tiago:** essa festa foi trazida por famílias portuguesas que chegaram a Macapá no século XVIII para fugir da guerra entre cristãos e muçulmanos. Na lenda, São Tiago aparece como soldado que lutou contra os mouros. De 16 a 27 de julho os habitantes de Mazagão, que fica a 35 km de Macapá, revivem vários lances dessa guerra como o roubo de crianças cristãs, tentativas de espionagem, alimentos envenenados oferecidos como presente e o Baile de Máscaras oferecido pelos muçulmanos para o inimigo que quisesse mudar de lado sem ser reconhecido. A festa termina com missa, seguida pela ladainha de São Tiago agradecendo a vitória cristã. Nos dois últimos dias, as crianças representam o mesmo espetáculo, montadas em cavalinhos de miriti, uma palmeira típica da Amazônia.
- **Marabaixo:** essa festa em homenagem ao Divino Espírito Santo foi criada pelos escravos negros que foram levados para Macapá no século XVIII para construir a Fortaleza de São José. Seus descendentes, que vivem na Vila de Curiaú, mantêm a tradição e, todo ano, logo depois da quaresma se reúnem para os festejos que duram dois meses. Para dançar, as pessoas formam um círculo e seguem o ritmo cadenciado dos tambores. A gengibirra, bebida típica feita de gengibre ralado, cachaça e açúcar, garante a energia dos dançarinos. O momento

mais importante da festa é o Encontro dos Tambores. Nessa confraternização, cada grupo exibe seu mastro enfeitado com flores e uma imensa bandeira do Espírito Santo. Os ladrões de marabaixo também mantêm a tradição de enfrentar o desafio dos tambores para criar canções de improviso.

Em novembro de 1985, foi descoberto um sítio arqueológico em Macapá, no bairro do Pacoval (final da Rua Piauí), por ocasião de escavações para construção de uma residência do então prefeito de Macapá, Jonas Pinheiro Borges. Ali os operários encontraram urnas funerárias indígenas. O governo do Amapá, tão logo tomou conhecimento do fato, providenciou a interdição da área e comunicou o acontecimento à administração do Museu Paraense Emílio Goeldi. Por sua vez, o Museu providenciou a vinda de duas arqueólogas que atuaram junto aos técnicos da Secretaria de Educação do Amapá.

Foram realizados novos trabalhos de escavações, desta vez com a coordenação das técnicas do museu. Duas urnas que se encontravam expostas sob o risco de destruição foram logo retiradas. Após a delimitação do terreno com base na extensão da mancha de “terra preta”, foi feita uma sondagem para se verificar a ocorrência do material arqueológico em profundidade.

Desse trabalho resultou um relatório, em que se pedia mais atenção para a pesquisa arqueológica no Amapá. Na ocasião, foi também elaborado um projeto para salvamento arquitetônico do Sítio do Pacoval. O referido projeto foi aprovado, tendo como fonte financiadora o CNPq, e apoio do Governo do então Território do Amapá.

A pesquisa de campo teve início em 14 de janeiro, se estendendo até 3 de fevereiro de 1986. Após o levantamento geofísico da área, seguiram-se os trabalhos de escavações com base nas anomalias detectadas. Paralelamente a esse trabalho, foram feitas restaurações de algumas peças nos laboratórios do então Museu Costa Lima, sob a coordenação do Museu Emílio Goeldi.

Parte do material arqueológico do Sítio do Pacoval encontra-se nas dependências do Museu Waldemiro Gomes e do Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva. Uma amostragem do material coletado foi enviada para análise do teste Carbono 14, que permitirá a datação definitiva e mais precisa.

A equipe de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, chefiada pelo professor Marcos Albuquerque, desenvolve em Macapá, com o apoio de um laboratório móvel, escavações do entorno da Fortaleza de São José, fortificação construída pela Coroa Portuguesa com mais de 200 anos. O laboratório é o primeiro da América do Sul. Macapá é a primeira cidade a utilizá-lo. Ele é montado em uma plataforma de carreta, com 13 metros de comprimento e 2,5 metros de

largura, e tem equipamentos de tecnologia de ponta, como computadores, *scanners*, alarmes de segurança e sensores inteligentes de proteção.

A equipe de arqueologia da UFPE, contratada pelo Governo do Amapá para a pesquisa do entorno da Fortaleza de São José de Macapá, é referência nas escavações de fortes no país (Figura 6.4.11-12).



Fonte: www.ufpe.gov.br

Figura 6.4.11-12 - Escavações arqueológicas na Fortaleza de São José.

A equipe de arqueólogos é composta de quinze pessoas e conta com unidades de escavação, documentação gráfica, apoio logístico e fotográfico. Considerado uma das principais atrações turísticas do Amapá, o monumento edificado no período colonial (século XVIII) está sendo revitalizado desde o início de 1997.

Santana

O município teve início do agrupamento populacional em Ilha de Santana, localizada em frente à margem esquerda do rio Amazonas, em 1753. Os primeiros moradores eram portugueses e mestiços vindos do Pará, além de índios Tucuju, comandados pelo desbravador português Francisco Portilho de Melo, que se evadiu para o local fugindo das autoridades fiscais paraenses, em razão do comércio clandestino de escravos e metais. De sua aliança com Mendonça Furtado, obteve o título de Capitão do então povoado de Santana, tendo que em troca disponibilizar uma listagem com aproximadamente 500 silvícolas tucuju sob sua guarda.

Concentrado em Ilha de Santana, Portilho de Melo e seus agregados conviveram com a redução da força de trabalho indígena, já que a mortalidade também foi significativa, por causa das inadequadas condições de trabalho. Por ordem de Mendonça Furtado foi instalado e fundado o

povoado de Santana, em homenagem à Santa Ana, de quem os europeus e seus descendentes eram devotos.

No ano de 1946, devido à descoberta do manganês na Serra do Navio, realizada por Mário Cruz, o povoado experimentou um significativo progresso, decorrente da instalação da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios). No final da década de 1950, foi construída a Estrada de Ferro do Amapá, com 19 quilômetros, com o objetivo de transporte de pessoal e do manganês, com destino ao mercado externo.

Devido às condições geográficas favoráveis ao escoamento fluvial, é escolhido o Canal Norte do Rio Amazonas, que propiciava navegabilidade aos grandes navios, devido a sua profundidade. Foi, então, instalado um cais flutuante em frente à Ilha de Santana, gerando empregos, atraindo pessoas, propiciando o incremento do comércio e de pequenas indústrias, estimulando a criação de vilas e ampliando a área urbana do povoado, elevando-o a distrito em 1981.

Santana foi elevado à categoria de município através do Decreto-lei nº 7369 de 17 de dezembro de 1987. Foi nomeado como prefeito interino Heitor de Azevedo Picanço em 15 de novembro de 1988. Neste mesmo ano foi realizada a primeira eleição direta, onde foi eleito prefeito de Santana Rosemiro Rocha Freires, primeiro prefeito eleito do município.

O evento de maior expressividade é a festa de Santa Ana, que ocorre no mês de julho, precisamente no dia 27, além do período junino (Santana na Roça), que são muito animados. É também festejado o Divino Espírito Santo em janeiro (02/01) e realizados em junho (dia 29) os festejos em louvor à Mãe de Deus.

Em 26 e 27 de setembro acontece o Festival do Açaí, evento que diz respeito a uma das bases produtivas de grande significado para a região. Para esse município, o evento reverencia a importância de seu porto como maior mercado de compra e venda do fruto do açaí.

Na região do município, são desenvolvidas atividades do Projeto Piatam, sigla de Monitoramento das Áreas de Atuação da Petrobras: Potenciais Impactos e Riscos Ambientais da Indústria do Petróleo e Gás no Amazonas. Esta atividade está, ainda, nas fases iniciais, mas já reúne mais de 150 pesquisadores de diversas áreas, que terão a missão de estudar e conhecer 1.100 quilômetros de litoral, do Maranhão ao Amapá, que incluem a maior extensão contínua de manguezais de todo o mundo. Seu foco são oito áreas prioritárias, entre as quais três são de proteção ambiental (APA's): Ilha do Caranguejo (Maranhão), Reserva Extrativista Marinha de Soure (Pará) e Reserva Biológica do Lago Piratuba (Amapá).

Participam do projeto as Universidades Federais do Pará, do Amazonas e do Maranhão, Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Estadual do Maranhão, a Federal Rural da Amazônia, os Institutos Evandro Chagas, do Pará, e de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá.

Mazagão

O município se localiza no sul do Estado do Amapá. No ano de 2005, a população estimada era de 13.913 habitantes, distribuídos numa área de 13.131 km². Limita-se, ao norte, com Pedra Branca do Amapari e Porto Grande; a nordeste com Santana; a sudeste com a foz do rio Amazonas; ao sul com Virória do Jari e a oeste com Laranjal do Jari.

Américo Vespúcio, no ano de 1499, participando da expedição de Alonso de Hojeda, sob as ordens dos reis católicos da Espanha, Fernando e Isabel (Castela e Aragão), percorreu o litoral amapaense, conforme documenta a carta escrita por esse navegador. Neste documento histórico, ele narra sua passagem, quando atravessou com sua expedição a linha do equador, passando pelas ilhas da Caviana, dos Porcos e do Pará, em frente ao Município de Mazagão.

Em 1923, os ingleses estiveram presentes no rio Cajary, município de Mazagão, com o intuito de se apossarem da região e nela se estabelecerem. Operando, desta forma, resistência ao nativo e ao elemento lusitano.

De acordo com registros realizados em Londres, os anglo-saxões deram os primeiros passos à conquista e colonização da rica área do Cajary. Localidade próspera em riquezas minerais (petróleo, xisto betuminoso etc.), até hoje não exploradas, apesar de haverem sido realizadas pesquisas naquele local, pelo alemão Fritz Ackerman, que lá esteve a serviço do Território do Amapá, durante os últimos anos da década de 1940 e os primeiros anos da década de 1950.

Os ingleses retiraram-se do Vale de Cajary por volta de 1925, expulsos pela expedição de Pedro Teixeira, em obediência ao governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Bento Maciel Parente.

Devido a conflitos religiosos entre portugueses, cristãos e árabes muçulmanos, em 10 de março de 1769, D. José I, rei de Portugal desativou a cidade de Mazagão no território marroquino e o destino de muitas famílias foi a Tucujulândia, precisamente, a atual Mazagão.

Em 07 de junho de 1770, começaram a ser transferidas 136 famílias para a nova Mazagão, hoje Mazagão Velho, denominação que passou a vigorar para a localidade desde o dia 23 de janeiro de 1770, quando foi elevada à categoria de Vila.

Lobo D'Almada assumiu função militar e de presidente da Câmara Municipal, impulsionando o progresso da nova Mazagão. No entanto, foi na administração do sargento-mor, Izidoro José da Fonseca Cabral de Mesquita, que a vila, de fato, prosperou. Ele assumiu o comando da Vila em 25 de abril de 1775. Em 1778, eram cultivados na região, algodão e arroz, chegando a produção de cereal ser tão elevada que abastecia o comércio da cidade de Belém do Pará.

A prosperidade da nova Mazagão teve, entretanto, uma vida curta. Em 1781, uma epidemia de cólera alastrou-se na região, matando dezenas de mazaganenses, o que prejudicou a economia do município.

Em 1833, Mazagão volta à categoria de Vila, isto é, retornando à condição de povoado, passando por um período dito de "Regeneração". Sua jurisdição administrativa ficou, portanto, subordinada ao município de Macapá.

Em 07 de janeiro de 1835, eclodiu a Cabanagem e a notícia chegou à Macapá e, desta, para Mazagão Velho. Os mazaganenses não aderiram aos cabanos, pois a Cabanagem era um movimento reformista, integrado basicamente por mestiços. Os mazaganenses eram descendentes de antigos colonos portugueses não miscigenados e de um grupo dominante na região. O temor pela perda dos privilégios os levaria a formar, com o apoio dos moradores das Vilas do Gurupá, Monte Alegre, Santarém e Cametá, uma frente de reação aos cabanos.

Em Mazagão Velho que, naquele momento havia regredido em sua condição legal, a reação à Cabanagem foi comandada pelo capitão João Ferreira Nóbrega e pelo juiz de Direito Gomes da Penha, que organizaram uma força de 400 homens para o embate.

A luta entre cabanos e tropas imperiais no baixo Amazonas fez com que os cabanos se refugassem no Município de Macapá, nas ilhas de Santana, Vieirinha, além da comunidade do Furo do Beija-flor.

Em 20 de dezembro de 1835, os cabanos foram atacados por tropas macapaenses e mazaganenses e assim, expulsos da região.

Em 30 de abril de 1841, através da lei provincial do Pará nº. 86, a localidade volta a denominar-se Mazagão Velho. Em 19 de abril de 1888, Mazagão Velho é elevado à categoria de cidade, por determinação da lei provincial nº. 1334.

Mazagão é considerado, praticamente, o porto de entrada da raça negra no Amapá, originários do Norte da África, da região de Marrocos (Mauritânia), colonizados pelos portugueses, que os trouxeram visando os domínios lusitanos a partir da construção de um forte na África.

Os primeiros habitantes de Mazagão foram: 136 famílias brancas e 103 escravos, que se transformaram nos primeiros agricultores dessa região. Os habitantes de Mazagão ainda procuram preservar, tanto na igreja quanto em suas próprias casas, o que restou da cultura que legaram dos negros oriundos do Norte da África nos séculos XVII e XVIII.

Guardam imagens de madeira e de marfim com adornos de ouro e prata; diversos outros objetos como castiçais, cálices, crucifixos, coroas de prata etc. Por mais que tentem preservar, muitas imagens se encontram em estado de deterioração. As poucas restauradas foram reparadas sem a técnica e os materiais apropriados.

Por outro lado, grande parte do acervo foi perdida, porque alguns moradores que não pertenciam à comunidade e muitas vezes desinformados, trocaram imagens autênticas da Igreja por outras fabricadas em gesso. Somente em 1981, o governo do Amapá tomou providências através de decretos proibindo a venda de imagens, bem como, a retirada destas do Distrito.

No município de Mazagão, no igarapé do Algo do rio Maracá, precisamente em um igarapé denominado Fortaleza, há ruínas de uma possível fortificação, cujos vestígios constituíam-se em mistério. Apresentava-se como uma grande vala pouco funda coberta pelo musgo e outras plantas. Era um enigma que desafiava os pesquisadores.

No final de 2003, o local das ruínas começou a ser escavado por arqueólogos da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), chefiados por Marcos de Albuquerque, cuja equipe encontrou cerca de 40 esqueletos dos primeiros habitantes do município.

As escavações revelaram os alicerces de uma igreja com cerca de 40 metros de comprimento. A sede do município fica a 30 km deste povoado remanescente, e é chamada de Mazagão Novo (**Figura 6.4.11-13**).



Fonte: www.edhorizonte.com.br

Figura 6.4.11-13 - Ruínas em Mazagão.

O passo seguinte para preservar esse patrimônio cultural, será a criação de um espaço na sede do município, onde as pessoas possam visualizar, através de fotos e objetos, a sua história. Provavelmente será um museu que abrigue esse acervo cultural.

Atualmente a prefeitura mantém contato com a embaixadora do Marrocos que já esteve na cidade, buscando instituir uma parceria com Mazagão do Marrocos, que hoje é El Jadida, para transformá-la em cidade irmã de Mazagão.

O escritor francês Laurent Vidal esteve na cidade para divulgar seu livro “La ville qui traverse l’Atlantique”, publicado em francês, resultado dos vários anos de investigações do pesquisador sobre a vinda das famílias do Marrocos. Realizou pesquisas no Brasil, no Marrocos e em Portugal. O autor apresenta, no livro, mapas antigos que localizou no Marrocos e que podem contribuir para que os pesquisadores tenham novos olhares sobre essa história.

O livro já foi traduzido para o português com o título “Mazagão - A cidade que atravessou o Atlântico”, publicado em 2008 pela Martins Editora em 2008, com tradução de Marcos Marcionilo.

Entre os eventos de destaque do município está a Festa de São Tiago, que é realizada de 16 a 27 de julho, e procura reproduzir a luta entre mouros e cristãos na África. Segundo a lenda, o próprio São Tiago teria aparecido na forma de um soldado anônimo, participando da batalha. A guerra religiosa se prolongou por dias, com grande vantagem para os portugueses (**Figura 6.4.11-14**).



Fonte: www.setur.ap.gov.br

Figura 6.4.11-14 - Festa de São Tiago.

Os mulçumanos, liderados pelo rei Caldeira, imaginaram então um estratagema: pedir o fim da guerra e entregar aos chefes cristãos, como presente, comidas envenenadas. Os lusitanos, entretanto, perceberam a cilada e jogaram parte da comida na granja onde ficavam os animais dos mouros.

À noite, os mouros deram um baile de máscaras para que os cristãos que quisessem mudar de lado o fizessem sem ser reconhecidos pelos seus superiores. Os cristãos compareceram à festa mascarados e distribuíram a comida envenenada para os mouros. Como resultado, até o rei Caldeira acabou morto.

Esse e outros episódios da guerra entre cristãos e muçulmanos são lembrados todo ano na festa de São Tiago através de representações. Embora a festa comece no dia 16 de julho e termine dia 27, o movimento maior acontece nos dias 24 e 25. Nos dias 26 e 27 é a vez das crianças teatralizarem o episódio, montadas em cavaleiros de miriti.

Comemora-se no dia 13 de janeiro o aniversário da cidade. No mês de agosto, há os festejos em homenagem à padroeira da cidade: Nossa Senhora de Assunção. Há ainda o “festival da laranja” no mês de agosto e o “festival do abacaxi” na primeira semana do mês de setembro. A cidade de Mazagão liga-se à Macapá por via fluvial e rodoviária.

Laranjal do Jari

O município de Laranjal do Jari foi criado em 17 de dezembro de 1987, pela lei federal nº. 7.639 de 17 de dezembro de 1987, tendo suas origens ligadas a episódios da história de colonização do rio Jari e, mais recentemente, às influências socioeconômicas decorrentes da implantação e

funcionamento do Projeto Jari Florestal. Devido a isso, o município ainda hoje convive com situações que são consideradas contraditórias, ora se defrontando com a busca de nova identidade produtiva, ora com soluções de problemáticas estigmatizadas, traduzidas pelas precárias condições de vida das palafitas.

Laranjal do Jari originou-se do "Beiradão", ou propriamente por causa do projeto Jari, empreendido pela Companhia Jari Florestal e Agropecuária Ltda, do milionário norte-americano Daniel Ludwig, que sonhou construir um império auto-sustentável na região equatorial com atividades voltadas à exploração de celulose, pecuária e agricultura de arroz de várzea, além do reflorestamento da área.

Como se tratava de um projeto de grande porte, a empresa necessitava de bastante mão-de-obra. Motivados pelo afã nacionalista (década de 1960) e visando melhores condições de vida, muitos trabalhadores dirigiram-se para lá.

Localiza-se à margem esquerda do rio Jari, que separa o Estado do Amapá do Pará. Nasceu do "Beiradão", um povoado que ficou conhecido como a maior favela fluvial do mundo. A área do município é 31.170,3 Km². Em 2007, contava com uma população de 35.608 habitantes, conforme o Censo do IBGE.

Os principais eventos são:

- **Carna Jari:** realizado no mês de março. Várias bandas musicais se apresentam;
- **Jari Verão:** programação de lazer para o mês de férias;
- **Festival da Castanha-do-Brasil:** é a representação da Reserva Extrativista do local, comemora-se no mês de abril, com iguarias feitas da castanha, biscoitos, doces, tortas e comidas;
- **Festival NHÁ RIN:** Evento realizado no mês de dezembro em comemoração ao aniversário do município.

O município apresenta os seguintes locais culturais:

- **Unidades de Conservação:** Estação ecológica do Jari, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, Reserva Extrativista do Rio Cajari e o Parque do Tumucumaque.

- **Monte Dourado:** uma cidade de memória do Projeto Jari, onde fica localizada a Fabrica de Celulose, lá se pode conhecer a exposição que abriga peças de artesanato, 3.500 amostras botânicas e uma coleção com mais de 2.300 exemplares de insetos. Basta atravessar de barco o rio Jari;
- **Praça municipal de Laranja do Jari:** localizada no agreste com Infra-estrutura adequada, onde ocorrem eventos legados ao esporte e lazer e culturais.

Formado por crianças e adolescentes de Laranjal do Jari (AP), o grupo folclórico Magia de Tupã foi criado no ano de 2000 por educadores da Fundação Orsa, que se inspiraram na manifestação popular de maior expressão folclórica da região Norte do País, a dança do boi-bumbá - trazida por imigrantes e reinventada pelo povo da Amazônia (Figura 6.4.11-15).



Fonte: www.fundacaoorsa.org.br

Figura 6.4.11-15 - Grupo Folclórico Magia de Tupã.

O grupo utiliza a dança como forma de aprimorar a sensibilidade, revelar talentos e resgatar a cidadania, em harmonia com a autêntica expressão regional. De forma lúdica, inovadora e educativa, a Dança do Boi, como é conhecida, estimula a busca das raízes e da cultura regional.

Em novembro de 2003, a convite da *Interchurch Organization for Development Cooperation* (ICCO), entidade que reúne esforços dos países baixos para combater a pobreza nas regiões subdesenvolvidas de todo o mundo, as 16 crianças e adolescentes que compõem o Magia de Tupã viajaram para a Holanda. O grupo folclórico ficou no estado da Frieslandia por duas semanas e impressionou os holandeses pelo entrosamento, pela calorosa forma de tratamento e pela força de vontade.

Durante levantamentos realizados para execução de um Relatório de Impacto Médio Ambiental (Rima) do trecho da BR-156 (Macapá-Laranjal do Jari), no trecho situado entre uma localidade às margens do Rio Preto e a cidade de Laranjal do Jari, foram localizados 10 sítios arqueológicos, sendo sete indígenas e três neo-brasileiros. Os trabalhos de levantamento preliminar foram realizados pelos arqueólogos J. Chmyz e S. Sganzerla, do Instituto de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná.

6.4.11.4.3 - Contexto Arqueológico da Região Amazônica

O chamado “modelo cardíaco”, formulado por Lathrap (1970), apontava a Amazônia central como o principal centro de dispersão de grandes grupos lingüísticos e de estilos cerâmicos. Brochado (1984) buscou refinar esse modelo por meio de dados arqueológicos, etnológicos e lingüísticos, propondo uma base teórica para futuras pesquisas sobre as migrações pré-históricas do continente sul-americano.

Quase todas as pesquisas arqueológicas realizadas na região do rio Tocantins estão ligadas à arqueologia de contrato. No ano de 1976, as primeiras pesquisas sem convênio com a iniciativa privada foram iniciadas, como parte do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), coordenadas por Clifford Evans, Betty Meggers (Smithsonian Institution) e Mário Ferreira Simões (CNPq - Museu Paraense Emílio Goeldi).

Segundo Almeida (2008), nos dois anos seguintes, com a inundação do reservatório de Tucuruí, um convênio deu continuidade às pesquisas, caracterizadas como de salvamento arqueológico (Simões & Araújo-Costa, 1987; Miller, 1992).

Ainda conforme Almeida (2008), essas pesquisas localizaram 37 sítios, que tiveram seus fragmentos cerâmicos inseridos em três fases (Tauari, Tucuruí e Tauá), pertencentes à sub-tradição regional Itacaiúnas, relacionadas à tradição Tupiguarani e Incisa-Ponteadá.

Segundo Simões, os sítios escavados eram de habitação - antigas aldeias - localizados na terra firme alta, com áreas de ocupação, geralmente em planta elíptica, variando de 300m² a 40.000m². Em alguns desses sítios, constatou-se também a presença de terra preta. As datações apontam para dois momentos: o primeiro em torno de 1550+-70 d.C. (fase Tauari); o segundo, entre 1000+-70 d.C. (fase Tucuruí), (Simões & Araújo-Costa, 1987) (Almeida, 2008: 3).

Logo após realizados esses estudos sistemáticos na região, surgiu o primeiro e único trabalho acadêmico de arqueologia feito até hoje para o rio Tocantins. Trata-se de uma dissertação de mestrado defendida em 1983, na FFLCH da Universidade de São Paulo. A autora é Araújo-Costa. De acordo com a pesquisadora, a cerâmica encontrada apresentava apenas características utilitárias e demonstrava tanto semelhanças com as das tradições Tupiguarani quanto com as tradições cerâmicas da Floresta Amazônica.

Almeida (2008) escreve que o uso de areia como antiplástico, as decorações corrugada, raspada, ungulada e serrungulada, assim como as formas carenadas e os vasos com forma piriforme são características dessas fases similares às da cerâmica da tradição Tupiguarani.

Segundo Araújo-Costa (1883), as tradições cerâmicas amazônicas tinham em comum o uso de tempero de cariapé e cauixi, as decorações incisa com dupla linha, incisa e excisa, entre outras características. A autora ressalta que não há condição de estabelecer qual é a maior das influências encontradas nos artefatos cerâmicos estudados por ela, se é a do estilo Tupiguarani ou o das tradições amazônicas.

Conforme Almeida (2008), percebe-se uma dificuldade da arqueóloga para definir a cerâmica Tupiguarani, que não era nem Guarani nem Tupinambá (como definidos por Brochado, 1984). Os fragmentos sequer apresentavam semelhanças entre si, característica que não combinava com os monótonos representantes dessa tradição, conhecidos por temporal e geograficamente produzirem uma cerâmica bastante homogênea.

Araújo-Costa levantou a hipótese de que havia um grupo inicial que manteria contato com povos situados mais a oeste na floresta. Isso envolveria até um comércio de material lítico, bastante expressivo na região, se comparado com o resto da Floresta Amazônica. Esse grupo teria sofrido ataques realizados por povos migrantes Tupiguarani, supostamente vindos do sul, que assimilariam o primeiro grupo, o que explicaria a simplificação do material cerâmico.

De acordo com Almeida (2008) neste momento, é interessante inserir a problemática criada por esse modelo em relação ao proposto por Brochado. Nota-se que a dissertação de mestrado de Araújo-Costa foi defendida um ano antes de Brochado defender o seu PhD. Antes de Brochado trazer à tona a sua hipótese, de que as dispersões teriam partido da Amazônia central, umas subindo, outras descendo o rio Amazonas e seus afluentes, idéias diferentes cercavam a questão das migrações (ou expansões) dos Tupi.

Podemos dizer que o modelo defendido por Alfred Métraux (1927) aponta para uma expansão que teve início no sul. O ponto de partida, conforme Almeida (2008), para as migrações, seria a bacia Paraná-Paraguai, onde os Tupinambá teriam se separado, em uma expansão sentido sul-norte (Fausto, 1992, p. 382), sendo que, na época da conquista, a dispersão litorânea desses grupos seria apenas recente.

Os Guarani, por sua vez, permaneceriam no sul, que seria gradativamente conquistado por eles. Métraux não aponta uma data exata para o nascimento dos movimentos migratórios. No entanto, seu modelo deixa transparecer a idéia de uma migração fulminante, iniciada alguns séculos antes do contato com os europeus.

De acordo com Almeida (2008), o baixo rio Tocantins seria das últimas regiões a conhecer os poderosos Tupi, que lá só chegariam em uma data próxima ao início da conquista, provavelmente em um momento posterior.

De acordo com esse autor (2008), os Tupi do baixo e médio Tocantins seriam prováveis descendentes diretos dos Tupinambá em fuga dos colonizadores europeus. É importante ressaltar que, dos modelos aqui tratados, o de Métraux é o mais antigo. O autor, além de não contar com pesquisas lingüísticas e arqueológicas mais apuradas, morreu antes da divulgação das primeiras datações para os grupos Tupi. Tais datações indicaram um processo muito mais lento de expansão (**Figura 6.4.11-15**).

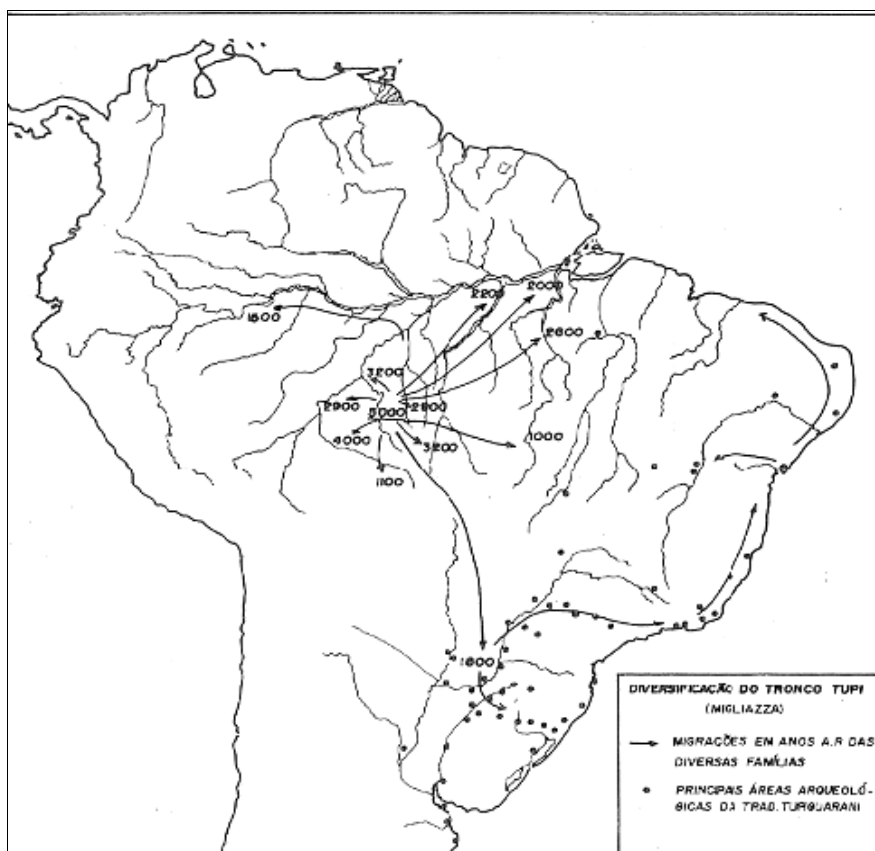


Fonte: Almeida, 2008.

Figura 6.4.11-16 - A expansão dos Tupiguarani segundo Métraux.

Podemos também visualizar um segundo modelo que indicaria o atual estado de Rondônia como provável centro de dispersão Tupi. As populações partiriam primeiramente para o sul, por meio do sistema fluvial Paraná-Paraguai, e em seguida para o norte, beirando o litoral brasileiro.

De acordo com Almeida (2008), outra leva de grupos partiria do mesmo ponto (Rondônia), para o Brasil central e para o leste amazônico (Figura 6.4.11-16). Esse modelo tinha como defensora a pesquisadora norte americana Betty Meggers, principal nome tanto do PRONAPABA quanto do PRONAPA, e também era defendido por outros estudiosos do assunto, como Schmitz (1991).



Fonte: Schimtz, 1991.

Figura 6.4.11-17 - Modelo de migração dos grupos Tupiguarani defendido por Meggers e Schimtz.

Em uma série de artigos, Meggers (1974, 1977, 1979, 1982) sugere que esses povos falantes de famílias do tronco Tupi, situados no sudoeste amazônico, começariam a migrar da região, utilizando as limitações impostas pelo meio ambiente para defender sua hipótese: a migração teria se dado devido a variações climáticas que afetariam a Floresta Amazônica. Devido à baixa umidade, a floresta tropical, ao que tudo indica (Prous, 1992: 373), o local preferido dos povos da família Tupi-Guarani, recuaria, formando ilhas, refúgios. Dessa forma, a baixa dos rios e, por consequência, a queda na produção pesqueira, aliada ao recuo da floresta tropical, teriam impulsionado os povos de família Tupi-Guarani a adotar uma tática expansionista (Almeida 2008).

Podemos ver também que o próprio Brochado (1984), que também esteve ligado ao PRONAPA por muitos anos, lamenta ter defendido esse modelo migratório que partiria do alto Amazonas rumo ao sul - a grosso modo, contornando o que é hoje a fronteira brasileira - para subir a costa até o estado do Maranhão.

De acordo com Almeida (2008), somente a partir do início de seu doutoramento é que Brochado parece investir na hipótese levantada por Lathrap (1970). Para Brochado, seria outro o local de onde surgiu a dispersão: a Amazônia central, provavelmente nas proximidades da atual cidade de Manaus. O fator gerador da migração teria sido um grande crescimento demográfico, que acabaria por empurrar parte da população para fora da região. Para o sudoeste, partiriam os que futuramente produziram a cerâmica da sub-tradição Guarani; para o leste, se deslocariam os que futuramente produziram a cerâmica da sub-tradição Tupinambá.

Brochado (1984) aponta a cerâmica da sub-tradição Guarita, encontrada na Amazônia central, como uma das mais antigas formas da tradição Policroma. Conforme o autor, a sub-tradição Guarani nasceria da tradição Guarita. A sub-tradição Tupinambá, por sua vez, teria se originado na sub-tradição Miracanguera e seria parente próximo do estilo (fase) Marajoara, considerado pelo arqueólogo como anterior à sub-tradição Tupinambá do litoral brasileiro.

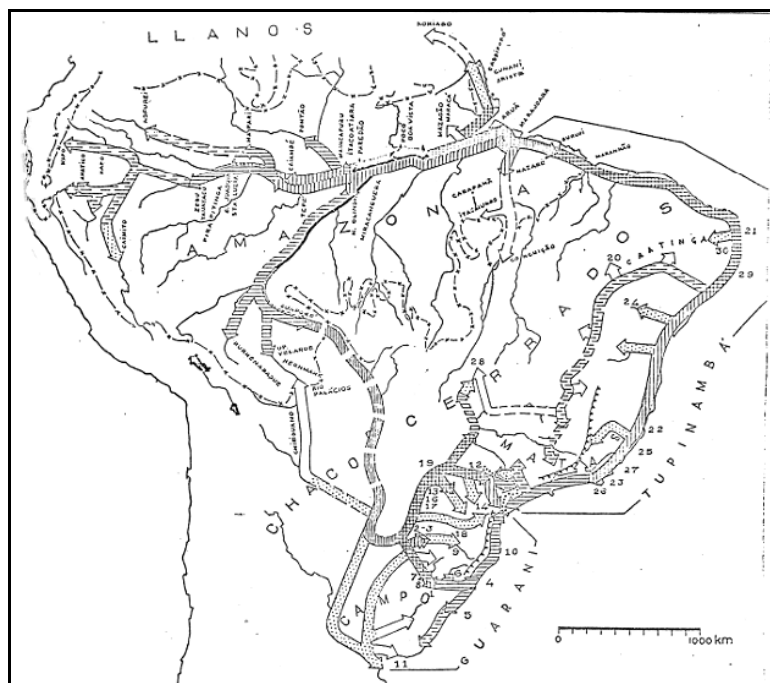
Conforme Almeida (2008), a frágil relação estabelecida por Brochado entre a policromia amazônica e os Tupi-Guarani parece realmente ser um ponto-chave para a necessidade de desconstrução do seu modelo. A impressão que se tem é que o autor aponta para duas irmãs gêmeas, a sub-tradição Guarani e a sub-tradição Tupinambá, de mães diferentes, a sub-tradição Miracanguera e a sub-tradição Guarita, então:

Brochado (1989, p. 68), que também ficou a par dos estudos que apontavam para o período em que teria surgido o tronco Tupi, tomou a iniciativa de rever alguns pontos de seu modelo antes que um terceiro o fizesse. Em um artigo, ele sugere que linguagens antes tidas como estreitamente relacionadas, como o Tupinambá e o Guarani, seriam derivadas de proto-linguagens diferentes e, por consequência, teriam se expandido por ondas migratórias diferentes. (Almeida, 2008: 9).

A questão da rota de migração dos grupos Tupi na região do baixo Tocantins é de vital importância. Um modelo, defendido por Métraux, aponta que os Tupinambá só chegariam à região do baixo Tocantins fugindo de caçadores de escravos europeus que estariam fazendo incursões no litoral maranhense. Outro modelo, defendido por Meggers e Schimtz defende, timidamente, para as populações Tupi do baixo e médio Tocantins, uma migração ocidente-oriental, partindo do atual estado de Rondônia, ao longo da região sul do Amazonas. Isso indicaria um povoamento antigo para a região foco do nosso estudo (Almeida, 2008).

Por último, o modelo defendido por Lathrap e Brochado sugere a Amazônia central como centro de dispersão desses povos, que teriam atingido o rio Tocantins, descendo o próprio Amazonas,

após uma “temporada de sucesso” na ilha de Marajó. Um dos poucos pontos em comum entre esses modelos é que ninguém acredita no baixo e médio Tocantins como o centro da dispersão Tupiguarani (Figura 6.4.11-17).



Fonte: Brochado, 1984.

Figura 6.4.11-18 - Modelo de migração Tupiguarani defendida por Brochado.

É interessante salientar a questão da correlação entre língua e cultura material. Muitas são as ressalvas de estudiosos dos grupos Tupi-guarani, como Prous (1992: 410), que diz que os próprios lingüistas não dão mais crédito à gloto-cronologia (principal, mas não único, método para traçar linguisticamente as rotas de expansão de povos), que ficou restrita ao uso de arqueólogos.

6.4.11.5 - O Patrimônio Arqueológico Pré-Histórico

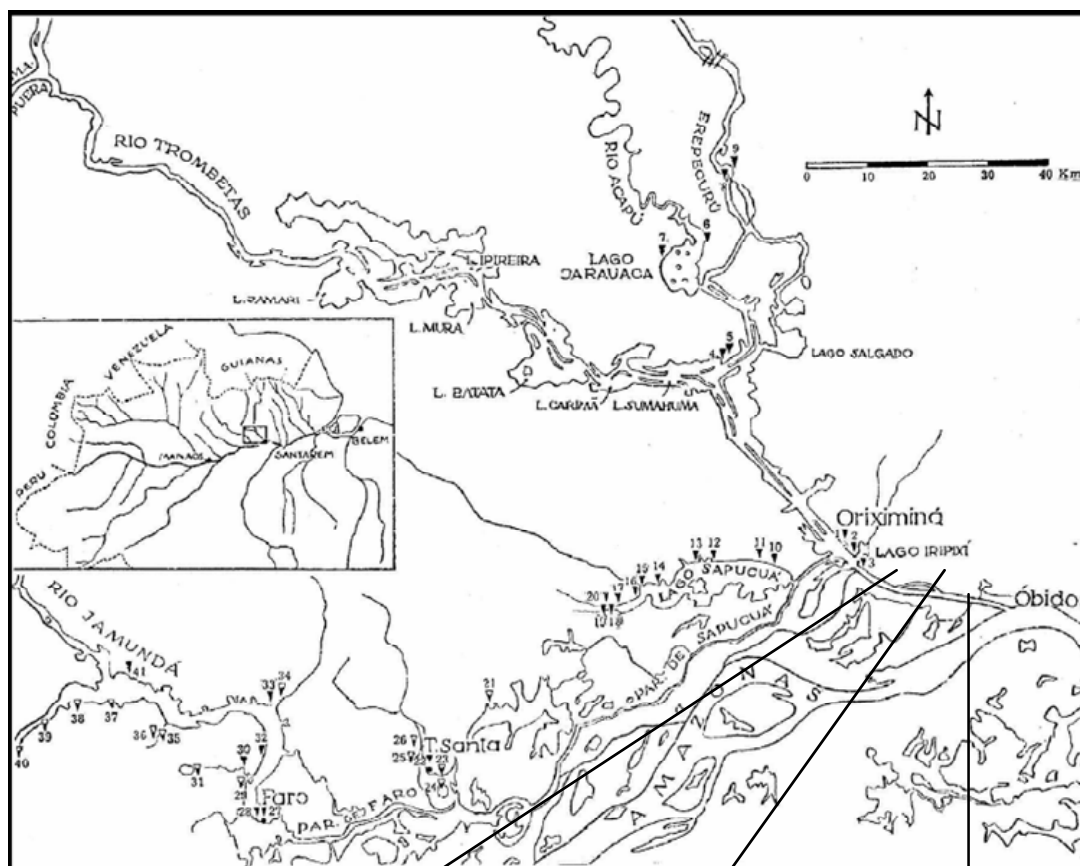
6.4.11.5.1 - Fases e Tradições Ceramistas do Pará e Amapá

- **Tradição Hachurada Zonada, ceramista** - ocorre em áreas alagadiças do Estado do Pará, desde a ilha de Marajó com 2.980 anos antes do presente para a fase Ananatuba. Segue pela margem esquerda do Amazonas acima até o Lago Curuá, município de Alenquer e Curuá onde está representada pela fase Jauari, mais recente e posterior à fase Castália da tradição Mina.

- **Tradição Polícroma, ceramista** - ocorre intermitentemente por toda a calha do rio Amazonas e baixos cursos dos afluentes até as grandes quedas d'água, ultrapassando a extensão da LT TUC/MACP/MAO. No Amapá, nos municípios de Macapá e Santana existem ocorrências da Fase Aristé. No Pará, no município Porto de Móz a tradição Policroma apresenta-se em definição de fase. No Amazonas, nos municípios de Manaus e Rio Preto da Eva, está presente com a subtradição Cuarita e as fases Cuarita, entre 1.350 - 650 anos antes do presente.
- **Tradição Incisa Ponteadada, ceramista** - ocorre no Estado do Amapá, representada pela fase Mazagão (referência original: Evans & Meggers, 1950) ao sul dos rios Araguari-Amapari e nos rios Jari e Vila Nova, municípios de Ferreira Gomes, Santana, Mazagão e Laranjal do Jari, nos séculos XV e XVI. No Pará, se manifesta através da fase Konduri, provavelmente proto-histórica, ocorrendo no Baixo rio Trombetas, lago Faro, e margem esquerda do Baixo rio Nhamundá, nos municípios de Óbidos, Oriximiná e Faro. No estado do Amazonas, também está presente a fase Konduri.

Pela margem direita do Baixo rio Nhamundá, município de Nhamunda. A fase Jatapu e fase Urucará ocorrem nos municípios de Urucará e Itapiranga. A fase Sanabani é encontrada no rio Sanabani que flui para o lago de Silves no Baixo rio Urubu, e fase Pontão com sítios em frente a cidade de Silves município de Silves; a fase Itacoatiara, com localização nos municípios de Manaus, Itacoatiara e Itapiranga, junto do lago e rio Urubu.

- **Tradição Borda Incisa, ceramista** - especificamente junto ao Corredor para a LT, esta tradição está sem referência nos estados do Amapá e Pará. No Estado do Amazonas, sua representação se dá através da fase Paredão, entre 1.450±75 e 1.100±70 anos antes do Presente, no município de Manaus, junto dos rios Negro e Amazonas, até a ilha do Careiro.

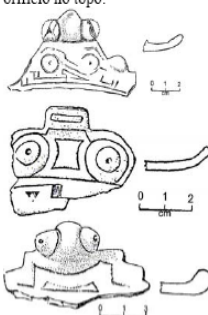
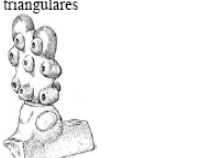
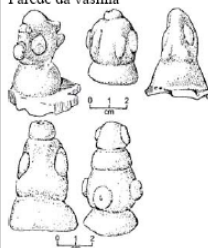
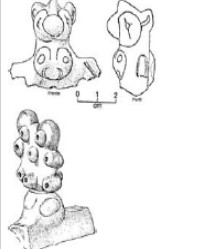



Fonte: Gomes, 2005

Figura 6.4.11-19 - Exemplos da cerâmica encontrada na região.

Segundo Gomes (2005), o estilo Globular foi encontrado esporadicamente na região por nós estudada. A cerâmica também tem o caixi como antiplástico, porém em menor quantidade que o estilo Konduri. Sua textura é quase lisa e dura com coloração variando do amarelo até o rosa. Os fragmentos analisados por Hilbert, na ocasião, resumiram-se a bordas e alças e não foi







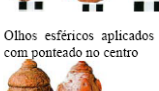








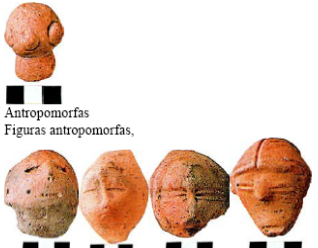

possível identificar as formas do vasilhame. A decoração também é composta de elementos plásticos e lineares. Os elementos plásticos são constituídos por adornos modelados de forma globular compostos por duas partes: uma base semi-esférica que o liga a vasilha e o adorno.

VASILHAME	BASES	BORDAS	MOTIVOS DECORATIVOS
Desconhecidos	Desconhecidas	<p>Bordas escalonadas com decorações plásticas que compõe estruturalmente a borda. Exibem elementos globulares com botões redondos ou ovais, com o sem orifício no topo.</p>  <p>Esporadicamente ocorrem perfis triangulares</p> 	<p>Pintura: vestígios raros de branca ou vermelha</p> <p>Adornos Parede da vasilha</p>  <p>Bordas (Asas?)</p>  <p>Borda (Asas?)</p> 

Fonte: Gomes (2005)

Figura 6.4.11-20 - Cerâmica estilo globular

Segundo Gomes (2005) o modo Decoração Barrancóide, proveniente de Óbidos, possui como antiplástico diferentes misturas de cauxi, onde a mais abundante é mistura com areia, seguida de cauxi+caco moído, cauxi+caco moído+areia e cauxi+saibro. Gomes ressalta que Roosevelt considera que a mudança do tempero de rocha para cauxi ocorre no Baixo Orenoco entre 1000 a.C. e 500 A.D., o que constitui um marcador temporal da passagem da cerâmica Barrancóide para Arauquinóide. Quanto à forma, a única possível de reconhecer foram os pratos. Motivos diagnósticos são: esferas aplicadas com ponteadado profundo no centro, incisões curvilíneas e engobo vermelho. Representações iconográficas: figuras zoomorfas não reconhecíveis, diferentes pássaros, em especial o urubu-rei e figuras zoomorfas antropomorfizadas.









FORMAS	BASES	BORDAS	DECORAÇÃO	ICONOGRAFIA
<p>Apêndices</p>  <p>Prováveis pratos</p> 	<p>Não menciona base mas inclui tripodes no catálogo</p> 		<p>Apêndices modelados</p>  <p>Esferas aplicadas com ponteados profundos no centro</p>  <p>Olhos esféricos aplicados com ponteados profundos</p>  <p>Olhos esféricos aplicados sobrepostos com ponteados no centro</p>  <p>Olhos esféricos aplicados com ponteados no centro, incisão, incisão circular e fileiras de ponteados ao redor</p> 	<p>Zoomorfas: Araçari, Gambá, Gavião, Jacaré, Peixe-boi, Roedor, Tucano, Urubu-rei.</p>  <p>Passaros</p>  <p>Felino</p> 
			<p>Incisões curvilíneas</p>  <p>Filetes aplicados circundando apêndices</p>  <p>Engobo vermelho</p> 	<p>Zoomorfas não reconhecíveis</p>  <p>Antropomorfas</p> <p>Figuras antropomorfas,</p>  <p>Figuras zoomorfas antropomorfizadas.</p> 

Fonte: Gomes (2005)

Figura 6.4.11-21 - Cerâmica estilo Barrancóide.

O modo Decoração Saladóide-Barrancóide, reúne os apêndices do estilo Globular de Hilbert oriundos das localidades de Faro, Oriximiná e Lago Sapucaú. O antiplástico de maior frequência é a mistura de cauxi+areia. Motivos diagnósticos: apêndices modelados constituídos por esferas

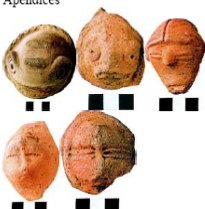





sobrepostas, com pequenas esferas indicando orelhas, boca/bico, olhos e crista, pintura vermelha sobre branca.

FORMAS	BASES	BORDAS	DECORAÇÃO	ICONOGRAFIA
<p>Apêndices</p>  <p>Vasilhas com apêndices</p>  <p>Obs: Não a reconstrução de vasilhas com apêndice nas bordas em Gomes (2002)</p>		 <p>Obs: Gomes considera que essas bordas guardam semelhanças estilísticas com o estilo Globular devido ao formato esférico da cabeça, crista e olhos</p>	<p>Apêndices modelados compostos pela sobreposição de seções esféricas</p>  <p>Detalhes excisos e incisos</p>  <p>Engobo vermelho Pintura vermelha sobre engobo branco</p>	<p>Figuras esféricas não reconhecíveis</p>  <p>Representações zoomorfas</p> <p>Pássaros</p>  <p>Urubu-rei</p> 

Fonte: Gomes (2005)

Figura 6.4.11-22 - Modo de decoração Saladóide-Barrancóide.

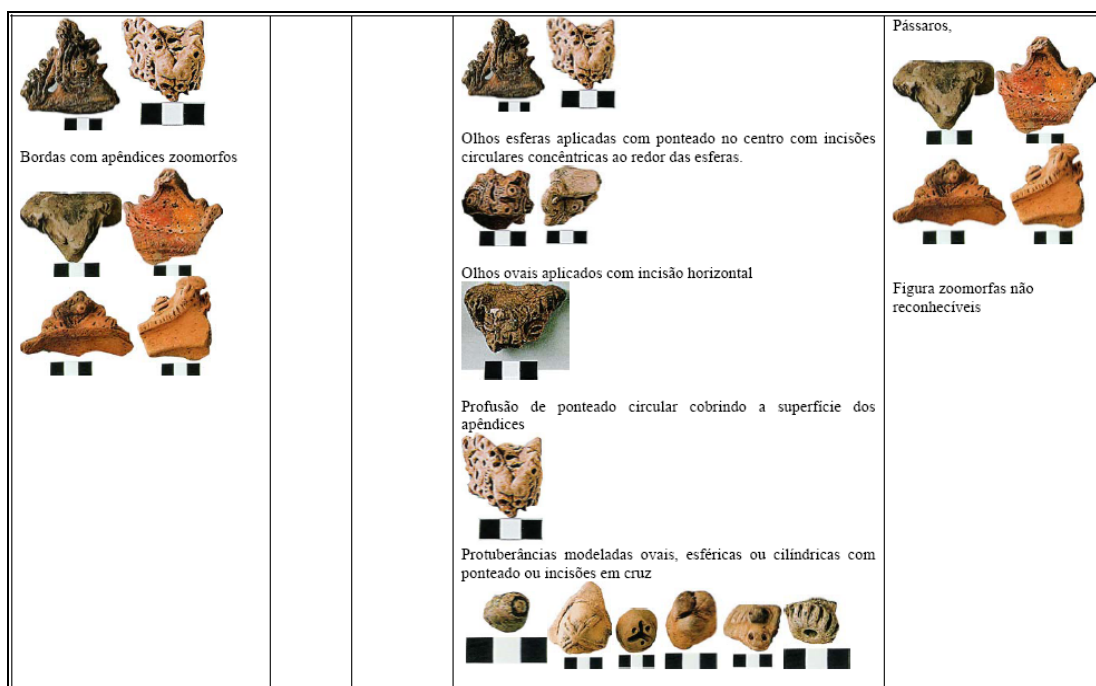
O modo Konduri Fileira de Ponteado inclui apêndices zoomorfos e zoomorfos antropomorfizados, cujo traço comum são as fileiras de ponteados ao redor dos apêndices. Sua proveniência é Óbidos. O antiplástico é a mistura de cauxi abundante com areia ou caco moído. Iconografia: sapos, pássaros, urubu-rei, jacaré, representações zoomorfas antropomorfizados e representações zoomorfas duais.

FORMAS	BASES	BORDAS	DECORAÇÃO	ICONOGRAFIA
<p>Apêndices</p> 			<p>Persistência de elementos barrancóides.</p> <p>Olhos com esferas aplicadas com ponteado no centro, porém ponteado não profundo.</p>  <p>Variação de olhos barrancóides feitos com excisão, aplicação e ponteado.</p>  <p>Fileiras de ponteado circundando os apêndices</p> 	<p>Sapo, pássaros, urubu rei, jacaré.</p> <p>Representações zoomorfas antropomorfizadas</p>  <p>Antropomorfos duais</p> 

Fonte: (2005)

Figura 6.4.11-23 - Modo Konduri Fileira de Ponteado.





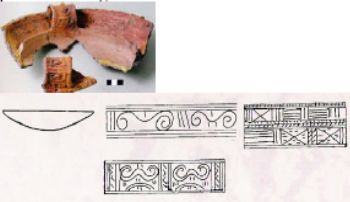
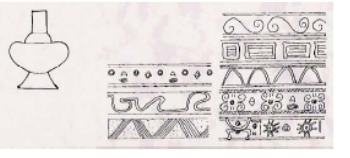





O modo Konduri Ponteadado em Profusão, de acordo com Gomes (2005), reúne os elementos caracterizadores que Hilbert (1955a) definiu como estilo Konduri. Os fragmentos analisados são oriundos de Óbidos e Oriximiná. O antiplástico predominante é o cauxi em quantidade abundante, junto com misturas de areia e caco moído. Os motivos diagnósticos são ponteados e botões modelados. As representações diagnósticas incluem o urubu-rei, pássaros, figuras zoomorfas não reconhecíveis, além de antropomorfas.



Fonte: Gomes (2005)

Figura 6.4.11-24 - Modo Konduri Ponteadado em Profusão.

Segundo Gomes (2005), o modo Konduri Incisões Retilíneas apresenta as formas que fazem parte do repertório do estilo Santarém tais como pratos, pratos com bordas duplas, vasilhas trípodas e vasos de gargalo. O elemento diagnóstico são as incisões retilíneas que compõem os padrões decorativos das bordas dos pratos, além dos detalhes nos apêndices zoomorfos e antropomorfos. Ocorre ainda o uso de engobo vermelho, bem como pintura nas cores vermelho e amarelo aplicadas em forma de bandas. O antiplásticos de maior ocorrência é a mistura de cauxi abundante e areia. Nas representações iconográficas ocorrem: urubu-rei, urubu-rei bicéfalo, jacaré, sapo, rã e cobra.

FORMAS	BASES	BORDAS	DECORAÇÃO	ICONOGRAFIA
<p>Formas que fazem parte do estilo Santarém:</p> <p>Vasilhas Tripodes</p>  <p>Vasos de Gargalo</p>  <p>Prato</p>  <p>Pratos com borda dupla Alças em arco</p> 	<p>Tripodes Anelar Arredondada</p>	<p>Incisões retilíneas e curvilíneas combinadas com ponteados alongados</p>   <p>Apêndices modelados</p>  <p>Engobo Vermelho</p> <p>Pintura em banda nas cores vermelha e amarelo</p>	<p>Mesmo que no modo Santarém:</p> <p>Urubu-rei</p>  <p>Urubu-rei bicéfalo</p>  <p>Jacaré</p> <p>Sapo</p> <p>Rã</p>  <p>Cobra</p> 	

Fonte: Gomes (2005)

Figura 6.4.11-25 - Modo Konduri Incisões Retilíneas.

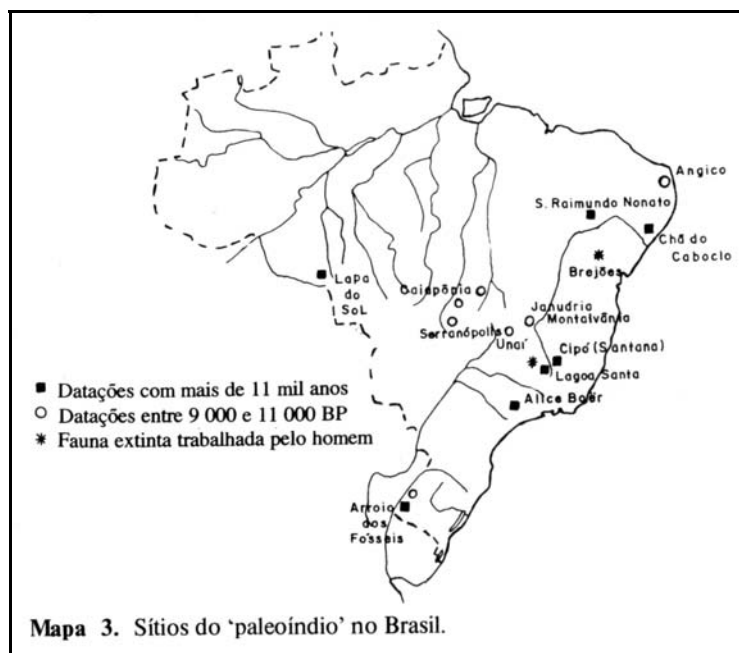
6.4.11.5.2 - O Material Lítico da Região Amazônica

As pesquisas arqueológicas paleoindígenas iniciaram durante a execução do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), no oeste do Rio Grande do Sul e Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), entre os anos de 1968-1972.

Com os resultados obtidos, foi criado em 1972, sob a coordenação do arqueólogo Eurico Th. Miller, o Programa Paleoindígena (PROPA), financiado pelo Smithsonian Institution (SI-USA) e Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a aprovação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e com a colaboração do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

Em Rondônia e Mato Grosso, as pesquisas arqueológicas do Paleoindígena devem-se ao PRONAPABA e ao Programa Arqueológico de Rondônia (PAR) da Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Turismo (SECET-RO).

Os resultados preliminares foram apresentados por Eurico Th. Miller, em sucintas comunicações, entre os anos de 1976-1986.



Fonte: PROUS, 1992.

Figura 6.4.11-26 - Mapa da dispersão dos sítios paleoindígenas no Brasil

Segundo Miller (1987), os sítios Paleoindígenas de Rondônia e Mato Grosso encontram-se nos vales dos rios Guaporé, na encosta superior da Chapada dos Parecis (MT e RO), e nos sedimentos atualmente imersos nas águas do alto rio Madeira (RO).

O clima para toda a área de Rondônia é o tropical chuvoso e o mês mais frio com temperatura sempre acima dos 18 graus, correspondente às florestas com chuvas do tipo monção; a estação seca é de pequena duração, mas suficientemente úmida para a existência de florestas. Para a área do Mato Grosso o clima refere-se às savanas tropicais, com verão úmido e inverno seco. Segundo Miller (1987):

A região do rio Madeira, fitoecologicamente, compreende uma região de floresta tropical aberta e uma sub-região de superfície dissecada de formação submontana e relevo ondulado. Pequenas áreas de tensão ecológica em formações submontanas e relevo dissecado; terraços fluviais. Pequenas áreas de savana parque, de floresta densa e planície aluvial. A encosta da Chapada dos Parecis é uma região de cobertura floresta estacional semidecidual tropical submontana, com tensão ecológica e contato com savana (Miller, 1987).

A geomorfologia no alto rio Madeira é caracterizada por um embasamento de rochas do Complexo Xingu Formação Solimões com restos animais e vegetais, cobertura de argilitos, siltitos e arenitos, depósitos de planície de inundação.

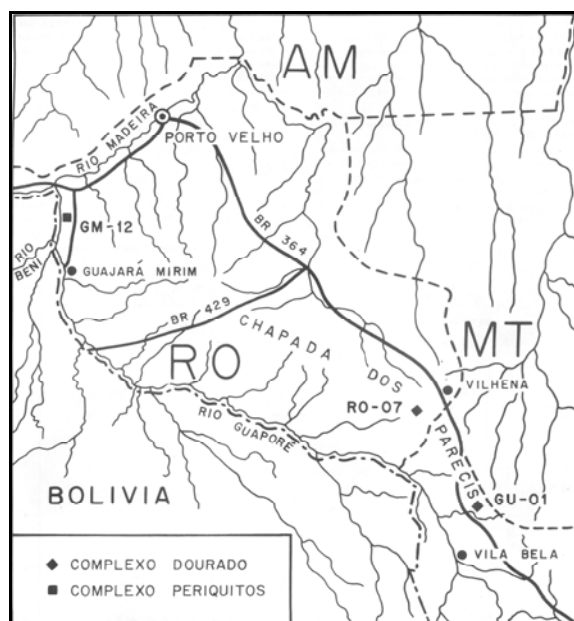
Na Chapada dos Parecis ocorre cobertura de arenito da Fazenda Casa Branca (Carbonífero-Permiano) e Formação Parecis, composta de arenitos finos (Cretáceo), onde ocorrem testemunhos de capeamento basáltico.

No alto rio Madeira, predominam as formas de relevo de superfícies pediplanadas e transição para áreas dissecadas, interflúvios tabulares, colinas, pontões e áreas de acumulação inundáveis. Já no chapadão pode ser observado encimando a cuesta arenítica, superfícies tabulares e relevos escalonados.

No âmbito do Projeto Paleoindígena ficaram conhecidos dois complexos para estes estados: Complexo Dourado, encontrado em ambos os estados e Complexo Periquitos, encontrado em Rondônia.

As evidências Paleoindígenas, conhecidas na Chapada dos Parecis, ocorrem em abrigos sob rocha. Por não se constituírem de sítios habitação, a contribuição à sedimentação e composição do solo foi praticamente mínima.

As evidências encontradas no leito do rio Madeira junto à Cachoeira Periquitos, fazem parte do Complexo Periquitos.



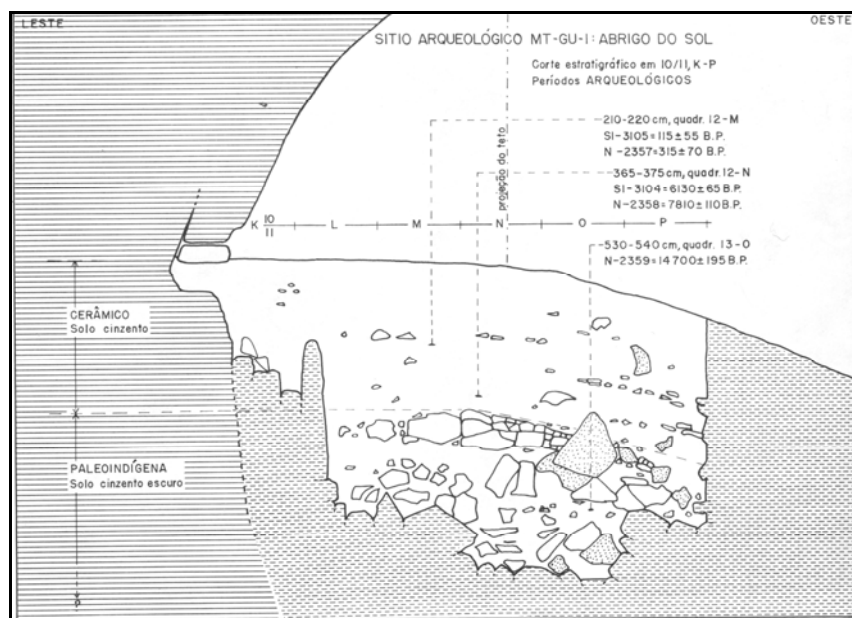
Fonte: Miller, 1987.

Figura 6.4.11-27 - Localização dos sítios de paleoíndigenas pesquisados em Rondônia e Mato Grosso.

O Complexo Dourados é representado por dois sítios: MT-GU-1 e RO-RO-7. Caracterizam-se por estarem localizados em abrigos, possuem vestígios de ocupação e não de acampamento, em sua primeira camada sedimentar encontram-se evidências de fases cerâmica e pré-cerâmica arcaica, raros enterramentos, arte rupestre gravada, líticos (como lascas, um biface, raspadores e percutores), porções de resina, raros caroços de palmeira carbonizados e carvão.

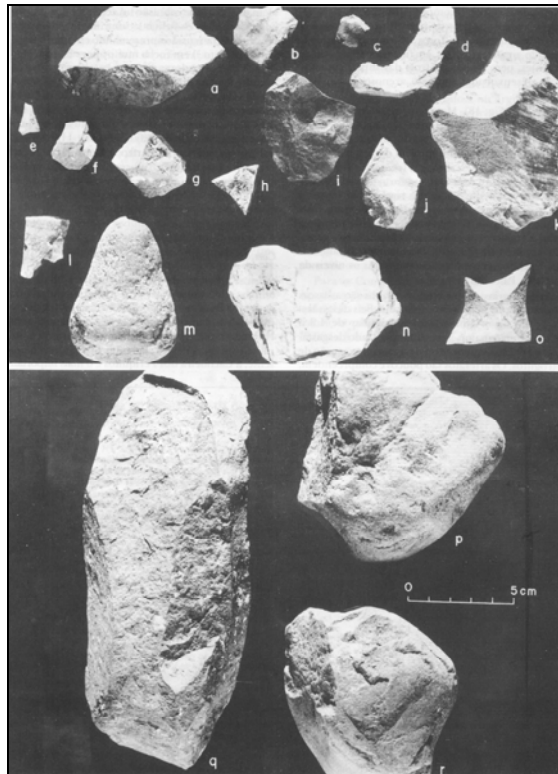
O sítio MT-GU-01, também chamado de Abrigo do Sol, localizado no Mato Grosso, foi escavado por Miller, mas a publicação das pesquisas foi de autoria do fotógrafo W. J. Von Puttkamer. As informações são parcas e fragmentadas, mas sabemos que a vasta lapa do Sol, perto do Rio Galera (afluente do Rio Guaporé), forneceu datações de grande antiguidade.

A escavação, que atingiu uma profundidade de 4,70m, evidenciou uma indústria atípica de seixos, núcleos e lascas toscas ‘prismáticas’. Von Puttkamer escreve que carvões encontrados na base da escavação têm “entre 9.000 e 12.000 BP”, enquanto uma datação indica que o objeto mais antigo poderia ter 12 mil anos. Outra amostra, de 14.500 BP, foi conseguida de um nível mais alto e esta inversão estratigráfica, não explicada nos artigos mencionados, faz com que este resultado seja recusado.



Fonte: Miller, 1987.

Figura 6.4.11-28 - Perfil estratigráfico do sítio MT-GU-1 com a procedência das últimas datações.



Peças: a-l, o, Lascas finas, espesas e poliédricas com e sem evidências de uso e retoque; m, p, q Núcleos; n, r, Percutores e talhadores. Fonte: Miller, 1987.

Figura 6.4.11-29 - Artefatos líticos do sítio MT-GU-1 em profundidade de 5,20-5,40m.

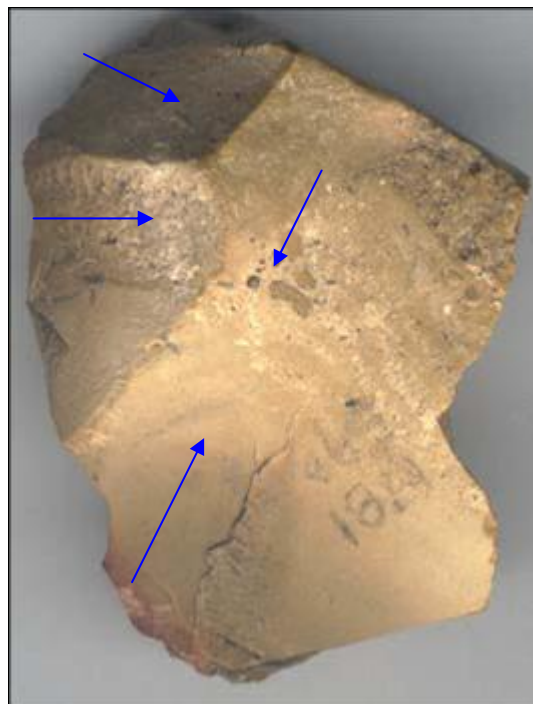
O Complexo Periquitos é encontrado em sítios no leito do alto rio Madeira, com foco na Cachoeira dos Periquitos. Neste sítio foram encontrados fósseis humanos, mas infelizmente o único registro que ficou para a posteridade foi uma mandíbula com um molar e um pré-molar juntos (o maquinário da empresa mineradora que atuava na área destruiu o resto das evidências). As informações sobre este complexo são parcas nas publicações de Miller.

Já para a região, especificamente, temos os seguintes materiais:



Fonte: Gomes (2005).

Figura 6.4.11-30 - Núcleo debitado por percussão direta dura, remontado com lasca.



Fonte: Gomes (2005).

Figura 6.4.11-31 - Núcleo com negativos de retiradas provenientes de várias direções.



Fonte: Gomes (2005).

Figura 6.4.11-32 - Lasca resultante de percussão direta sobre bigorna.



Fonte: Gomes (2005).

Figura 6.4.11-33 - Instrumento sobre lasca, utilizado bruto de debitage.



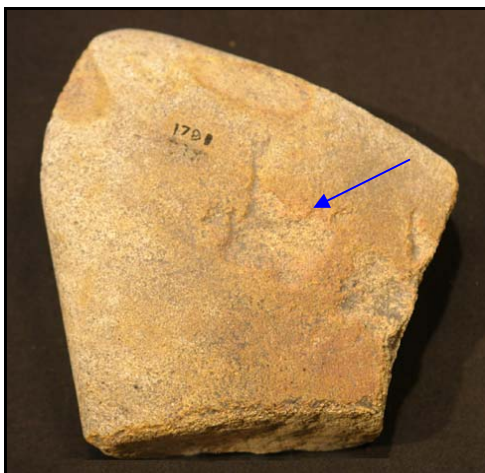
Fonte: Gomes (2005).

Figura 6.4.11-34 - Instrumento sobre lasca, muito provavelmente utilizado como furador.



Fonte: Gomes (2005).

Figura 6.4.11-35 - Lasca debitada sobre bigorna muito provavelmente utilizada bruta de debitagem.



Fonte: Gomes (2005).

Figura 6.4.11-36 - Instrumento sobre lasca, muito provavelmente utilizado como furador.



Fonte: Gomes (2005).

Figura 6.4.11-37 - Bigorna com marcas de utilização.

6.4.11.5.3 - O Grafismo Rupestre da Região Amazônica

O registro rupestre é uma fonte arqueológica deixada pelo homem pré-histórico, inscrita em pedras e paredões em forma de gravuras e pinturas, feitas por grupos indígenas em vários períodos, não só para a decoração. Como diz Gaspar (2003): “o grafismo era parte integrante do sistema de comunicação do qual se preservaram apenas as expressões gráficas que resistiram no tempo”.

A arte rupestre é uma forma de transmissão dessa memória pretérita, não através de palavras, mas sim através de imagens: a visão que o homem tinha do mundo na Pré-História. Há muito tempo que a arte rupestre no Brasil vem sendo relatada em nossa história. A primeira referência é de 1598, quando o então Governador da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, encontrou junto a um rio chamado Arasoagipe, gravuras que ele descreveu como cruz e caveiras de defunto. Prous (1984), afirma que bandeirantes paulistas encontraram a Pedra dos Martírios em Goiás, e a partir daí a bibliografia sobre este tema se dilatou.

A arte rupestre pode ser classificada de duas formas: gravuras ou pinturas. As pinturas também são chamadas de pictografias, e as gravuras de petroglifos. As gravuras podem ser realizadas em baixo-relevo ou alto-relevo, a partir de técnicas como o picotamento da rocha, raspagem ou alisamento.

As pinturas rupestres são figuras realizadas a partir de tintas feitas pelo homem pré-histórico à base de pigmentos minerais e substâncias de origem orgânica; como resinas vegetais, gordura animal etc. Em algumas regiões do Brasil, utiliza-se a palavra indígena de origem tupi, itacoatiara, que significa pedra pintada, para denominar os rochedos decorados.

São conhecidas ao todo no Brasil oito tradições de arte rupestre: Nordeste, Meridional, Litorânea Catarinense, Geométrica, Planalto, Agreste, São Francisco, Amazônica.



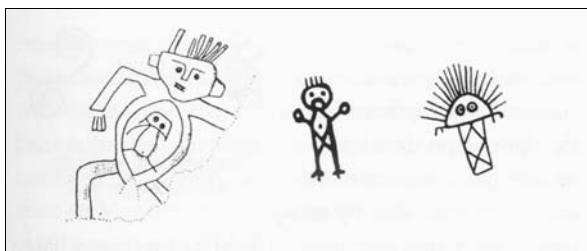
Fonte: Gaspar, 2003.

Figura 6.4.11-38 - Mapa da dispersão das tradições de arte rupestre no Brasil.

Na área do empreendimento, ocorrem duas tradições de arte rupestre brasileira: Tradição Amazônica e a Tradição Geométrica.

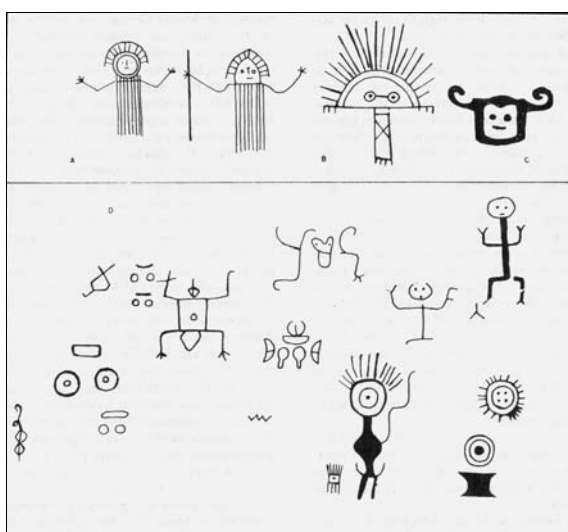
A Tradição Amazônica ocorre nos estados da região norte do Brasil, sendo composta por gravuras e pinturas, com uma grande diversidade de imagens. Existem poucos estudos sobre esta tradição que apresenta antropomorfos simétricos e geométricos bem detalhados, em alguns lugares há painéis compostos por bastões e gravações curvilíneas.

Em Roraima, são encontradas retas pintadas paralelas ou formando retângulos preenchidos com traços. Nas margens dos rios Cuminá, Puri e Negro, aparecem gravadas cabeças de figuras humanas geralmente radiadas.



Fonte: Gaspar, 2003.

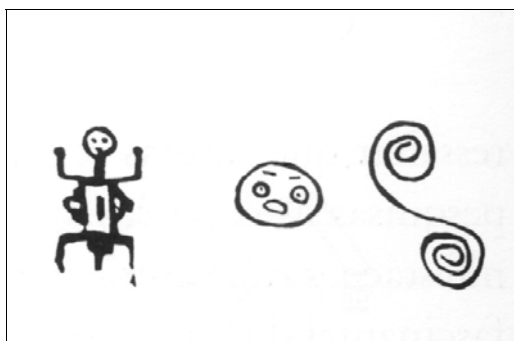
Figura 6.4.11-39 - Tradição Amazônica.



Fonte: Prous, 1984.

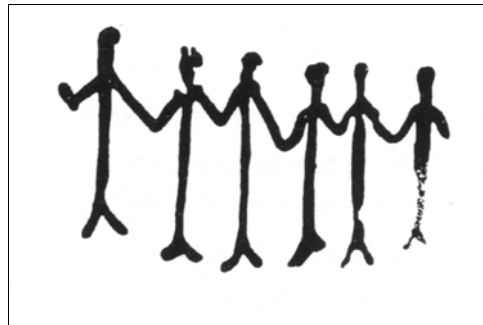
Figura 6.4.11-40 - Tradição Amazônica.

Nas proximidades de Monte Alegre (PA), as figuras foram pintadas. Na região de Alenquer (PA), as figuras humanas caracterizam-se por estarem em seqüência e de mãos dadas, realizadas de forma simples, sem detalhes anatômicos.



Fonte: Gaspar, 2003.

Figura 6.4.11-41 - Tradição Amazônica da região de Monte Alegre (PA).



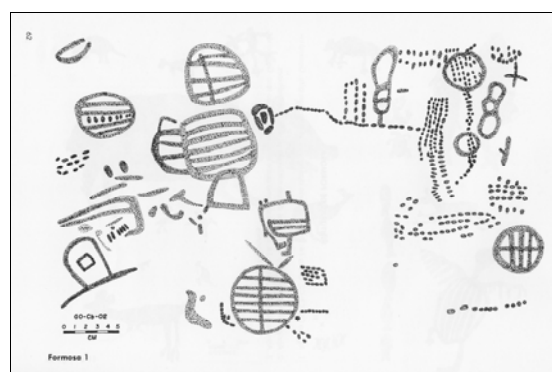
Fonte: Gaspar2003

Figura 6.4.11-42 - Tradição Amazônica da região de Alenquer (PA).

A Tradição Geométrica representa exclusivamente figuras geométricas e, em algumas vezes aparecem lagartos e aves. Utiliza a policromia nas pinturas, ou seja, mais de um pigmento. Devido à grande área abrangida e a diversidade de representações, o arqueólogo André Prous a subdivide em meridional e setentrional.

Os sítios setentrionais aparecem nas imediações de rios, principalmente próximos de cachoeiras. As gravuras foram feitas em blocos que nas épocas de enchentes ficam submersos. Geralmente são gravuras polidas, ocorrendo depressões periféricas chamadas de cupuliformes e algumas gravuras biomorfas que lembram sáurios ou homens.

Nos sítios meridionais ocorrem gravações, sendo alguns retocados com pigmentos. As figuras foram realizadas em locais que não são banhados pelas enchentes, sendo que em alguns casos ficam longe de cursos d'água. Aparecem tridáctilos, triângulos e algumas vezes foram feitas incisões ou um ponto no interior das figuras, que os arqueólogos denominam de vulvas.



Fonte: Schmitz, 1984.

Figura 6.4.11-43 - Tradição Geométrica em Goiás.

6.4.11.5.4 - O Patrimônio Arqueológico Histórico

Os sítios arqueológicos históricos correspondem ao conjunto de bens patrimoniais, com datas posteriores ou contemporâneas ao contato entre os indígenas americanos e os homens brancos, ou seja, os conquistadores europeus.

Os trabalhos desenvolvidos sobre esse período são denominados de Arqueologia Histórica. Os mesmos dispõem, em alguns casos, de documentações escritas que são utilizadas para auxiliar as interpretações dos vestígios materiais.

Na opinião das arqueólogas Thiessen & Tocchetto (1999), um sítio arqueológico histórico caracteriza-se por uma complexidade de fatores, conforme é possível observar na citação a seguir:

A questão da definição de um sítio arqueológico é perpassada por problemas presentes na Arqueologia como um todo e na Arqueologia Histórica particularmente. O fato, aqui, reveste-se de maior complexidade: um sítio arqueológico define-se a partir de três vetores - temporal, espacial e cultural. Com relação a este último vetor, os sítios arqueológicos históricos no Brasil podem ser definidos a partir das evidências materiais da cultura européia no interior das sociedades indígenas.

Quanto aos sítios históricos, o vetor temporal assume uma importância primordial e aparece ligado à própria concepção de Arqueologia que cada pesquisador possui. Assim, se considerarmos que a Arqueologia toma como objeto artefatos enquanto vestígios sociais do passado, como na perspectiva historicista (Funari, 1988) ou que visa sistemas pretéritos, como coloca Binford (1962), então estamos confinando a pesquisa a um determinado marco temporal: o passado.

A questão que se coloca é: que passado é este? “Ele pode variar de uma escala que vai desde sociedades extintas num extremo, até o dia de ontem, no outro”⁴ (Thiessen & Tocchetto, 1999).

Oliveira & Symanski (1999) classificam os sítios históricos em cinco categorias funcionais: sítios religiosos, sítios militares, sítios comerciais/ produtivos, sítios domésticos e lixeiras coletivas⁵

A partir da citação anterior, podemos perceber o potencial arqueológico histórico dos estados abrangidos pelo empreendimento. A área pode ser considerada como um espaço que possui um

⁴ THIESSEN, B & TOCCHETTO, F. Definição de sítio arqueológico histórico: reflexões para um debate. *Revista do CEPA*. v.3, n. 29. Santa Cruz: UNISC, 1999. (Jan / Jun.) p. 268.

⁵ OLIVEIRA, L. D. & SIMANSKI, L. C. P. Arqueologia Histórica no sul do Brasil: um breve panorama. *Revista do CEPA*. v.3, n.29. Santa Cruz: UNISC, 1999. (Jan / Jun.).

conjunto de características favoráveis à localização de sítios arqueológicos históricos, tendo em vista o processo de conquista e colonização do Brasil iniciado nesta região.

Sendo assim, os itens finais desse diagnóstico dedicam-se a descrever as potencialidades de sítios arqueológicos históricos na área do empreendimento.

6.4.11.5.4.1 - Os Fortes Militares

Em meio às disputas territoriais e à colonização do território brasileiro, foram fundados os Fortes Militares, os quais podem ser caracterizados como importantes monumentos da conquista empreendida por uma Nação no “novo” território. Mais de duzentas fortificações foram erguidas pelos portugueses no intuito de preservar o imenso continente que lhes fora legado por bula papal (de 1492) e pelo Tratado de Tordesilhas (1494).

Tendo em vista a plasticidade do conceito de sítios arqueológicos históricos, podemos afirmar que os Fortes Militares são excelentes exemplos de sítios que podem ser encontrados na área do empreendimento e que muito podem contribuir para desvendar a história.

A cidade de Belém, por exemplo, começou com a ocupação da foz do rio Pará, a partir da construção do Forte do Presépio e da primeira capela, em 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco. Localizado na confluência do rio Guamá com a Baía de Guarajá, o Forte do Castelo foi tombado pelo IPHAN em 1962 e se tornou um ponto turístico da cidade.

A construção primitiva era de madeira e coberta de palha. Em 1622, é reconstruído com forma quadrada, tornando-se assim uma construção mais sólida em taipa de pilão. Segundo informação do arquivo, a data da primeira reforma seria 1632. O forte passou por várias obras em 1712, 1721, 1759, 1773.

Em 1832, foi desativado por estar em ruínas. Em 1833, passou a ser chamado de Castelo de São Jorge. Foi semi-destruído pela esquadra imperial durante a revolta de 1835, sendo reconstruído em 1850. As obras acabaram em 1868, o forte contava agora com quartéis, casa, uma ponte sobre o fosso, um portão e uma muralha de pedras pelo lado do mar.

O Arsenal de Guerra nele se instalou em 1876. Em 1978, houve uma tentativa de tirar o restaurante e o círculo do forte para uma intensa restauração. Em 1980, após suas muradas terem sido parcialmente destruídas, a edificação passa por obras de emergência para garantir a estabilidade do remanescente.

Em 1983, a SPHAN/Pro-Memória, através da primeira Diretoria Regional, sediada em Belém, realiza obras de conservação e restauração de diversos monumentos do patrimônio, inclusive do Forte do Castelo. Sob a responsabilidade do Exército, passou por várias modificações para abrigar a sede social do Círculo Militar de Belém.



Fonte: www.cienciahoje.uol.com.br

Figura 6.4.11-44 - Forte do Presépio

Um estudo arqueológico realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e pela Secretaria Estadual de Cultura restaurou a edificação, resgatou nas escavações cerca de 100 mil objetos e fragmentos e identificou estruturas acrescentadas ao forte em diversas reformas ao longo de quase 400 anos e que não eram visíveis a olho nu.



Fonte: www.cienciahoje.uol.com.br

Figura 6.4.11-45 - Pátio interno do Forte do Presépio, hoje chamado Forte do Castelo de São Jorge

Em seus trabalhos, o arquiteto responsável Fernando Marques e sua equipe descobriram estruturas antigas como: os alicerces da Capela de Santo Cristo (construída por volta de 1640), que existiram até o final do século XVII; pisos em tijoleira e em pedra aparelhada, do antigo

Corpo da Guarda, datados do fim do século XVII, além de vestígios das fundações da casa de pólvora e de quatro rampas de acesso ao terraço, local onde se assentavam canhões.

Entre os objetos encontrados estão moedas antigas, inclusive uma de ouro de 1752, cachimbos, louças em faiança portuguesa e faiança fina inglesa, garrafas de bebida, botões de fardamento, fragmentos de armas etc.

O mais surpreendente, no entanto, é que foram achadas no local cerâmicas associadas à cultura indígena, prova da ocupação anterior à chegada dos portugueses. "O Forte do Presépio não é só um marco do passado colonial", diz Marques. "Ele representa o encontro das culturas portuguesa e indígena, cujas evidências fizemos questão de deixar expostas para a visita no museu ali instalado." ⁶

Toda a área do Forte do Presépio é hoje o Núcleo Cultural Feliz Lusitânia, composto por três edificações: a Casa das Onze Janelas (um sobrado onde funcionava o antigo Hospital Militar), o Museu de Arte Sacra e o Museu do Encontro, que é o próprio Forte do Presépio.

Outra fortificação que se destaca na história regional é o Forte de Santo Antônio, em Gurupá.

Ingleses e holandeses precederam os portugueses em incursões na região amazônica e estabeleceram alguns pontos fortificados como Mariocá, hoje Gurupá, na margem direita do rio Amazonas. Em 1623, os holandeses foram expulsos pelos portugueses e o Forte de Santo Antônio fundado por Bento Manuel Parente.

O forte sofreu vários ataques em 1629 e 1639, acabando em ruínas e sem nenhuma restauração. Foi reconstruído pela primeira vez em 1690, por incumbência do Governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sob um novo plano que o ampliou. Esta obra, assim como as de 1760 e 1774, nunca eram concluídas, e o forte, devido ao abandono, voltava a desmoronar.

Não existia interesse em conservá-lo, sua localização era considerada ruim do ponto de vista estratégico porque, em consequência do grande número de ilhas e paranás, as embarcações tinham passagem longe dos canhões. Aquele ponto servia apenas para evitar o contrabando de especiarias e controle das pessoas interceptando as canoas que vinham pelo Amazonas.

Da fortificação resta apenas o muro de pedra, uma casa e parte da construção com forma poligonal. O acesso é feito através da escadaria que leva ao portão de ferro batido. Na ponta do

⁶ Fonte: www.cienciahoje.uol.com.br

lado do mar há um obelisco de construção posterior. Em 1963, é feito um pedido de tombamento e hoje está sob jurisdição do Ministério da Guerra.

O Forte Pauxis, símbolo da fundação do município de Óbidos, é um dos lugares históricos do Pará. Exatamente onde existia uma tribo de índios Pauxis, foi erguido o forte que pode ser avistado por aqueles que chegam de barco à cidade. O ponto era estratégico para a consolidação do domínio português na Amazônia, pois é ali a parte mais estreita do Rio Amazonas (1,8 km) e mais profunda também (cerca de 75 m).

A partir da construção do forte, qualquer embarcação que por lá passasse era intimada a parar, para a cobrança do dízimo devido à Coroa Real Portuguesa. Do Forte Pauxis é possível ainda avistar a Serra da Escama, onde foi erguida a Fortaleza Gurjão, construída para guarnecer e defender a região dos invasores.

Esta fortaleza está localizada na Serra da Escama, na margem do Lago dos Pauxis, mais conhecido como Laguinho, ao qual se tem acesso, na seca, por terra e na cheia através de canoas, barcos. Na outra margem do Laguinho, fica a Cidade de Óbidos.

Para chegar à Fortaleza Gurjão, é preciso subir a serra por uma trilha íngreme, pelo meio da mata virgem, por aproximadamente trinta minutos. No alto da serra, com 81 m de altura, está situada a Fortaleza.

Sua edificação foi fruto de demorados estudos. Em 1906, foi nomeada uma comissão, chefiada pelo então Major Engenheiro Manoel Luiz de Melo Nunes, para tratar da Defesa Geral do Rio Amazonas. Em 1908, foram iniciadas as obras de construção de uma fortificação que pudesse satisfazer aquele objetivo. Neste mesmo ano ficou montada a bateria, denominada, posteriormente, de “Defesa Gurjão”, pelo então Inspetor da extinta 2ª Região de Inspeção Permanente.

Construída em um dos cabeços da Serra da Escama, a cerca de 81m acima dos níveis médios das águas, à margem esquerda do Rio Amazonas, bate diretamente, num setor de 27m do canal, ponto mais estreito do referido rio e a enseada formada pelo flanco esquerdo da serra e a cidade de Óbidos.

Esta fortificação consiste numa bateria, a céu aberto, com quatro canhões, retirados do navio escola “Benjamim Constant”, montados em reparos, e, era guarnecida por um destacamento.

A Fortaleza de São José de Macapá é um dos mais importantes monumentos militares do século XVIII, existente no território brasileiro. Ele sintetiza os métodos e as estratégias de ocupação e

defesa desenvolvidas pela coroa portuguesa para a conquista definitiva da Amazônia e também para atingir a encosta oriental dos Andes. Se este último objetivo não foi alcançado, sem dúvida que mostrou uma tendência, especialmente séculos mais tarde, quando então a República Brasileira anexou o território do Acre.

O corredor de fortificações que defendiam a entrada do rio Amazonas foi bastante ambicioso, ainda que o objetivo militar tenha servido mais como um empreendimento de colonização e ocupação territorial através da fixação de uma população comprometida com a coroa portuguesa, do que com objetivos militares mais específicos: defesa contra outros conquistadores; base de ataque para a conquista de novos territórios (as minas peruanas).

A consequência mais marcante da construção da Fortaleza de São José de Macapá foi, sem dúvida, a criação da Vila de Macapá e o seu significativo desenvolvimento durante este período. Tão marcante que desde então, Macapá tornou-se o principal centro urbano da foz esquerda do Amazonas. Por tudo isto, esta fortificação tem especial valor para a compreensão da formação e identidade da população regional.

É de significativa importância todo esforço voltado para o estudo, conservação e restauração deste monumental conjunto arquitetônico. Entretanto, a consciência desta importância tem sido bastante irregular ao longo da história. A Fortaleza, desde sua inauguração em 1782, alternou momentos de ocupação com outros de completo abandono. O seu tombamento como patrimônio histórico nacional na década de 1950, em parte, diminuiu os riscos de interferências nefastas, mas não os eliminou por completo.

Desde o seu tombamento, duas importantes iniciativas foram tomadas. A primeira, empreendida na década de 1970, não foi concluída, mas deu início a importantes estudos que culminaram com o levantamento e recuperação da documentação original existente. O casal de arquitetos Alcântara, através da iconografia levantada e de algumas prospecções realizadas, forneceram uma série de elementos de ordem arquitetônica que possibilitaram o desenvolvimento de um projeto de restauração adequado.

A segunda iniciativa tem início com o fim do Território e a estadualização de Amapá, cujos governos tomaram a decisão política de investir num projeto de restauração e uso responsável, comprometido com as características históricas e monumentais da fortaleza de São José de Macapá. Como resultado, uma série de dúvidas de cunho histórico e arquitetônico veio à superfície. Dúvidas essas as quais os documentos e a iconografia relativos ao período da construção não respondiam com a suficiente clareza.

Foi a partir deste ponto que se verificou a necessidade de uma pesquisa arqueológica que complementasse e até indicasse a correção da documentação iconográfica existente.

As redes de fortificações do Amapá eram, na sua maioria, constituídas por simples postos ou pequenos redutos, os quais, devido à fragilidade de sua construção, quase ruíram por completo, restando somente as edificações mais sólidas.

Depois que os portugueses se apossaram dos fortes de Torrego, nos rios Manacapuru e Felipe entre os rios Matapi e Manacapuru (hoje rio Vila Nova), um reduto mais seguro e resistente, os ingleses enviados oficialmente à Amazônia alojaram-se na região de Macapá, onde fundaram o forte de Cumaú ou Massapá, com a ajuda dos índios Nhengaybos, Aruan e Tucuju.

Em 10 de março de 1631, aportou em Santa Maria de Belém, Feliciano Coelho de Carvalho, nomeado ao cargo de vice-governador do Maranhão e Grão-Pará, com a missão de continuar lutando contra os invasores no grande vale amazônico. Em 1632, chefiava uma expedição guerreira, cuja finalidade era expulsar os invasores ingleses e parar nas imediações do Forte de Cumaú. Ergueu-se em lugar estratégico, uma trincheira para iniciarem os ataques ao aquartelamento dos súditos de Carlos I, da dinastia dos Studart.

Na noite de 09 de julho, o capitão Pedro Baião, acompanhado de seus soldados e de cinco mil índios, apoderou-se do Forte de Cumaú, onde os ingleses que haviam resistido à ofensiva portuguesa foram mortos e aprisionados. Desta forma, os ingleses perderam a sua última batalha nas terras do Amapá. Atualmente, este forte pertence ao Município de Santana.

A presença francesa, acompanhada dos guianos (membros de uma tribo indígena), despertou nos portugueses a idéia de construir uma fortificação para a defesa da região de Macapá, e o rei de Portugal, D. Pedro I, através de carta-régia de 21 de dezembro de 1666, facultou ao governador Gomes Freire de Andrade, a escolha de um local para construir a respectiva fortaleza, então em projeto.

No ano de 1688, o governador do Maranhão e Grão-Pará, capitão Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, adotando as instruções do governador geral do Brasil, mandou levantar essa fortificação, a qual recebeu o nome de Santo Antônio de Macapá.

Em 31 de março de 1697, portanto 9 anos após a fundação do forte, o marquês Deferroles seguindo determinação do governador de Caiena, e do rei da França (Luiz XIV), desrespeita um acordo de paz e expulsa os militares lusitanos da margem esquerda do rio Amazonas. Tudo isto sem muita dificuldade, pois, para se apossar da Fortaleza em questão, não necessitou de

nenhuma artilharia. O forte localiza-se às proximidades da atual rodovia Salvador Diniz, que liga o Distrito de Fazendinha ao Porto de Santana, na embocadura do Igarapé da Fortaleza.

O governador do Maranhão e Grão-Pará, Antônio Albuquerque de Carvalho, nesse momento achava-se inspecionando a praça de Gurupá. Sabedor da tomada do forte organizou, sob o comando de Francisco de Sousa Fundão, uma expedição militar constituída de 160 soldados e 150 índios flecheiros com destino a Macapá, seguida, mais tarde, de um reforço, liderado por José Muniz de Mendonça. Vigiava a fortificação, uma guarnição de 43 homens, entre oficiais e soldados. Em 28 de junho de 1697, os portugueses realizaram o primeiro ataque para a retomada da fortaleza, mas foram rechaçados, pelos inimigos.

Francisco de Sousa Fundão, analisando o fracasso da primeira investida, pensou em retirar sua tropa. Entretanto, não teve a aquiescência de João Muniz, que considerava a idéia absurda, pois o propósito da expedição era tomar o forte, a qualquer custo. Os portugueses recuperaram, em seguida, a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá.

Deste modo, conforme previsto em lei, precisamente no Art. 1º do Tratado Provisional de 4 de março de 1700, sancionado pelos portugueses e franceses, a fortaleza deveria ser demolida. Conforme este acordo bilateral - pelo qual foi neutralizado o território com a Guiana Francesa - ficou acertado que se deveria desamparar e demolir, por El-Rei de Portugal, os fortes de Araguay e Cumaú e retirar a gente e tudo o mais que neles houver e as aldeias de índios que os acompanham e formarem, para o serviço e uso dos ditos fortes, e depois da ratificação do tratado provisional, achando-se mais alguns fortes pela margem do rio Amazonas, para o cabo do Norte e costa do mar até a foz do rio Oiapoque, se demolirão igualmente com os de Araguay e de Cumaú.

Apesar das determinações, atendendo pedido do governador do Pará, Fernando Carrilho, o forte de Santo Antônio de Macapá não foi demolido. Contudo, a fortaleza não recebeu a devida manutenção e pouco a pouco foi se transformando em ruína. Além do mais, pelo seu aspecto arquitetônico de pouca resistência, não oferecia segurança no caso de nova invasão.

Sua construção foi levantada por volta de 1763, mas sua planta de fortificação só ficou pronta setenta e cinco anos depois, quando se estudavam as fortificações de Macapá, por determinação do governador do Maranhão e Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive.

Ao norte da cidade de São José de Macapá, lança-se no rio Amazonas, um Igarapé, chamado nas cartas geográficas - desde os tempos coloniais - de rio Curiaú. O governador do Grão-Pará capitão-general João de Abreu Castello Branco, autorizou a instauração de um destacamento

militar em Macapá. Uma pequena unidade, comandada pelo capitão Antonio Gonçalves, que havia enviado uma correspondência ao rei de Portugal D. João VI, propondo erguer, por sua conta, uma fortificação na foz do Curiaú, dizendo estar interessado apenas em ser o seu comandante, com posto vitalício.

A proposta foi aceita pelo governador do Grão-Pará, mas o monarca português manifestou-se contrário. Somente em 6 de março de 1761, o governador do Maranhão e Grão-Pará, Bernardo de Mello e Castro veio a Macapá para a benção da Igreja de São José de Macapá. Aproveitou a ocasião para autorizar a construção da fortaleza de São José de Macapá e que fosse construída, também, uma vigia à margem direita do Curiaú, na confluência com o rio Amazonas.

Foi construída uma residência para o corpo da guarda e uma guarita, a uma distância de 70 braços do rio, ou 150 metros de terra firme, em cima de um banco de lodo e areia, ligada à margem por uma ponte. Toda a obra foi executada em madeira.

A topografia do terreno dava condição de se avistar, da guarita, uma parte do Amazonas que não se podia ver da Fortaleza de São José de Macapá. Desse modo, era possível avistar e avisar o forte de São José de Macapá quando da aproximação de qualquer navio inimigo. A comunicação era feita por terra entre o baluarte e a guarita. O contato também era realizado através de uma pequena montaria, cujo trânsito se dava via fluvial.

A guarita era comandada por um cabo de esquadra e soldados, os quais dispunham de alguns cavalos, em caso de aproximação de qualquer embarcação estranha. Havia uma sentinela dia e noite, a quem competia avisar o cabo da guarita, quando avistasse a chegada de embarcação de grande porte. Durante o dia o aviso era levantar uma bandeira larga no mastro e, à noite, seriam soltos dois foguetes sucessivos. Os sinais deveriam ser repetidos até que o baluarte de Macapá compreendesse o aviso, levantando também sua bandeira ou, disparando um tiro de canhão.

A Vigia do Curiaú permaneceu por muitos anos, pois havia sempre o cuidado de se efetuar reparos, para quando houvesse necessidade de utilizá-la. Somente muito tempo depois, em consequência do abandono das obras de Macapá, a guarita do Curiaú perdeu sua utilidade e, pouco a pouco, a erosão se encarregou de destruí-la completamente.

6.4.11.5.4.2 - Os Aldeamentos Jesuíticos

Os aldeamentos jesuíticos podem ser considerados como importantes sítios arqueológicos históricos, os quais representam aspectos importantes do contato realizado entre a fé católica e a fé dos índios nativos do Novo Mundo.

Tais aldeamentos foram fundados em todo o território nacional e tinham por objetivo reunir índios, em bases permanentes, para salvá-los da vida pagã e domesticá-los para o trabalho compulsório.

As Missões eram aldeamentos indígenas criados e organizados pelos missionários e geralmente eram localizadas no *habitat* natural do índio, ficando afastadas das povoações. Na verdade, eram logradouros que reuniam os índios sobreviventes da empresa de conquista. Para os missionários, as Missões eram espaços "civilizados" nos quais os índios se transformariam em "homens", saindo do estado da barbárie em que se encontravam.

Segundo o Governador Geral Mem de Sá, as Missões deveriam ter uma organização administrativa como as outras vilas de habitação colonial, com um Meirinho (autoridade civil escolhida entre os indígenas) que se encarregaria da vida administrativa. Este faria cumprir as ordens em todos os aspectos: trabalho, religião etc. Tais decisões transformaram-se em leis em 1570. A partir daí os índios seriam homens livres, contanto que se mantivessem unidos à religião cristã e à colonização. Por outro lado, manteve-se o cativo legal dos índios aprisionados em "guerra justa".

Devido ao crescimento econômico da América Portuguesa com o desenvolvimento açucareiro, foi criado em março de 1609 um órgão do Tribunal da Relação do Brasil, o qual controlaria as relações sociais, jurídicas e políticas na própria colônia. Esse órgão seria também responsável pelo cumprimento da lei que garantia a plena liberdade aos índios, proibindo qualquer tipo de escravidão indígena e obrigando os colonos ao pagamento aos índios pelos trabalhos prestados.

Assim os jesuítas ficaram responsáveis pela catequese, direção temporal dos aldeamentos e administração das terras e dos serviços dos índios aos colonos. Observa-se que a lei de 1609 era fruto de constantes conflitos entre colonos, necessitados de mão-de-obra, e missionários, preocupados com a evangelização dos índios pagãos.

No século XVII, os aldeamentos começaram também a ser fundados nos sertões, a fim de reduzir os índios das novas áreas ocupadas. Os anos que se seguiram foram repletos de conflitos entre os colonos e missionários, por causa dos vários aprisionamentos de índios, aldeados ou não, em virtude da interiorização da colonização com a pecuária e da conseqüente disputa pelas terras.

Em meio a tantos conflitos envolvendo religiosos, índios e os grandes sesmeiros, várias decisões administrativas e jurídicas foram tomadas, como a criação do Bispado de Pernambuco por Bula do Papa Inocêncio XI, em novembro de 1676, para orientar os religiosos e intermediar nas situações conflituosas que se desenrolavam no sertão.

Em março de 1681, criou-se a Junta das Missões de Pernambuco, subordinada a que existia em Lisboa e que iria promover e cuidar de todos os negócios referentes às Missões e catequese dos índios. Sendo assim, a partir de 1686, essas Missões passaram a ser regidas pelo novo "Regimento das Missões", que deu aos Padres da Companhia de Jesus o controle espiritual, político e temporal dos aldeamentos, porém garantindo o acesso dos colonos ao trabalho indígena, que deveria agora ser contratado em troca de pagamento.

Percebe-se que a criação das Missões de aldeamento fez parte de uma política de aldeamento da Coroa portuguesa que assegurava os diversos interesses da colonização, como também respondiam aos objetivos religiosos dos missionários e da Igreja.

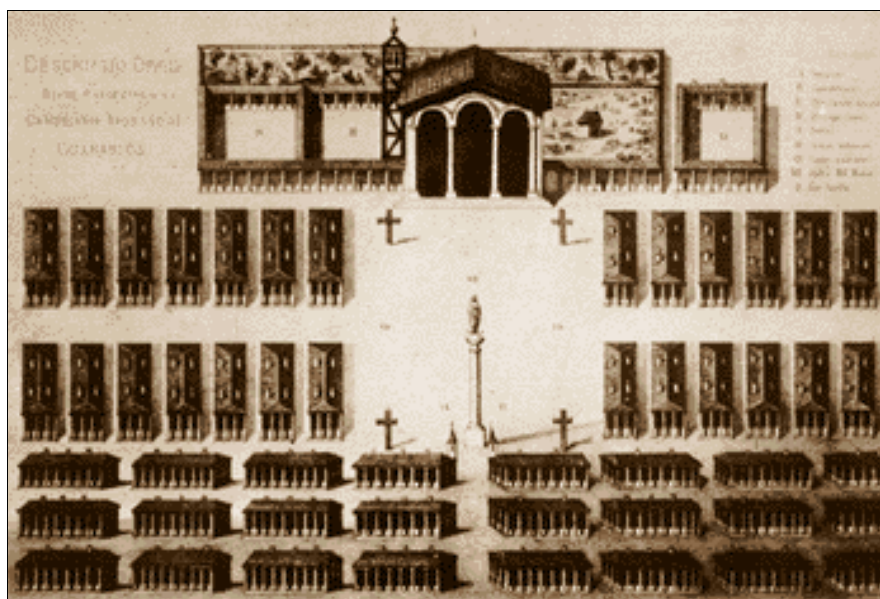
Para alcançar os objetivos pretendidos pelos missionários, as Missões deveriam ser localizadas em áreas que fossem realmente interessantes à colonização. O interesse em estabelecer aldeamentos seria mais nas áreas de atividade agrária, visto que nas outras áreas da pecuária o contingente de mão-de-obra era reduzido. No sertão, era necessário fazer o "despovoamento" de índios, para que se pudesse efetivar um "povoamento" colonial."

Nos Aldeamentos Jesuíticos, os índios eram educados para viverem como cristãos. Nesse processo, os jesuítas se valiam de aspectos da cultura nativa, especialmente a língua, para se fazerem compreender e se aproximarem dos mesmos, transformando-os em fiéis servos de Deus.

A partir da cultura material recolhida em Missões Jesuíticas, é possível observar como se deu o contato entre os indígenas e os colonizadores jesuítas, sendo que, em muitos casos é possível notar (a partir de obras de arte, de artefatos de cerâmica e de outros meios) a resistência dos indígenas ao que lhes estava sendo imposto.

Nesse sentido, a cultura material desses sítios representa um rico processo de sincretismo cultural, estabelecidos entre índios e brancos, no qual, mais do que a violência da colonização, é possível verificar apropriações simbólicas que as culturas indígenas fizeram da cultural colonial, reformulando-a, adaptando-a, refazendo-a, influenciando-a e reinventando-a.

A seguir segue-se uma imagem de planta construída a partir dessas reminiscências estruturais.



Fonte: www.multirio.rj.gov.br.

Figura 6.4.11-46 - Planta típica de um Aldeamento Jesuítico.

6.4.11.5.4.3 - Estruturas de Queima: Fornos, Fornalhas e Fogões

Em fins do século XV teve início o processo de colonização do Brasil pelos portugueses. Já no primeiro quartel do século XVIII ocorreu um processo de ocupação desencadeado pela atividade de mineração, integrando o movimento de expansão das fronteiras coloniais, que acabou por definir a maior parte do atual território nacional (Guimarães, 1996).

O processo que se caracterizou por um rápido desenvolvimento e uma grande produção de riquezas teve, entretanto, curta duração, pouco mais de duas décadas, a partir das quais a crise se instalou, e a atividade nuclear tornou-se cada vez mais residual.

No século XIX, houve um processo de reorganização interna, como o estabelecimento de novas formas de ocupação do solo a partir da predominância de fazendas voltadas para as atividades agropastoris auto-sustentadas e que destinavam parte de sua produção para o mercado.

Através dos sítios que já foram encontrados na região, foi possível estabelecer uma tipologia, tendo como referência as atividades nele desenvolvidas.

Os sítios do tipo fazenda foram caracterizados a partir de vestígios de atividades agro-pastoris. Neles foram encontrados vestígios de habitações, currais, paióis, chiqueiros, fogões, fornos, fornalhas, monjolos, engenhos etc.

Nos sítios de mineração predominam vestígios ligados à atividade mineradora, como açudes, canais, catas, aterros, arrimos e mundéus.

Os sítios mistos apresentavam vestígios tanto de atividades agropastoris como de mineração. E os classificados na categoria diversos foram aqueles que não apresentaram vestígios suficientes para definir sua função ou, então, apresentaram caráter excepcional no conjunto de sítios, como é o caso da Olaria do Xambá, no qual se destaca um conjunto de oito fornos para a queima de cerâmica.

Na área abrangida pelo estudo, uma das grandes influências no tocante à transformação de alimentos veio das diferentes culturas indígenas que ocupavam a região, quando teve início o processo de exploração colonial da mesma.

Um dos elementos da cozinha indígena é o jirau - armação horizontal de madeira para secar ou assar alimentos - que foi assimilado pelas habitações coloniais marcando sua história. O jirau é um elemento transformador de fogões e fornalhas domésticos, tanto por estar associado a seu uso quanto por inserir-se na estrutura construída.

A incorporação do jirau à cozinha brasileira permitiu o uso como base para a construção do fogão (como o próprio nome já indica): “O fogão subiu, saiu do chão, virou mesa”.

A posição da cozinha também é significativa: na casa do “branco” sua localização é externa, de acordo com o hábito indígena e o clima tropical. No seio da população mais pobre, o fogão é instalado dentro da casa, e ali funciona como o foco da reunião familiar.

No Brasil Colonial, o clima exerceu enorme influência no processo de exteriorização das estruturas de queima e, conseqüentemente, da cozinha: “O meio impôs determinadas adaptações entre as culturas e a assimilação de hábitos que influenciaram a localização da cozinha, separando-a do resto da construção para que a mesma não aquecesse a casa” (Bastide, 1959).

Assimilando o hábito indígena o português passou “a cozinhar no quintal... a comer na varanda fresca... colocou os fogões fora das habitações... quando elas existiam”.

A associação com o elemento servil também contribuiu para o afastamento da cozinha da zona de habitação. Nos primeiros séculos, as zonas de serviço domiciliar localizavam-se em ranchos abertos, em alpendres e latadas derivadas.

No universo dos escravos mestiços forros, a cozinha também guardava influências indígenas, embora absorvendo e transformando hábitos. O contato com o colonizador levou-os à adoção de determinados métodos, que transformaram a cozinha em lugar de trabalho.

A partir do momento em que as habitações vão se constituindo, as cozinhas começam a personalizar-se em volta da trempe, do fogão de tucuvura, do fogão de chão, do fogão de jirau, do fogão de taipa e do fogão de poial. As estruturas de queima vão recebendo maior investimento nas suas técnicas construtivas e neste processo, destaca-se o fogão.

O fogão mais rústico, vinculado à herança indígena, é o *fogão de tucuvura*, constituído por três pequenos cupins dispostos triangularmente. A lenha era colocada entre eles.

O *fogão de trempe* foi o sucessor, sendo utilizado pelos bandeirantes na fase da mineração, em seus acampamentos, como também por tropeiros, em suas andanças pelo interior. Constituíam-se em uma armação de três varas de ferro ou de paus verdes, firmadas em triângulos, unidas e fixadas no alto, por uma correia, de onde pendia uma corrente de ferro com gancho.

O *fogão de chão*, utilizado nas habitações, era constituído por dois ou quatro tijolos colocados de “espelho”, apoiados sobre os dados mais compridos e estreitos, assentados paralelamente e separados no espaço de colocação de lenha. Sobre os tijolos eram colocados duas ou três barras de ferro, para apoio de recipientes.

O *fogão de jirau* era formado, como o nome indica, por um jirau de quatro forquilhas, onde eram amarrados cipós formando uma esteira, a qual era adicionada uma massa de barro, misturado a estrume e açúcar, moldando-se a câmara de combustão. A mistura de rapadura e estrume torna o barro refratário mais resistente às rachaduras, devido ao calor do fogo. Eram inseridas barras de ferro, que constituíam a trempe. Quanto mais aperfeiçoada, apresentava pequena chaminé feita de folha de flandres ou tubo de manilha que, saindo do fundo do mesmo, atravessava diagonalmente a parede de pau-a-pique da cozinha e puxava a fumaça para fora.

O *fogão de taipa* era feito de barro e preparado de forma semelhante ao do fogão de jirau, porém com maiores quantidades de estrume e rapadura, que o tornava um refratário. Apresentava formato retangular e era confeccionado com taquara ou cipó, em forma de um grande cesto colocado de forma invertida sobre um chão mais alto, a cerca de 0,10m do piso da habitação. Sobre essa massa aplicavam-se rodela grossas de madeira, ligeiramente afuniladas para formarem as trempes do fogão. A boca situada lateralmente e no fundo, era formada por uma meia lua e apresentava uma chaminé. Geralmente construída com tijolos recobertos do mesmo barro.

O *fogão poial* ou de *rabicho* é um tipo de fogão maciço, construído com taipa ou tijolos, estes últimos utilizados a partir do século XIX, até os dias de hoje. Por vezes traz o forno acoplado a sua estrutura e apresenta parte de seu corpo mais baixa servindo de apoio para a lenha que está sendo queimada, daí a origem do seu nome. Possui também uma trempe, constituída por uma chapa de ferro fundido com aberturas circulares que podem variar em número, de três a cinco, começando com a de maior diâmetro e terminando com a de menor. Apresenta chaminé localizada ao fundo, com válvula de controle da saída de fumaça.

O *fogão para “afogado”* inspirava-se nos pequenos fogões de engenho de apurar rapadura, as fornalhas, e eram constituídos de madeira rústica. Eram levantados diretamente sobre o chão, com tijolos unidos por barro amassado com estrume e açúcar de rapadura. Tinham formato circular e uma abertura lateral para a colocação da lenha. Sua utilização era temporária, principalmente em ocasião de festas.

Os *fornos de barro* eram encontrados em áreas rurais ou em casas urbanas antigas. Eram construídos sobre bases quadradas de tijolos, revestidas por argamassas e preenchidas com terra ou cascalho compactado. Sobre as bases, eram assentadas armações em forma de cúpula arredondada que recebiam três camadas de massa feita de terra, açúcar mascavo, ou rapadura bem moída e estrume esfarelado. Na parte superior ou na parte traseira da cúpula havia um orifício, geralmente redondo, chamado suspiro, que era tampado por um batoque de madeira ou pedra em forma de cone. O suspiro tinha a função de regular a saída de fumaça resultante da queima da lenha. Na parte frontal da cúpula havia uma boca, como formato retangular e algumas vezes arrematada por pedras, vergas e ombreiras, para dar suporte e acabamento.

Neste estudo foram localizados no total 87 estruturas de queima, sendo registrados 38 fornos, que podem ser enquadrados em duas grandes categorias segundo o tipo e o destino de sua produção: os fornos domésticos, utilizados para processar alimentos, e aqueles destinados a queimar calcáreo, produzindo cal, e a queimar utensílios de barro, telhas e tijolos; voltando sua produção para o próprio consumo ou para o abastecimento do comércio local e regional.

O segundo grupo é composto pelas fornalhas, que totalizam 28 exemplares. Destinavam-se a processar caldo de cana obtido nos engenhos e produzir a rapadura ou a aguardente. O terceiro grupo constituído pelos fogões apresentou 21 estruturas. Dividiam-se entre aqueles mais rústicos, construídos rápida e toscamente para o processamento de alimentos em acampamentos temporários de tropeiros, caçadores e pescadores; e aqueles mais elaborados, construídos dentro das habitações, constituindo o espaço das cozinhas e que, além de processar os alimentos, aqueciam as noites frias.

Em sítios arqueológicos como Barriguda, Carneiro II, Córrego Mieis II, Fazenda Serra Negra, Palmeirão I, Palmeirão II, Pasto da Sementeira, Pirucaia, Quebra jirau, Quebra Pau, entre outros, as estruturas de queima encontradas repetem técnicas e sistemas tradicionais.

Nos sítios Aranha II, Carneiro I, Córrego Valentina, Serrinha e Tapera Maria Ferreira, enquadrados na categoria Fazenda; Chiqueiro de Pedras II e Mata do Café, enquadrados na categoria Mistó; e no sítio Olaria do Xambá, classificado na categoria diversos, as estruturas de queima encontradas apresentavam estruturas técnicas e de sistemas construtivos.

No sítio Aranha II foi encontrada uma fôrnalha que, juntamente com a mesa e a roda de ralar mandioca, compunham uma fábrica de farinha, localizada no interior da habitação.

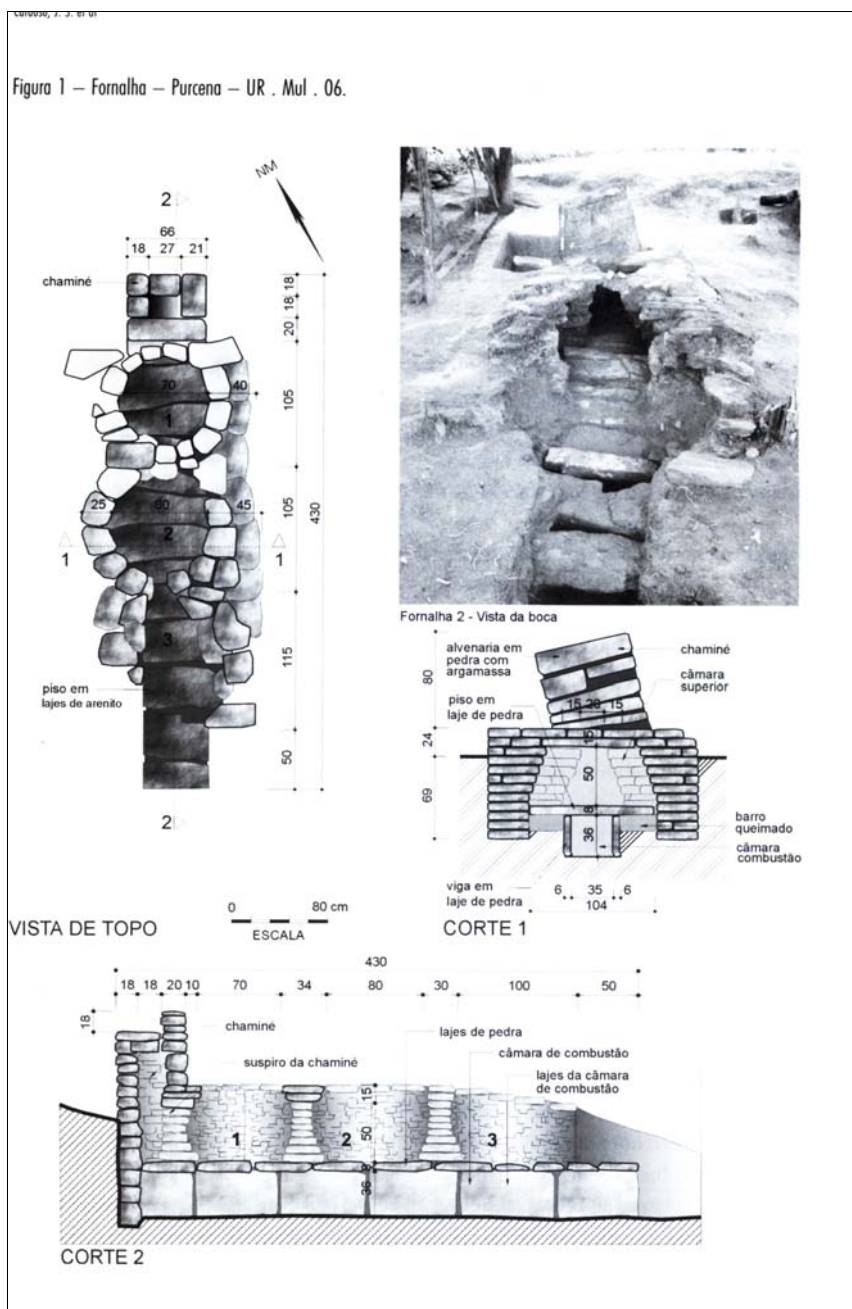
Assim como o sítio Aranha II, o sítio Córrego Valentina apresentava um conjunto para a produção de farinha, composto por um engenho, uma prensa de mandioca e duas fôrnalhas. As fôrnalhas, entretanto, encontravam-se isoladas no sítio e não possuíam compartimentos internos, apresentando apenas uma boca para a introdução de material combustível.

Outros exemplos que cumpre destacar foram encontrados nos sítios Serrinha, Mata do Café e Tapera da Maria Ferreira. No primeiro, além de dois fornos de queimar telhas e tijolos, foi encontrado um engenho composto por uma roda d'água e um conjunto de seis fôrnalhas. As fôrnalhas localizavam-se transversalmente à roda d'água, em posição estratégica para receber o caldo de cana-de-açúcar produzido no engenho. O conjunto apresentava formato externo retangular e as paredes eram construídas com tijolos, cujo formato trapezoidal era definido de acordo com sua localização na estrutura. As fôrnalhas apresentavam formatos diferentes: três delas tinham forma de ferradura para a colocação dos tachos, outras duas com prolongamentos laterais, como se fossem utilizadas para o escoamento de materiais combustíveis ou do material processado. Entre as estruturas havia ainda um terceiro tipo de fôrnalha, que apresentava a abertura da boca em verga de arco abatido e dois arcos internos que sustentavam a trempe composta por tijolos, configurando, assim, uma fôrnalha de alambique.

No sítio Mata do Café foram encontradas três fôrnalhas construídas em uma mesma plataforma, cujo alicerce era de blocos de pedra.

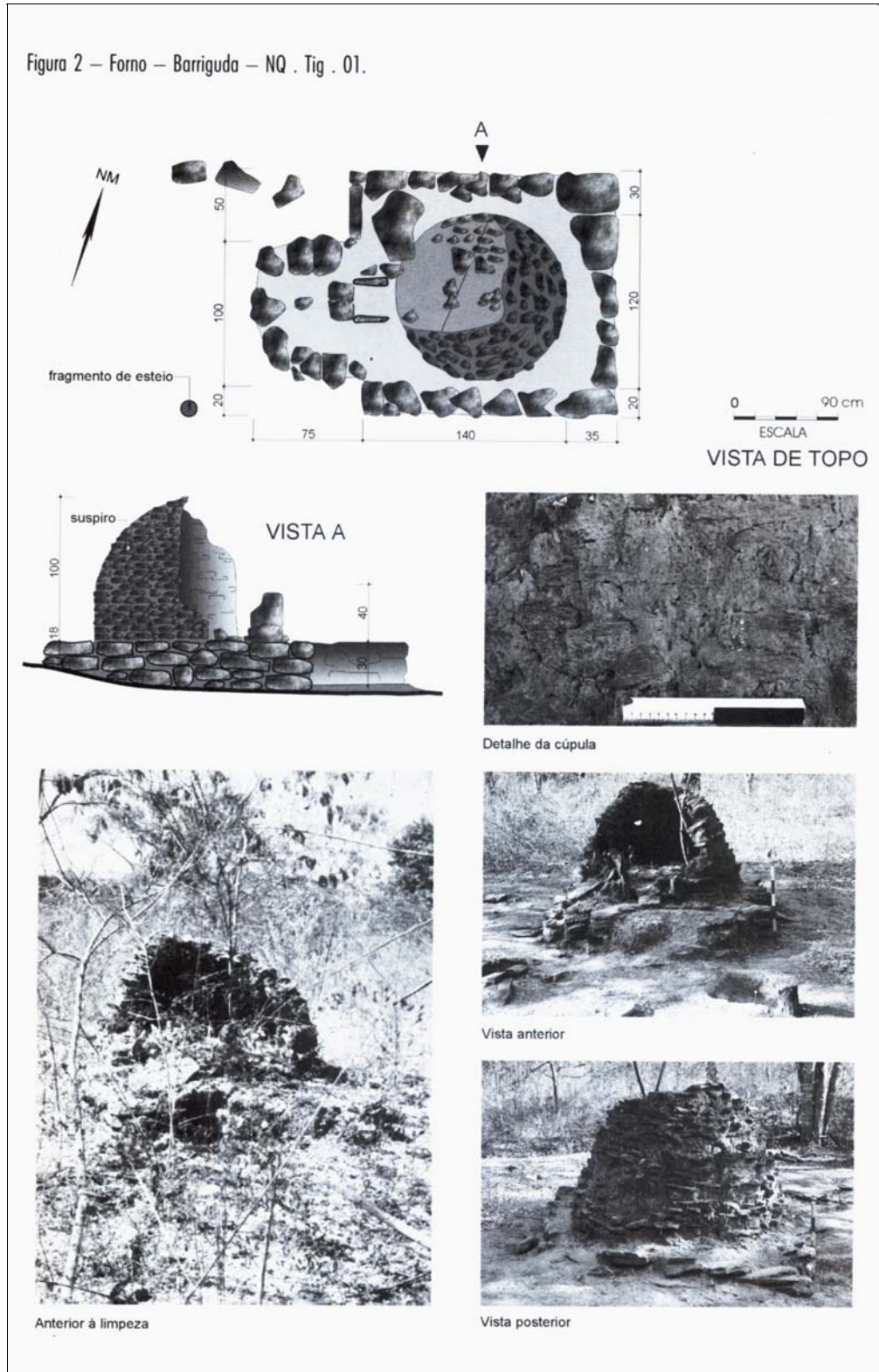
Diferente das fôrnalhas mencionadas até o momento, foi o conjunto encontrado no sítio Tapera da Maria Ferreira, que eram fôrnalhas que integravam um engenho de cana de açúcar do qual restaram os esteios de suporte, uma mesa do engenho e duas moendas. Estas moendas eram construídas utilizando barro, terra de cupinzeiro, adobe, telhas coloniais, pedras e madeiras. Sua peculiaridade estava no fato de apresentar uma única câmara de combustão, que fornecia calor para duas trempes de formato circular, e uma chaminé, por onde era controlada a saída de fumaça.

Os vestígios identificados evidenciam uma diversidade de técnicas construtivas, de materiais utilizados, de localização das estruturas, configurando as áreas de serviços e definindo uma ocupação diferenciada do espaço doméstico. A variação das técnicas construtivas e dos materiais utilizados se deu em função de duas variáveis: a disponibilidade dos materiais e as exigências colocadas pela transformação de produtos a ser realizada.



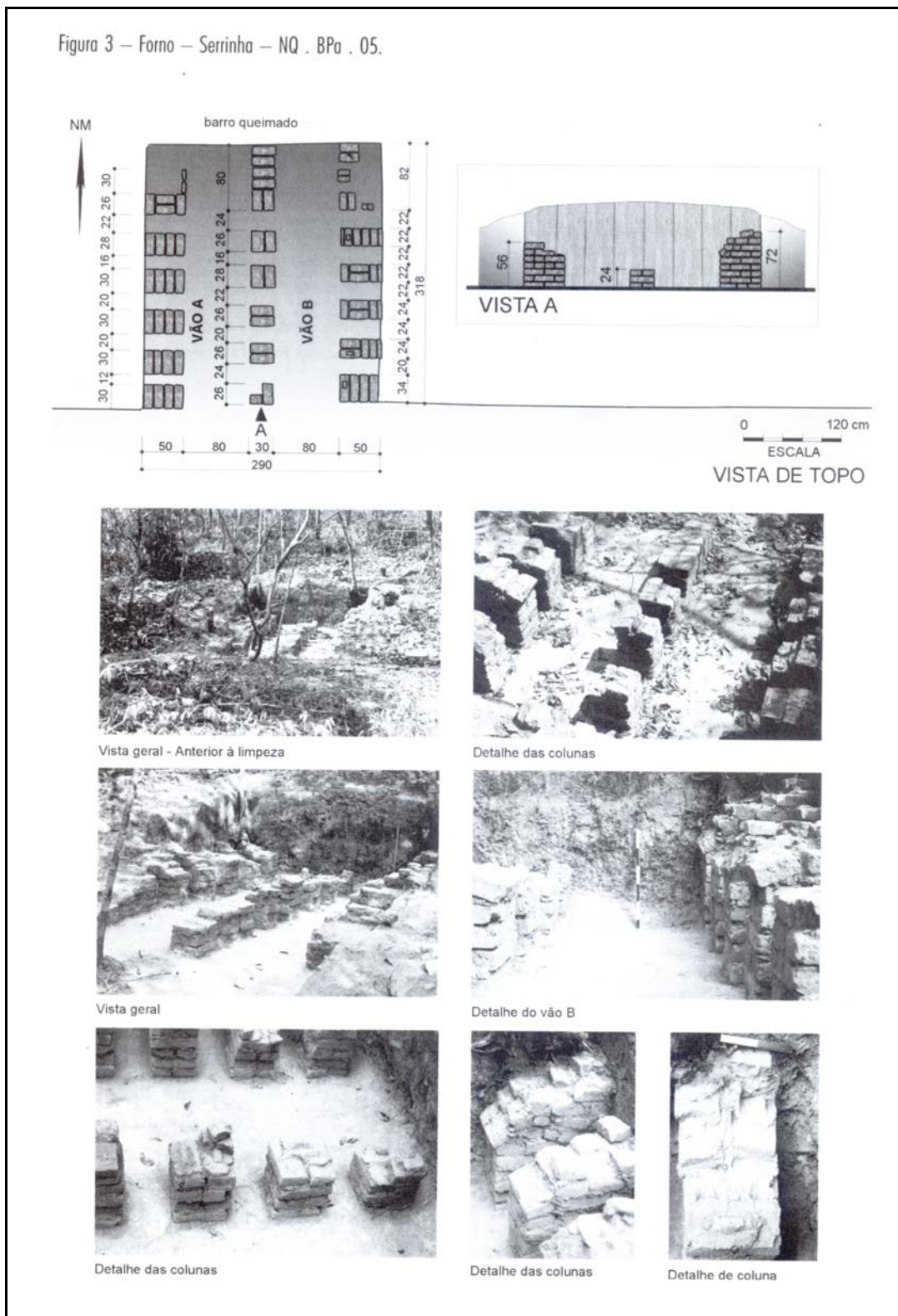
Fonte: Cardoso, 1997.

Figura 6.4.11-47 - Exemplos de estruturas de queima.



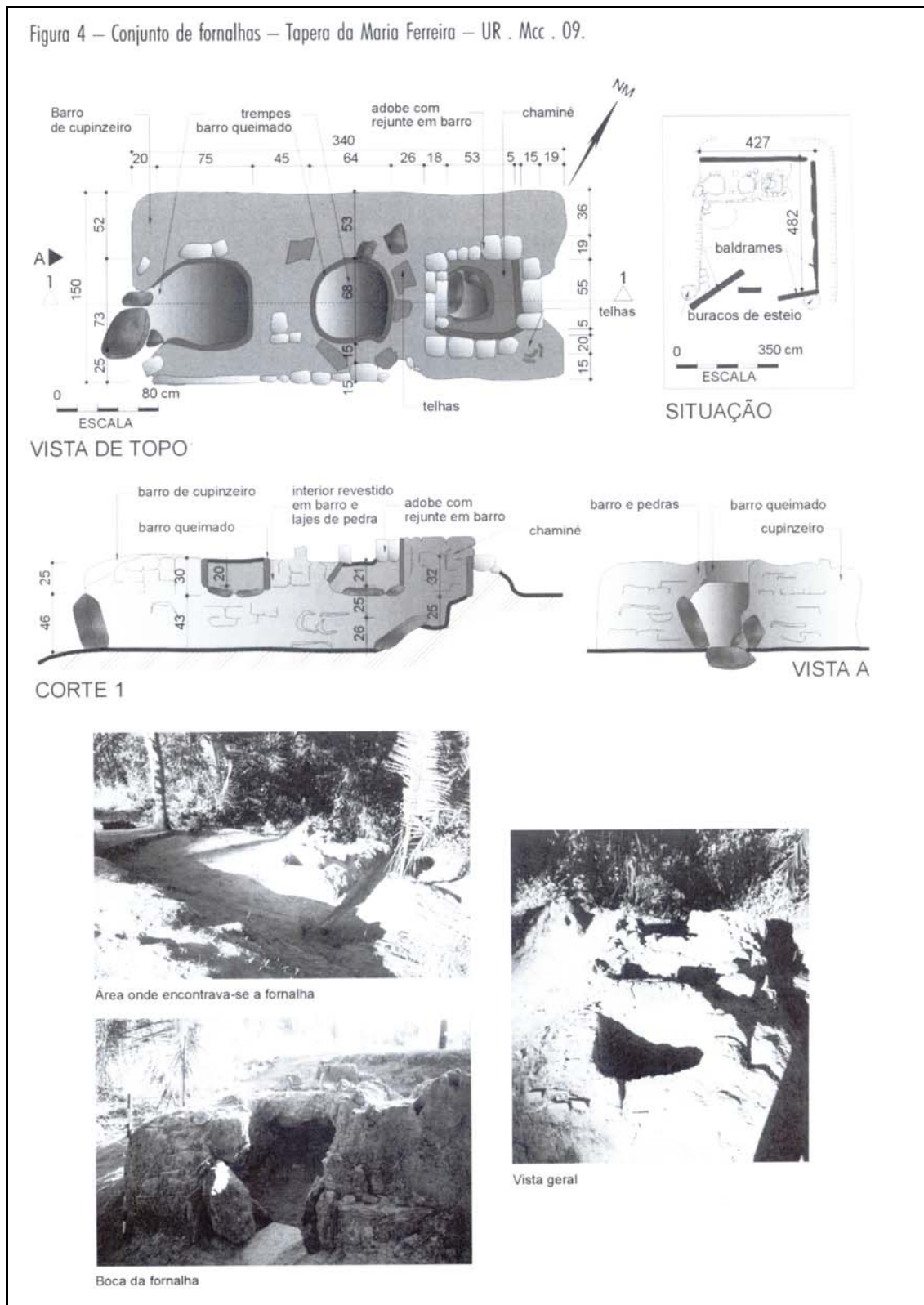
Fonte: Cardoso, 1997.

Figura 6.4.11-48 - Exemplos de estruturas de queima.



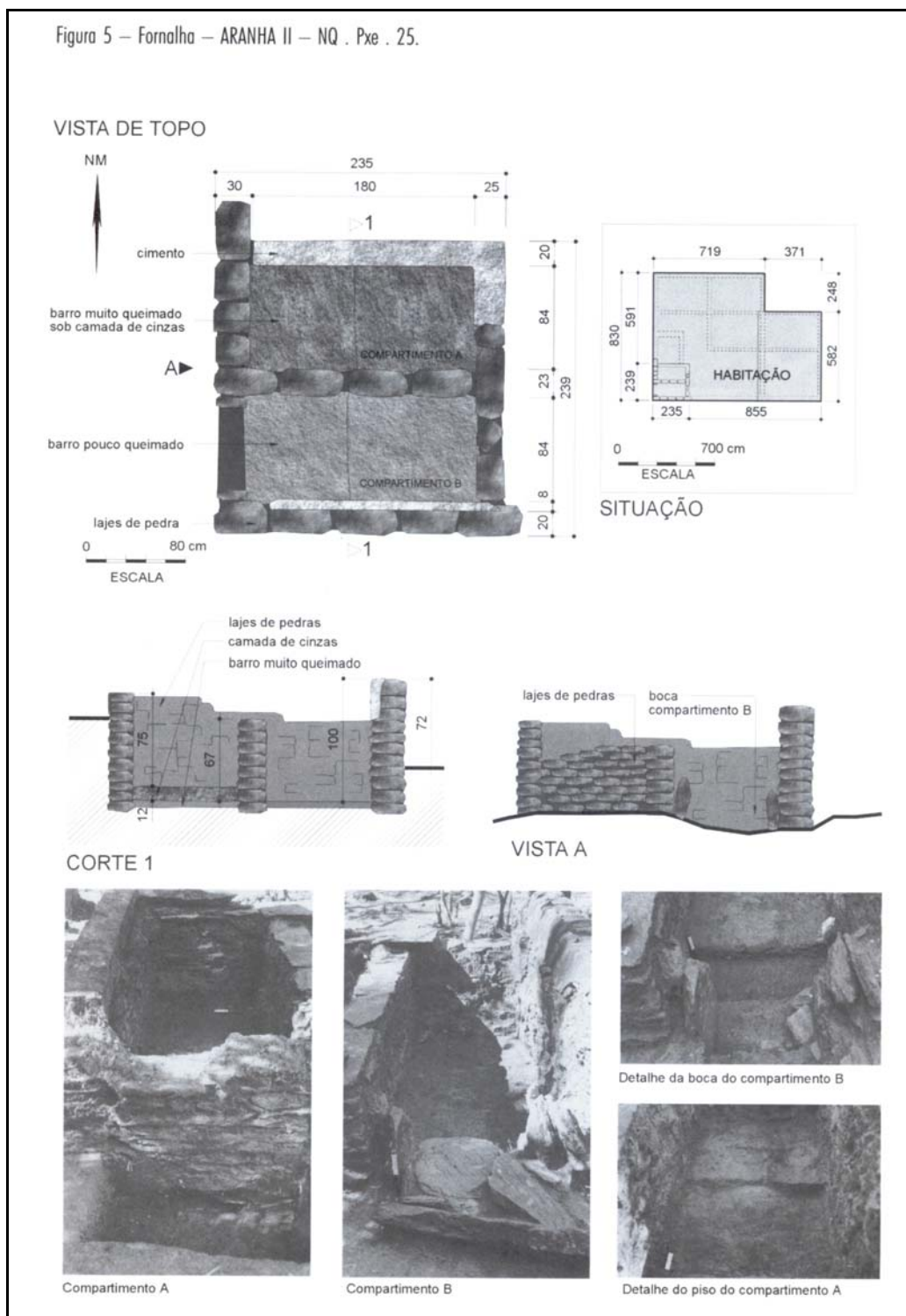
Fonte: Cardoso, 1997.

Figura 6.4.11-49 - Exemplos de estruturas de queima.



Fonte: Cardoso, 1997.

Figura 6.4.11-50 - Exemplos de estruturas de queima.



Fonte: Cardoso, 1997.

Figura 6.4.11-51 - Exemplos de estruturas de queima.

6.4.11.5.5 - Patrimônio Arqueológico Existente na All

6.4.11.5.5.1 - Estado do Pará

Uma importante pesquisa na arqueologia do Pará é a tese de doutorado de Denise Gomes. Essa pesquisadora estuda os sítios da área arqueológica PA-OR, conforme estabelecido por Simões & Araújo Costa (1978), no município de Oriximiná, próximo ao rio Trombetas. Na área da Flona de Saracá-Taquera Gomes, investigou sítios em pelo menos quatro ambientes: na margem do rio Trombetas; nas terras baixas próximas aos platôs Aviso, Almeidas, Bela Cruz, Teófilo e Greig; nos lagos Moura e Batata; e no topo do platô Greig.

Conforme Gomes (2005), existem registrados hoje na área PA-OR, 120 sítios distribuídos nos mais diversos ambientes, incluindo as margens dos rios, igarapés e lagos; nas áreas de terras baixas localizadas entre as margens dos rios principais e dos lagos e ao começo da área mais elevada que segue em direção aos platôs; nas áreas mais elevadas (platôs) e, principalmente, próximas as suas encostas (Guapindaia, 2001; 2004; Machado, 2001; Simões, 1983).

Portanto, observa-se que a julgar pelos vestígios arqueológicos a ocupação humana pré-histórica da área não esteve restrita apenas à margem dos grandes cursos d'água. De fato, dos 120 sítios, 47 estão localizados nas terras baixas, mostrando existir uma alta percentagem de sítios nas áreas de interflúvio.

De acordo com a mesma autora, pode-se considerar que a população pré-histórica da região de Saracá-Taquera concentrava-se sucessivamente: a) nas margens dos lagos; b) na região de interflúvio, compreendendo a área próxima as encostas dos platôs até a área de transição entre a margem do rio e os platôs; c) margens dos rios principais; e) no topo dos platôs.

Quadro 6.4.11-5 - Distribuição dos sítios na paisagem.

Ambiente	Compartimento de Relevo	Quantidade de Sítios	%
Ribeirinho	Margem de lago	38	48,72
Ribeirinho	Margem de rio	9	11,54
Interflúvio	Terras baixas	26	33,33
Interflúvio	Topo de platô	5	6,41
TOTAL		78	100,00

Fonte: Gomes (2005)

Existe uma concentração dos sítios em torno dos lagos, o que pode indicar que os habitantes pré-históricos do local poderiam ter entre as suas atividades a exploração de recursos aquáticos lacustres, pois o entorno dos lagos é um ambiente propício para a realização de manejos.

Outros sítios foram localizados na área de interflúvio - terras baixas e topo de platô - superiores à concentração nas áreas mais próximas ao rio Trombetas, portanto a ocorrência de sítios nas áreas de interflúvio é significativa. A curta distância entre a área ribeirinha e de interflúvio (entre 30 e 50 km), certamente possibilitou a relação entre os dois ambientes, que poderia acontecer através de uma rede de pequenos igarapés que nascem nos platôs e deságuam no rio ou nos lagos ou através de deslocamento a pé, o que parece mais provável. Os platôs poderiam compor as áreas de captação de recursos para as populações lacustres (GOMES, 2005).

Na área dos lagos são conhecidos os sítios de três lagos: o Batata e o Moura, localizados na margem direita do rio Trombetas; e o lago Sapucú localizado na margem esquerda do Nhamundá, pouco acima da sua foz. Na área do rio destacam-se os sítios Terra Preta III, Boa Vista, Oriximiná e Santa Tereza no rio Trombetas; Jarauacá I, II e Araçá no rio Erepecurú.

A presença de sítios no topo dos platôs ocorre com menor frequência, sendo conhecidos dois sítios no platô Saracá (BEC e Celeste) com características muito distintas do Greig II. Os primeiros apresentam pequenas manchas de terra preta, enquanto que no Greig II, o solo não é de terra preta, é amarelada e o material arqueológico, essencialmente cerâmica, está na superfície.

Gomes (2005) constata que os menores assentamentos ficam nas terras baixas e os maiores nos lagos, confirmando o padrão de assentamentos maiores localizados na área ribeirinha e os menores no interflúvio.

Os sítios possuem características diferentes: enquanto os das terras baixas são pequenas manchas de solo no máximo escuro, geralmente isoladas, com pouca espessura e pouco material, os da área ribeirinha são extensas terras pretas contínuas, espessas e com densidade de material representativa.

Os sítios nos topos dos platôs são raros, mas as dimensões observadas mostram que são maiores do que alguns sítios das terras baixas e da área ribeirinha. A maior quantidade e os maiores sítios ocorrem em torno dos lagos da região, sendo que é no lago Sapucú que estão os três maiores sítios. Isso pode sugerir que nesse lago devem estar os sítios que apresentam a cerâmica mais típica do estilo Konduri.

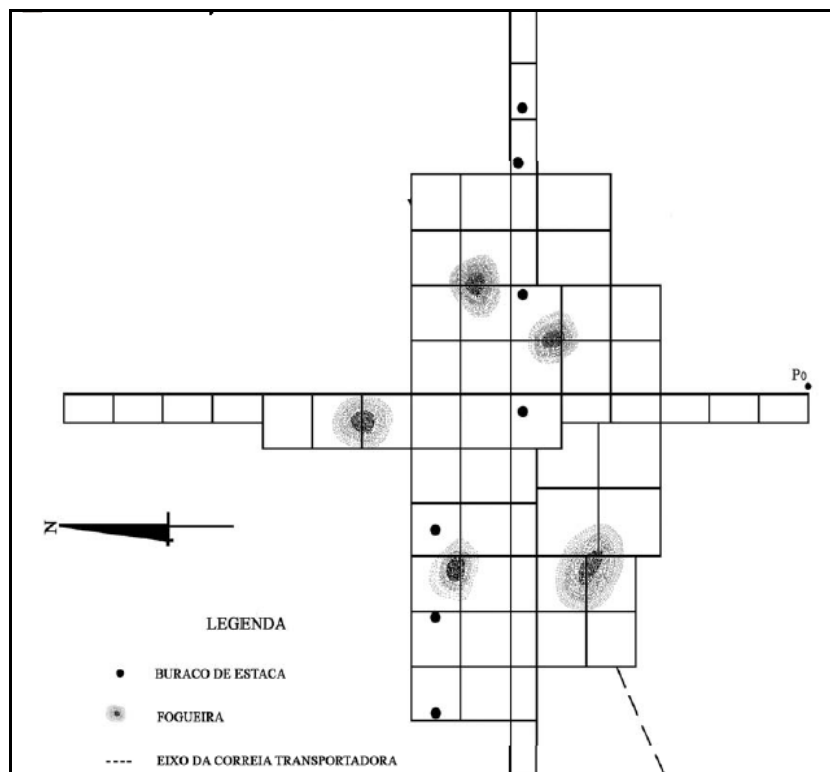
Nas Terras Baixas, Gomes (2005) investigou próximo às encostas dos platôs sete sítios: PA-OR-116: COTRA Aviso I, PA-OR-117: COTRA Aviso II, PA-OR-118: COTRA Aviso III; PA-OR-119: COTRA Almeidas, PA-OR-102: Bela Cruz I, PA-OR-120: Bela Cruz II, PA-OR-121: Teófilo I, e PA-OR-124: Greig I ainda está sendo investigado (Guapindaia, 2001; 2003).

Os sítios nas terras baixas estão localizados nas partes mais altas e planas de pequenas elevações com altitude entre 135 e 140 m e entre 100 a 300 m de distância de pequenos igarapés. São sítios lito-cerâmicos, caracterizados por uma ou mais manchas de solo escuro, ocupando áreas elípticas medindo aproximadamente entre 1.000 e 120.000 m². A profundidade da camada arqueológica atingiu até 80 cm de profundidade em alguns sítios (Gomes, 2005).



Fonte: Gomes (2005)

Figura 6.4.11-52 - Escavação do Sítio Aviso I. (1) Concentração de fragmentos cerâmicos topo da Camada II. (2) Perfil da parede Leste do Canto NE.



Fonte: Gomes (2005).

Figura 6.4.11-53 - Croqui da escavação do Sítio Aviso I.

As datações radiocarbônicas obtidas no sítio Aviso I são as seguintes:

Quadro 6.4.11-6 - Datações radiocarbônicas - Sítio Aviso I.

DATAÇÕES RADIOCARBÔNICAS				
Camada	Nível	Idade Convencional	Idade Calibrada (2 σ)	Nº catálogo laboratório
II	20-30 cm	550±40 A.P.	1310 a 1370 a.C. e 1380 a 1430 a.C.	190284
II	20-30 cm	2210±50 A.P.	390 a 160 a.C.	190282
II	0-10 cm	2930±50 A.P.	1290 a 990 a.C.	190281
I	80 cm (base)	2020±60 A.P.	180 a 100 a.C.	190283

Fonte: Gomes, 2005.

No Transplatô que passa ao norte do platô Bela Cruz e ao sul do Aviso foram encontrados dois sítios, Bela Cruz I e II, localizados durante a observação do leito e perfil da estrada, onde foram achados fragmentos de cerâmica que ficaram expostos à superfície do terreno após a abertura do ramal.



Fonte: Gomes, 2005.

Figura 6.4.11-54 - À esquerda: área do sítio Bela Cruz I cortada pelo ramal Transplatô. À direita: fragmentos de cerâmica encontrados no leito do ramal.

Os sítios Bela Cruz I e Bela Cruz II, por estarem distantes entre si cerca de 1,5 km, foram registrados como dois sítios, entretanto existem semelhanças marcantes no material cerâmico, na cor do solo, no perfil estratigráfico, na densidade e distribuição do material que indicam, na verdade serem duas áreas do mesmo sítio, localizadas cada uma de um lado de um igarapé. Esses sítios, juntamente com o Teófilo I, apresentam características similares, como: baixa densidade de material, profundidade da camada de ocupação, inexistência de terra preta, que sugerem uso temporário desse espaço.

Gomes (2005) conclui que a dispersão do material em uma área ampla e dentro desta a concentração dos fragmentos em áreas menores, associado ao fato de estarem na mesma camada arqueológica, sugere que o local foi ocupado, provavelmente, por pequenos grupos familiares. Ou ainda, o mesmo local poderia ter sido frequentado várias vezes em um curto espaço de tempo e em cada uma dessas permanências o assentamento era instalado em local diferente, porém dentro da mesma área.

Esses assentamentos temporários estão relacionados com os da área ribeirinha, como se pode concluir através das características do material cerâmico. A proximidade e a existência de uma rede de pequenos igarapés que nascem nos platôs e deságuam no rio Trombetas e seus lagos, também garantem acesso de uma região para a outra.

Em relação aos sítios ribeirinhos, destaca-se o sítio PA-OR-63: Boa Vista, localizado à margem direita do rio Trombetas, na localidade de Boa Vista, aproximadamente 1 km a montante da vila de Porto Trombetas (sede da MRN). Situa-se no topo de uma ponta de terra firme, com cerca de 85 m de altura em relação ao nível do rio Trombetas (em setembro), limitando-se ao norte pelo mesmo rio, ao sul e sudeste pelo igarapé Água Fria e a noroeste por um pequeno lago temporário conhecido como Laguinho.

É composto por duas áreas ou manchas de terra preta arqueológica, mais ou menos distintas, e que foram denominadas de “Boa Vista” e “Água Fria”. Uma está voltada para o Laguinho e o rio Trombetas e a outra está voltada para o igarapé Água Fria. No total, incluindo as duas manchas e os espaços entre elas, o sítio mede aproximadamente 135.000 m² de área.



Fonte: Gomes, 2005.

Figura 6.4.11-55 - Mancha de solo escuro na escavação XII contendo material lítico e cerâmico relacionado a ocupação Poço- Sítio Boa Vista.



Fonte: Gomes, 2005.

Figura 6.4.11-56 - Fragmentos cerâmicos e lâminas de machado evidenciados pela movimentação de terra para a construção das casas, em Boa Vista.

As datas obtidas para o sítio Boa Vista estão de acordo com as apresentadas por Hilbert & Hilbert (1980), exceto por duas amostras (232413 e 232417), que são muito antigas se comparadas as outras e por isso não foram consideradas. As três primeiras datas correspondem à parte superior da estratigrafia e apresentam-se compatíveis com o estilo Konduri datando de 1020 a 1450 A.D. A partir de 60cm de profundidade as datas tornam-se mais antigas. Nas camadas mais profundas, ou seja, a partir dos 60 cm, há uma sequência quase contínua que vai de 360 BC a 380 A.D., que são datas compatíveis para o Estilo Poço (Gomes, 2005).

DATAÇÃO RADIOCARBÔNICA				
Nº de catálogo no laboratório	Profundidade (cm)	Idade não-calibrada (A.P)	Idade calibrada	Idade convencional
190280	26	630 ± 100	730 a 500 AP	1220 a 1450 a.C
190277	28	850 ± 80	930 a 660	1020 a 1290 a.C
190278	41	610 ± 40	660 a 540	1290 a 1420 a.C
190279	41	610 ± 40	660 a 540	1290 a 1420 a.C
231419	58	1700 ± 40	1720 a 1540	230 a 410 a.C
232420	70	2000 ± 50	2100 a 2090 2060 a 1860	150 a 140 d.C 110 d.C a 90 a.C
232421	80	1870 ± 40	1890 a 1710	60 a 240 a.C
232413	90	4180 ± 70	4860 a 4520	2910 a 2570 d.C
231422	102	1990 ± 70	2120 a 1810	170 d.C a 140 a.C
232414	111	1900 ± 60	1980 a 1710	30 d.C a 240 a.C
232415	114	1910 ± 70	2000 a 1700	50 d.C a 250 a.C
231416	123	1770 ± 40	1810 a 1570	140 a 380 a.C
232417	130	7230 ± 50	8170 a 7960	6220 a 6010 a.C
232423	136	2120 ± 60	2310 a 1940	360 d.C a 10 a.C
232418	138	1850 ± 70	1940 a 1610 2060 a 1860	10 a 340 a.C 110 d.C a 90 a.C
232424	142	2100 ± 40	2290 a 2280 2150 a 1980	340 a 330 a.C 200 a 30 d.C

Nº BETA	PROFUND.	DATAÇÃO Radiocarbônica Não Calibrada	DATAÇÃO Radiocarbônica Calibrada	DATAÇÃO Calibrada em AD ou BC
190280	26cm	630+/-100 BP	730 a 500 BP	1220 a 1450 A.D.
190277	28cm	850+/-80 BP	930 a 660 BP	1020 a 1290 A.D.
190278	41cm	610+/-40 BP	660 a 540 BP	1290 a 1420 A.D.
190279	41cm	610+/-40 BP	660 a 540 BP	1290 a 1420 A.D.
231419	58cm	1700+/-40 BP	1720 a 1540 BP	230 a 410 AD
232420	70cm	2000+/-50 BP	2100 a 2090 BP 2060 a 1860 BP	150 a 140 BC 110 BC a 90 AD
232421	80cm	1870+/-40 BP	1890 a 1710 BP	60 a 240 AD
232413	90cm	4180+/-70 BP	4860 a 4520 BP	2910 a 2570 BC
231422	102cm	1990+/-70 BP	2120 a 1810 BP	170 BC a 140 AD
232414	111cm	1900+/-60 BP	1980 a 1710 BP	30 BC a 240 AD
232415	114cm	1910+/-70	2000 a 1700 BP	50 BC a 250 AD
231416	123cm	1770+/-40 BP	1810 a 1570 BP	140 a 380 AD
232417	130cm	7230+/-50 BP	8170 a 7960 BP	6220 a 6010 BC
232423	136cm	2120+/-60 BP	2310 a 1940 BP	360 BC a 10 AD
232418	138cm	1850+/-70 BP	1940 a 1610 BP	10 a 340 AD
			2060 a 1860 BP	110 BC a 90 AD
232424	142cm	2100+/-40 BP	2290 a 2280 BP 2150 a 1980 BP	340 a 330 AD 200 a 30 BC

Datas obtidas para o sítio Boa Vista. Fonte: Gomes, 2005.

Quanto ao patrimônio arqueológico de Prainha, as peças encontradas estão localizadas na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões, área localizada junto ao Museu Paraense Emílio Goeldi, e já foram pesquisadas pela arqueóloga Lígia Karina de Carvalho Costa. Outros trabalhos de destaque no município foram os levantamentos de campo para a identificação de arte rupestre pela arqueóloga Edithe da Silva Pereira. Algumas das figuras rupestres identificadas encontram-se na Serra da Carreta.



Fonte: www.overmundo.com.br.

Figura 6.4.11-57 - Arte rupestre encontrada na Serra da Carreta em Prainha.

Já na cidade de Monte Alegre, nas proximidades da pedra existe um grande painel, com magníficos exemplares de arte rupestre do período pré-histórico; Serra do Ererê, repleta de paredões e cavernas cobertas de inscrições rupestres e pinturas, datadas de mais de 12 mil anos; Serra do Paituna, possui cavernas que permitem visões subterrâneas com a presença de painéis e pinturas rupestres. No topo da serra, a pedra do Palão, uma grande formação rochosa esculpida pelo vento; Parque Estadual de Monte Alegre, que abrange uma extensa área compostas por serras onde estão localizadas inúmeras pinturas e grafismos rupestres.

No município de Oriximiná ainda encontramos o sítio arqueológico Mussurá, possivelmente o primeiro sítio de arte rupestre registrado submerso no mundo. O sítio situado na Ilha do Encantado é ornamentado com várias gravuras rupestres em baixo relevo que destacam a figura humana como tema principal. O sítio é um pedral, dividido em vários blocos, com aproximadamente 30 metros de comprimento por 20 metros de largura.

Situado na Reserva Biológica de Trombetas, o sítio conta ainda com diversos polidores e afiadores, - incisões compridas e profundas - produzidos nas rochas pelos primeiros habitantes da região pelo uso contínuo da rocha para polir e afiar seus instrumentos.

O achado foi possível pela parceria entre o Museu Paraense Emílio Goeldi, na figura da arqueóloga Edithe Pereira e Gilson Rambelli, diretor do Centro de Estudos de Arqueologia Subaquática e Náutica da Unicamp.

Mazagão africana, situada no Marrocos, foi transplantada para a selva amazônica, no atual Estado do Amapá. Parte da sua história era conhecida, entretanto seus vestígios não haviam sido encontrados. Havia apenas dois pequenos vestígios de parede que não eram associados a nenhuma unidade funcional.

A determinação do governador do Estado do Amapá, Valdez Góes, associado ao interesse da então presidente do IPHAN, arquiteta Maria Elisa Costa, e do superintendente regional do IPHAN-2ª SR, arquiteto Cristóvão Duarte, motivaram o Laboratório de Arqueologia da UFPE a realizar uma prospecção na área com o objetivo de se identificar possíveis vestígios remanescentes desta vila do período pombalino na Amazônia.

Juntaram-se a este grupo inicial a arquiteta Eloane Cantuária, o arquiteto Alcir Matos, o também arquiteto e chefe da Casa Civil Alberto Góes, o prefeito de Mazagão Odair da Fonseca, todos de fundamental importância para o sucesso do projeto.

A pesquisa foi coroada de sucesso e foram encontrados vestígios que comprovam a existência da Vila de Mazagão Velho. Foram localizados os restos da primitiva igreja e identificados vestígios de outras unidades funcionais que serão objeto de futuras intervenções no local.



Fonte: www.magmarqueologia.pro.br

Figura 6.4.11-58 - Escavações na área.



Fonte: www.magmarqueologia.pro.br

Figura 6.4.11-59 - Escavações na área.



Fonte: www.magmarqueologia.pro.br

Figura 6.4.11-60 - Escavações na área.

O Projeto de Pesquisa Arqueológica da Fortaleza de São José de Macapá teve origem a partir de uma exigência do IPHAN para a liberação da área do entorno do monumento que seria tratada por um projeto de paisagismo.

Decorrente desta exigência, o Governo do Estado do Amapá, através de sua Secretária de Infraestrutura, SEINF, solicitou ao Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco a elaboração de um projeto de pesquisa. Este projeto privilegiaria apenas a área externa da

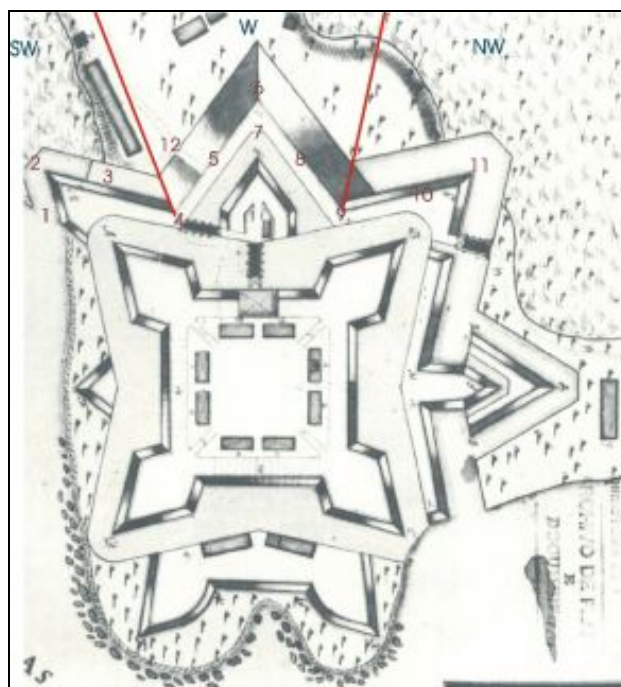
Fortaleza, que foi administrativamente subdividida em três segmentos: Área Oeste, em frente à fortaleza; área noroeste, a sua direita; e área sudoeste, a sua esquerda.

Após a elaboração do projeto de pesquisa, o mesmo foi apresentado e aprovado pelo IPHAN, com autorização de execução publicada no Diário Oficial da União. A pesquisa arqueológica foi realizada em duas campanhas de campo.

As descobertas efetuadas pela pesquisa arqueológica deram uma nova dimensão a Fortaleza de São José de Macapá. Estruturas que não se conheciam vieram à tona. Algumas outras que se conheciam na iconografia e que se acreditava que não tinham sido construídas, hoje incorporam as estruturas externas da Fortaleza.

A pesquisa arqueológica foi financiada pelo Governo do Estado do Amapá com a supervisão técnica da 2ª Superintendência Regional do IPHAN.

Os resultados obtidos pela pesquisa ratificam as recomendações contidas nas Cartas Patrimoniais Internacionais, das quais o Brasil é signatário, de acordo com as quais nenhuma restauração ou intervenção em um monumento seja realizada, sem que haja uma pesquisa arqueológica prévia.



Fonte: www.magmarqueologia.pro.br.

Figura 6.4.11-61 - Escavações Arqueológicas da Fortaleza de São José de Macapá.



Fonte: www.magmarqueologia.pro.br.

Figura 6.4.11-62 - Escavações Arqueológicas da Fortaleza de São José de Macapá.

Uma referência para a pesquisa arqueológica regional, é “O Complexo Tupi da Amazônia Oriental” uma dissertação de mestrado produzida no MAE e defendida por Almeida, trabalho voltado diretamente da área de impacto da LT, utilizado neste estudo.

Já na cidade de Pacajá foi possível encontrar algumas ocorrências arqueológicas como o Abrigo do Rodrigo, que possui grafismos rupestres, pesquisado em 2206, pela arqueóloga Edithe Pereira. Durante o Levantamento Arqueológico do Novo Repartimento da UHE Tucuruí, localizado entre os municípios de Tucuruí e Pacajá, foram encontrados cinco sítios listados abaixo⁷:

⁷ Fonte: <http://www.oikos.com.br/adobados/RimaPA61/10>.

- **Sítios com impacto negativo, mas que ainda podem ser estudados:**
 - ⇒ PA-PO-12: Arataú - Coordenadas UTM: 068707 / 9417561;
 - ⇒ PA-PO-13: Bom Jardim - Coordenadas UTM: 0504044 / 9595576;
 - ⇒ PA-PO-14: São José - Coordenadas UTM: 0468020 / 9624555.
- **Sítios com impacto negativo, com poucas evidências para estudo:**
 - ⇒ PA-BA-81: Paraíso - Coordenadas UTM: 0619251 / 9509107;
 - ⇒ PA-PO-15: Cearense - Coordenadas UTM: 0285913/9617616.

Síntese por municípios dos sítios arqueológicos nos Estados do Pará e Amapá, atualizados a partir do Relatório de Caracterização da Área de Empreendimento (R3/2008):

- **Estado do Pará - Margem Direita do Rio Amazonas: 258 Sítios**
 - ▶ Breu Branco: 09
 - ▶ Tucuruí: 22
 - ▶ Pacajá: 11
 - ▶ Anapu: 22
 - ▶ Vitória do Xingu: 101
 - ▶ Altamira: 79
 - ▶ Senador José Porfírio: 03
 - ▶ Brasil Novo: 01
 - ▶ Porto de Moz: 09
 - ▶ Gurupá: 01
- **Estado do Pará - Margem Esquerda do Rio Amazonas: 191 Sítios**
 - ▶ Almeirim: 05⁸

⁸ Os municípios em negrito localizam-se na área de abrangência do empreendimento.

- ▶ Prainha: 12
- ▶ Monte Alegre: 19
- ▶ Alenquer: 05
- ▶ Óbidos: 01
- ▶ Oriximiná: 128
- ▶ Terra Santa: 08
- ▶ Faro: 13
- **Estado do Amapá - Margem Esquerda do Rio Amazonas: 86 Sítios**
 - ▶ Ferreira Gomes: 04
 - ▶ Macapá: 23
 - ▶ Santana: 05
 - ▶ Mazagão: 48
 - ▶ Laranjal do Jari: 06
 - ▶ Vitória do Jari: 00

6.4.11.5.5.2 - Estado do Amapá

Os primeiros sítios arqueológicos do Amapá foram estudados por pesquisadores não especializados, mas os seus achados contribuíram para o conhecimento da história mais antiga do estado. Atribui-se a D. S. Ferreira Penna a localização oficial do primeiro sítio arqueológico no Amapá, em 1872, na região do Maracá (margem esquerda do rio de mesmo nome). O local do achado passou a ser conhecido como Central do Maracá. Ferreira Penna administrava o Museu Paraense na época, quando foi solicitado pelo governo da Província Abel Graça para efetuar estudos sobre Geografia, Estatística e História da Província.

Penna encontrou diversas urnas funerárias, algumas contendo esqueletos humanos; outras de formas tubulares em sua maioria; outras achatadas, apresentando um simples cilindro coberto

por uma tampa arredondada. Também foram encontradas urnas com a forma cilíndrica, representando figuras humanas sentadas num banco, com braços e pernas bem destacadas (urnas antropomórficas). Nestas urnas havia sempre a caracterização do sexo.

O mesmo pesquisador descobriu uma série de inscrições nas cabeceiras do Igarapé do Lago, afluente do Rio Maracá, num local denominado Buracão, chamado assim devido à presença de uma imensa gruta localizada ali perto.

Em 1896, o tenente-coronel Aureliano Pinto Guedes comandou uma expedição arqueológica também à região do Maracá. Nesta expedição, Pinto Guedes descobriu uma conta de vidro européia, pertencente ao século XVI. Esta peça constituiu uma das primeiras coleções do Museu Paraense Emílio Goeldi. Em 1988, o arqueólogo Klaus Hilbert, do Museu Emílio Goeldi, identificou a caverna descoberta anteriormente por Guedes, além de nove sítios arqueológicos que servirão de base para novos estudos sobre a Pré-História do Amapá.

Além dos sítios da região do Maracá, são importantes os achados de Cunani, uma vila pertencente ao município de Calçoene. Tanto para a pré-história como para a história, Cunani mereceu importância relevada. Na história do Amapá, a vila chegou mesmo a ser República Independente por duas vezes.

Uma expedição coordenada por Emilio Goeldi, nos Montes Curu, em Cunani, trouxe a descoberta de dois túmulos, que tinham a forma de um cano longo, em cuja ponta estavam depositados vasos funerários. Chapas de pedras serviam como laje de cobertura. De forma original, as urnas eram vasos divididos em zonas, umas salientes e outras reentrantes. Um dos vasos tinha a forma de uma terrina alongada, outra de um tabuleiro retangular. A decoração característica foi obtida por desenhos virgulares gregos, e linhas pintadas em vermelho sobre o fundo branco.

A modelagem aplicada era discretamente usada. A maioria dos vasos tinha o fundo perfurado, indicando que o seu uso era exclusivo para fins funerários. Esta cerâmica representa uma tradição posterior à primeira ocupação do Amapá. Atualmente este acervo arqueológico está exposto na Divisão de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Em novembro de 1985, foi descoberto um sítio arqueológico em Macapá, no bairro do Pacoval (final da Rua Piauí), por ocasião de escavações para construção de uma residência do então prefeito de Macapá, Jonas Pinheiro Borges. Ali os operários encontraram urnas funerárias indígenas. Uma equipe do museu Emilio Goeldi resgatou duas urnas que se encontravam expostas sob o risco de destruição. Após a delimitação do terreno com base na extensão da mancha de

“terra preta”, foi feita uma sondagem para se verificar a ocorrência do material arqueológico em profundidade.

Desse trabalho resultou um relatório, em que se pedia mais atenção para a pesquisa arqueológica no Amapá. Na ocasião, foi também elaborado um projeto para salvamento arquitetônico do Sítio do Pacoval. Referido projeto foi aprovado, tendo como fonte financiadora o CNPQ, e apoio do Governo do então Território do Amapá.

A pesquisa de campo teve início em 14 de janeiro, estendendo-se até três de fevereiro de 1986. Após o levantamento geofísico da área, seguiram-se os trabalhos de escavações e, paralelamente, foram feitas restaurações de algumas peças nos laboratórios do então Museu Costa Lima, sob a coordenação do Museu Emílio Goeldi. Parte do material arqueológico do Sítio do Pacoval encontra-se nas dependências do Museu Waldemiro Gomes e do Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva.

Foram localizados sítios arqueológicos também no Rio Preto, na cidade de Mazagão. O Rio Preto é um braço do Mutuacá, no qual há 20 km acima da foz está localizada a cidade de Mazagão. Durante levantamentos realizados para execução de um Relatório de Impacto Médio Ambiental (Rima) do trecho da BR-156 (Macapá-Laranjal do Jari), no trecho situado entre uma localidade às margens do Rio Preto e a cidade de Laranjal do Jari, foram localizados 10 sítios arqueológicos, sendo sete indígenas e três neo-brasileiros.

Os trabalhos de levantamento preliminar foram realizados pelos arqueólogos J. Chmyz e S. Sganzerla, do Instituto de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná.

Na região de Tracajatuba, município de Ferreira Gomes, inscrições gravadas num rochedo, em baixo-relevo estão chamando a atenção da comunidade científica do Pará e do Amapá. Figuras em formas de elipses, animais, cruzeiros e outras mais, foram encontradas e estão espalhadas num raio de 500 metros na superfície do rochedo. Estão dispostas em séries, e juntas formam um painel gigante ao ar livre.

Pela disposição em que elas se encontram, formando espécies de constelações, alguns estudiosos acreditam que ali era local de realização de rituais sagrados, mas as informações ainda não passam de suposições. Os pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi estão realizando estudos de mensuração e classificação dos achados. Essas inscrições foram gravadas em rochas de origem magmática, muito duras.

No município de Alçoene, no Amapá, os arqueólogos do IEPA (Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá), coordenados pela arqueóloga Mariana Petry Cabral,

identificaram um observatório astronômico pré-histórico. Trata-se de um conjunto de pedras dispostas em círculo, cuja estrutura pode estar ligada a eventos celestes, como o solstício de inverno (momento do ano em que um dos hemisférios da Terra está na sua posição mais distante do Sol). A estrutura está localizada no alto de uma colina.

A hipótese de Cabral é que o círculo tenha sido um misto de observatório e centro ritualístico. Verificou-se que uma das pedras realmente parece estar exatamente alinhada com o Sol no solstício de inverno. A presença de círculos de pedras maciças no Amapá é conhecida há tempos, com relatos do século XIX. Existem outros exemplos parecidos em outros estados do Brasil, e qualquer grupo caçador-coletor tem conhecimento astronômico e a observação da natureza.

6.4.11.6 - Recomendações

O estudo realizado para a elaboração desse Diagnóstico demonstrou de forma clara e precisa o massivo potencial arqueológico e histórico cultural da região investigada, bem como a imensa diversidade etnográfica presente nesse espaço sócio-geográfico.

Não se pode desprezar, de forma alguma, as amplas possibilidades que são apresentadas através do profundo exame realizado, no qual ficaram evidenciadas as grandes potencialidades da ocorrência de sítios arqueológicos na área de influência das Linhas de Transmissão, pois se trata de uma área que foi densamente habitada desde os primórdios da ocupação humana.

Também não se pode descartar a necessidade de promover ações de Educação Patrimonial que contribuam para a recuperação e manutenção do riquíssimo acervo cultural do qual são portadores os atuais habitantes da região.

Conforme determinado na Portaria nº 230/2002 do IPHAN, faz-se necessário, antes de qualquer ação construtiva ou de engenharia do empreendimento, elaborar e executar um Projeto de Prospecção Arqueológica, que levantará e detalhará as evidências apontadas nesse Diagnóstico nas áreas de impacto direto e indireto do empreendimento.

Ao finalizar o Projeto de Prospecção Arqueológica, ter-se-á uma visão mais nítida dos danos que poderão vir a ser causados pelas obras de engenharia. Por outro lado, o mesmo apontará as medidas mitigatórias a serem tomadas segundo a legislação de proteção ao patrimônio em vigor no país, ou seja, fornecerá as informações necessárias para se definir a necessidade de implantação e a metodologia a ser utilizada, para um Projeto de Salvamento Arqueológico, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial em todas as suas fases, na área abrangida pelo empreendimento.

ANEXOS

ANEXO 1 - PARTES INTERESSADAS NO EMPREENDIMENTO

Quadro 1 - Grupos de Interesses identificados na Área de Influência da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná

Município	Representação	Contatos	Telefones
Macapá	Conselho das comunidades Afro-descendentes do Amapá=CCADA	José Araujo da Paixão, liderança do quilombo Curiaú	(96) 8124-6508 (96)3212-7319
	Moradores do quilombo do Rosa	Josielson	(96) 8123-6111
	Presidente da associação de Moradores do Torrão do Matapi	Valdinei	(96) 9123-4716 (96)3223-2923
	Extrativistas	Sr. Pedro	(96) 9974-2024
	Comunidade do Curralinho	Joaquina - Quinoca (agente de saúde)	(96) 9125-8128
	Analista ambiental da Resex do Cajari (IBAMA)	Cristiane Góis	(96) 2101-9026
	IEPA	Reinaldo	(96) 8111-4585
Mazagão	PAE do Maracá	Francisco	(96) 9134-4572; (96) 3271-5002 orelhão da vila
Laranjal do Jari	Dono do aeródromo de laranjal		(93) 9141-4495; (96) 9115-3072
	Sec. De Meio Ambiente de Laranjal	Telma	(96) 9118-0995
Almeirim	Sindicato dos trabalhadores rurais de Almeirim	Antoniél (comunidade de Barreiras)	(93) 3603-3011
Prainha	Prefeitura Municipal	Prefeito: Joaquim Nunes Chefe de gabinete: Joaquim Nunes Vieira	Sem telefone
	Secretaria de Educação	Helena de Fatima Lopes Serqueira	(93) 3534-1158
Monte Alegre	Prefeitura Municipal	Prefeito: Jorge Luiz dos Santos Braga Chefe de Gabinete: Raimundo Saline e Matagala	(93) 3533-1005 (93) 3533-1010 (FAX)
	Secretaria de Planejamento e Obras	Pedro Álvares Mendes Barbosa	(93) 3533-1005 (93) 3533-1010 (FAX)
	Secretaria de Educação	Nalva Brasil	(93) 3533-1005 (93) 3533-1010 (FAX)
	Secretaria de Saúde	Gean Carlos Vasconcelos	(93) 3533-1005 (93) 3533-1010 (FAX)
	Câmara Municipal	Vereador Arinos de Brito	(93) 3533-3266
Alenquer	Prefeitura Municipal	Prefeito: Leóstones Farias do Vale Chefe de Gabinete: Ana Carina	(93) 3526-1119
	Secretaria de Planejamento e Obras	Carlos Alberto Farias	(93) 3526-1305
	Secretaria de Meio Ambiente	Raimundo Fernandes Mai	(93) 3526-1496
Óbidos	Prefeitura Municipal	Prefeito: Jaime Barbosa da Silva Secretário de administração Gerevaldo Gomes de Araújo	(93) 3547-2021
	Secretaria de Planejamento e Obras	Álvaro dos Santos Freitas	(93) 3547-1190
	Secretaria de Meio Ambiente	Manoela Patrícia Mendonça Florenzano	(93) 3547-2133
	Secretaria de Saúde	Anaelda de Andrade Tavares	(93) 3547-1593

Município	Representação	Contatos	Telefones
Oriximiná	Prefeitura Municipal	Prefeito: Argeniro José Vanderlei Picâncio Diniz Chefe de Gabinete: Ana do Socorro	(93) 3544 - 3830
	Secretaria de Planejamento e Obras	Susio Rômulo	(93) 3544-1404
	Secretaria de Meio Ambiente	Maria de Fatima Guerreiro Prestes	(93) 3544-2072
	Secretaria de Educação	Prof. Isa Fernandes Sarube	(93) 3544-1224
	Secretaria de Saúde	Maria José Picâncio Abucater	(93) 3544-1396
	Associação das Comunidades Remanescente de Quilombo de Oriximiná - A.R.Q.M.O.	Coordenadores: Hugo Melo e Antonio Carlos Printes	(93) 35442617

Fonte: Pesquisa de campo, 2008

**ANEXO 2 - RELAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EXISTENTES NA ÁREA DE
ABRANGÊNCIA DA LT 230 KV JURUPARI - LARANJAL - MACAPÁ E LT 500 KV
JURUPARI - ORIXIMINÁ**

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	UF	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Estrada 1	Macapá	AP	Sítio acampamento cerâmico indígena
Estrada 2	Macapá	AP	Sítio acampamento cerâmico indígena
AP-MA 20: Cajueiro	Macapá	AP	O sítio arqueológico está localizado no meio da LT entre as T-66/2 a T-66/3. Material Cerâmico
AP-MA 27: Santo Antonio da Pedreira	Macapá	AP	Sítio localizado dentro da comunidade de Santo Antônio da Pedreira é cortado pela Estrada AP-070. Próximo do sítio existe um campo de futebol e, algumas casas. Cemitério cerâmico.
AP-MA 2: Macapá	Macapá	AP	Sítio situado sob a Praça barão do Rio Branco, na cidade de Macapá. Cemitério cerâmico
Aterro do São Francisco 1	Macapá	AP	Sítio -acampamento, cerâmico, indígena
Aterro do São Francisco 2	Macapá	AP	Sítio-habitação, cerâmico, neobrasileiro. Ocupa flanco de suave elevação, 20 m norte de uma larga faixa de várzea que acompanha o rio Piririm.
Baixada do Galeão	Macapá	AP	Sítio cerâmico a céu aberto com estrutura de combustão e urna funerária.
Bom Jardim	Macapá	AP	Camada de terra preta enterrada com fragmentos cerâmicos, sendo retirados pela ação do rio e depositados na praia e/ou adjacências.
Campus da UNIFAP	Macapá	AP	Cerâmica a céu aberto
Campus Universitário	Macapá	AP	Sítio cerâmico, de dimensões indeterminadas, situado entre os blocos de salas de aulas E e F. Ocorrência de fragmentos de cerâmica e de urnas funerárias na área do sítio.
Escola Bosque do Bailique	Macapá	AP	Camada de terra preta enterrada, que aparece no perfil dos barrancos e libera fragmentos de cerâmica e outros materiais históricos que se depositaram na praia, em função da forte erosão pluvial a que estão sujeitos.
Encruzo	Macapá	AP	Praia com fragmentos cerâmicos rolados da terra preta, camada enterrada a 1 m pelo dinamismo do Rio Amazonas. A maré alta fica 80 cm acima deste nível e a baixa a 3 m.
Fortaleza de São José de Macapá	Macapá	AP	Fortaleza de forma quadrangular, de dimensões não determinadas, com 4 baluartes, situada na parte central da cidade, junto à margem do rio Amazonas,
Garimpo São Tomé	Macapá	AP	Sítio cerâmico a céu aberto, com ampla área e baixa densidade superficial. Estende-se pelas duas margens da estrada, por cerca de 240m x 80m.
Pacoval	Macapá	AP	Sítio habitação e cemitério onde se observou uma mancha de terra preta medindo 250 x 140m de extensão e 30 cm de profundidade,
Santa Luzia do Pacuí	Macapá	AP	Cerâmico a céu aberto de grande porte, sob uma comunidade onde mais de 20 urnas já foram resgatadas pelos moradores e outras dezenas nas ruas e no campo de futebol. Foram observadas diferentes formas e profundidades. A maioria contendo ossos humanos.
São Miguel	Macapá	AP	Sítio-habitação, cerâmico, indígena, situado no topo de suave elevação às margens do Rio Pacuí.
São Tomé 2	Macapá	AP	Sítio habitação, cerâmico indígena
Soa Tomé do Pacuí	Macapá	AP	Sítio cerâmico a céu aberto com lâminas de machado polido e urnas nos quintais, cemitério e leito das ruas, em expressiva quantidade.
São Tomé do Pacuí 2	Macapá	AP	Sítio cerâmico a céu aberto com lâminas de machado polido e urnas nos quintais, cemitério e leito das ruas, em expressiva quantidade.
Santa Rita	Macapá	AP	Sítio cerâmico sobre topo e encosta suave, em parte ocupado por construções de casas e ruas asfaltadas, em parte destruído por retirada de aterro. Entre ambos uma área ainda pesquisável.
Tracajuba	Macapá	AP	sítio habitação, cerâmico, Neobrasileiro
Vila do Coração	Santana	AP	Sítio localizado na adjacência da Vila do Coração, município de Santana, cortado pelo ramal do Porto do Céu. A linha de Transmissão da ELETRONORTE passa no meio do sítio. Existem muitos fragmentos cerâmicos espalhados na superfície.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	UF	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
AP-MA 23: Ilha do Piauí	Santana	AP	O sítio arqueológico está localizado no meio da Linha de Transmissão da T- 105/2 a T-105/3. Material Cerâmico
AP-MA 24: Ilha do Piauí 2	Santana	AP	O sítio arqueológico está localizado próximo do sítio AP-MA-14:Ilha do Piauí no meio da Linha de Transmissão da T-01/2 a T-03/1 (Linha de Transmissão Antiga). Material Cerâmico
Ruínas do Forte de Cumaú	Santana	AP	local da implantação do forte com vestígios de construções fortificadas, já bastante alteradas pela ocupação atual. Próximo à casa, foram observados fragmentos cerâmicos. Acesso por terra e pelo rio (por rampa e atracadouro).
Vila Vistosa da Madre de Deus	Santana	AP	Ruínas de igreja no alto da colina e de residências de vila da segunda metade do século XXVIII. Situada em meio à mata, apresenta alta densidade de vestígios superficiais de faiança em área de 4 Km ²
Alexandre	Mazagão	AP	Sítio cerâmico, situado situado à margem do igarapé, sobre uma pequena elevação do terreno ("ilha"). Poucos fragmentos de cerâmica dispersos na superfície. Local habitado por uma família.
AP-MZ 10: Campo da Rainha	Mazagão	AP	Sítio localizado sobre uma colina nas proximidades dos campos da Rainha, entre o igarapé da Rainha e o igarapé do Barreiro, na margem do rio Vinanova.
AP-MZ 11: Piçaca	Mazagão	AP	Sítio localizado na margem nordeste do rio Piçacá, 15km rio acima a partir de sua foz no rio Vilanova. Material cerâmico.
AP-MZ 12: Lauro	Mazagão	AP	Sítio localizado a 2km rio abaixo do sítio AP-MZ-11, na margem oposta no rio Piçaca. Material lítico polido
AP-MZ 13: Cemitério Piçaca	Mazagão	AP	Sítio localizado a cerca de 25m ao norte do sítio AP-MZ-11, em uma área plana a beira do barranco do rio Piçacá. Material lítico e cerâmico.
AP-MZ 14: Valentim	Mazagão	AP	Sítio localizado em uma colina distante 2km da margem nordeste do rio Piçaca e a 4km acima de sua confluência com o rio Vilanova. Material cerâmico.
AP-MZ 15: Cafezal	Mazagão	AP	Sítio localizado no lado nordeste do rio Vilanova, cerca de 5km acima da foz do rio Piçacá. Material cerâmico.
AP-MZ 16: Ilha das Igaçabas	Mazagão	AP	Sítio localizado numa elevação, distando aproximadamente 10km a nordeste da fazenda Santa Maria, a qual está localizada 8km acima da boca do igarapé do Lago do rio Vilanova. Material cerâmico e lítico
AP-MZ 1: Ilha do Cunhaí	Mazagão	AP	Sítio localizado num rochedo na orla sudoeste da ilha no igarapé Cunhaí a 20km ao norte de sua desembocadura pela margem esquerda do igarapé do Lago, no rio Maracá. Cemitério Cerâmico
AP-MZ 2: Ilha da Fortaleza	Mazagão	AP	Sítio localizado no topo de uma colina em uma ilha a margem direita do igarapé do lago, no rio Maracá. Cemitério cerâmico.
AP-MZ 3: Ilha da Terra Preta	Mazagão	AP	Sítio localizado à margem direita do igarapé Rio Branco, o qual corre do sul para o igarapé do Lago Maracá. Sítio cerâmico.
AP-MZ 45: Caverna do Inajazal	Mazagão	AP	Cemitério cerâmico
AP-MZ 46: Caverna dos Desesperados	Mazagão	AP	Sítio está cerca de 15 minutos da caverna do Inajazal, existem no seu interior duas urnas zoomorfas fragmentadas e vários fragmentos cerâmicos espalhados por todo o interior da caverna.
AP-MZ 4: Iguarapé do Urubu	Mazagão	AP	Sítio localizado no igarapé do Urubu, o qual corre para sudeste desaguando na mesma boca do rio Maracá. Material Cerâmico.
AP-MZ 5: Flechal	Mazagão	AP	Sítio localizado nas cabeceiras do igarapé Flechal, afluente do igarapé Ajudante, tributário do rio Mazagão. Material cerâmico
AP-MZ 6: Ilha da Canoa	Mazagão	AP	Sítio localizado numa "ilha" ou capão de mata, a 2km a sudeste do povoado de Santa Bárbara, à margem esquerda do igarapé do lago. Material cerâmico.
AP-MZ 7: Ilha das Pombas	Mazagão	AP	Sítio localizado no igarapé do Lago, afluente da margem esquerda do rio Vilanova a 1km de distância do sítio Ilha da Canoa. Material cerâmico.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	UF	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
AP-MZ 8: Ilha das Mutucas	Mazagão	AP	Sítio localizado numa "ilha" ou capão de mata, próximo ao sítio Ilha das Pombas, na margem esquerda do igarapé do Lago no rio Vilanova. Material cerâmico.
AP-MZ 9: Tabuleiro do Gentil	Mazagão	AP	Sítio localizado numa pequena elevação à margem direita do igarapé do Lago, dor rio Vilanova, no lado oposto ao povoado de Santa Bárbara. Cemitério cerâmico.
Barro Alto	Mazagão	AP	Sítio cerâmico, situado na baixa vertente da colina, com razoável quantidade de fragmentos dispersos na superfície. Terreno ocupado com plantação de mandioca.
Complexo Buracão do Laranjal	Mazagão	AP	Amoladores fixos em lajes rochosas do leito do Rio, encobertos parte do ano (durante o inverno - janeiro a setembro)
Fazenda Santo Antônio	Mazagão	AP	Sítio cerâmico, com pouco material, situado em uma pequena elevação do terreno, à margem do igarapé.
Gruta Buracão do Laranjal	Mazagão	AP	Sítio pré-cerâmico, em uma gruta, com ocorrências de artefatos líticos lascados e pinturas rupestres nas paredes rochosas.
Guerra	Mazagão	AP	Cerâmica a céu aberto, provavelmente histórica ou de contato com baixa densidade.
Ilha da Castanheira	Mazagão	AP	Sítio cerâmico, situado numa pequena elevação do terreno (ilha), à margem do igarapé. Raros fragmentos de cerâmica na superfície. Moram no local duas famílias.
Ilha do Cunhahy	Mazagão	AP	Ocorrência de uma peça lítica (lâmina-de-machado) e de dois fragmentos de cerâmica, numa trilha entre 15 e 45 m de distância da margem da ilha, na sua parte leste.
Mari 2	Mazagão	AP	Sítio cerâmico às margens do Rio Maracá, área terra preta - muito agricultada - baixa densidade de material.
Mazagão Velho Marroquina	Mazagão	AP	Ruínas de vila de imigrantes do Marrocos situada em meio à mata. Foi identificada, limpa e escavada.
Roça do Tiago	Mazagão	AP	Sítio de terra preta, na roça, contendo cerâmicas e líticos polidos, às margens do igarapé, área inclinada, junto a casas e outras estruturas de fazenda.
São Benedito	Mazagão	AP	Sítio cerâmico, situado numa ligeira elevação do terreno ("ilha"), à margem do igarapé. Razoável quantidade de fragmentos cerâmicos dispersos na superfície. O local é habitado por uma família.
Sítio da Escola	Mazagão	AP	Sítio cerâmico, situado numa pequena elevação do terreno, à margem do igarapé. Ocorrência de raros fragmentos de cerâmica na superfície.
Sítio da Mandioca	Mazagão	AP	Sítio cerâmico, situado na baixa vertente de uma extensa colina ("ilha"), que se estende perpendicularmente à margem do rio. Na superfície do sítio muitos fragmentos de cerâmica. Terreno utilizado para cultivo de mandioca.
Sítio do Periquito	Mazagão	AP	Gruta em rocha arenítica. No seu interior, diversas urnas funerárias fragmentadas, com ossos humanos. Localizada a cerca de 1,6 Km da margem do igarapé. Pelo seu interior corre um riacho, que a torna extremamente úmida.
Lapa do Pocinho	Mazagão	AP	Gruta em rocha laterítica, apresentando no seu interior, urnas funerárias fragmentadas e pequenas vasilhas de cerâmica
Abrigo das Caretas	Mazagão	AP	Sítio fechado em ambiente de gruta com urnas cerâmicas antropomórfas contendo ossos. Gruta de laterita, localizada a cerca de 1170m noroeste da casa do SR. Pedro Ferreira na margem direita do Igarapé do Lago e a 180m a sudoeste da gruta Pocinho.
Banal do Pocinho	Mazagão	AP	Sítio aberto de terra preta apresentando fragmentos de cerâmica e objetos líticos na superfície, localizada a 542 metros de distância da margem direita do Igarapé do Lago.
Buraco dos Cabanos	Mazagão	AP	Grandes depressões na Vila, atribuídas pela história oral à estudos relacionados aos ata dos cabanos na região, assim como pedras retiradas das lajes do rio, transporte e amontoamento próximo a estes buracos.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	UF	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Gruta da Caba	Mazagão	AP	Sítio-cemitério em gruta de laterita contendo urnas e vasilhas antropomorfas cerâmica, localizado a cerca de 20 m a noroeste da Gruta do Cururu.
Gruta das Caretas	Mazagão	AP	Sítio fechado em ambiente de gruta com urnas antropomorfas cerâmicas contendo ossos. Gruta de laterita localizada a cerca de 1100m a noroeste da casa do sr. Pedro Ferreira na margem direita do Igarapé do Lago e a 800m a nordeste da Gruta do Pocinho.
Gruta das Fomigas	Mazagão	AP	Sítio-cemitério em gruta de laterita contendo urnas antropomorfase zoomorfas de cerâmica, localizado a cerca de 20m a oeste da gruta do Cururu.
Gruta do Baiuna	Mazagão	AP	Sítio-cemitério em gruta de laterita contendo fragmentos de urnas de cerâmica, localizado a cerca de 40m a sudoeste da gruta do Cururu.
Gruta do Carrapato	Mazagão	AP	Sítio-cemitério em gruta de laterita contendo urnas antropomorfase de cerâmica com ossos, localizado a cerca de 2,5 Km a oeste da gruta do Jaboti e a 1,5 Km da gruta do Cururu.
Gruta do Cururu	Mazagão	AP	Sítio-cemitério em gruta de laterita contendo urnas antropomorfas de cerâmica com ossos, localizado a 4 Km a leste da Gruta das Caretas
Gruta do Jaboti	Mazagão	AP	Sítio-cemitério em gruta de laterita contendo urnas antropomorfas de cerâmica com ossos, localizado e a 500m a sudoeste da Gruta das Caretas.
Gruta do Veado	Mazagão	AP	Sítio-cemitério em gruta de laterita contendo urnas antropomorfas de cerâmica com ossos, localizado a 500 ao sul da Gruta do Carrapato.
Lapa das Caretas	Mazagão	AP	Sítio-cemitério em gruta de laterita contendo uma urna zoomorfa, localizado a cerca de 1050m a noroeste da casa do Sr. Pedro Ferreira na margem direita do igarapé do Lago e a 300m a noroeste da Gruta do Pocinho.
Terra Preta da Conceição	Mazagão	AP	Sítio-aberto de terra-preta. Material cerâmico.
Jaburu do Rio Parú	Almeirim	PA	Cerâmico a céu aberto - TPA
Boa Vista	Prainha	PA	Sítio com registros rupestres. Abrigo sob rocha.
Estrela	Prainha	PA	Sítio com registros rupestres. Abrigo sob rocha.
Jatuarana	Prainha	PA	Abrigo com numerosas gravuras pintadas e com sedimento arqueológico apresentando cerâmica em profundidade
Jutuarana	Prainha	PA	Sítio com registros rupestres. Paredão. Abriga com numerosas gravuras pintadas e com sedimento arqueológico apresentando cerâmica em profundidade.
PA-AL-1: Km 100	Prainha	PA	Localizado no lote 12 da gleba 31, no km 100 da rodovia transamazônica. Ocupa o topo de uma elevação coberta de mata. Material cerâmico
PA-AL-2: Km 78	Prainha	PA	
PA-AL-3: Km 88	Prainha	PA	Localizado no lote 7 da gleba 27 no flanco esquerdo da rodovia Transamazônica, na altura do Km 88. Material lítico e cerâmico
PA-AL-4: Km 81	Prainha	PA	Localizado no lote 4 da gleba 26, junto a confluência de dois pequenos igarapé, cerca de 500m do flanco direito da rodovia Transamazônica no sentido Altamira-Itaituba. Material lítico e cerâmico
Pedra do Noé	Prainha	PA	Sítio com registros rupestres. Paredão.
Pedra do Padre	Prainha	PA	Abrigo com poucas gravuras rupestres.
Ponta do Cipó	Prainha	PA	Sítio com registros rupestres. Abrigo sob rocha e paredão
Serra da Careta	Prainha	PA	Um grande bloco rochoso situado no topo da Serra da Careta, apresenta um pequeno abrigo onde estão diversas gravuras rupestres. Várias destas gravuras estão também pintadas com as cores vermelha e amarela.
Abrigo da Coruja	Monte Alegre	PA	Sítio com registros rupestres. Gruta.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	UF	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Abrigo do Irapuá	Monte Alegre	PA	Abrigo com numerosas pinturas distribuídas pelo teto e paredes do abrigo.
Cachoeira do Muira	Monte Alegre	PA	Sítio com gravuras rupestres localizado na margem do rio. As gravuras encontram-se no paredão ao lado do rio e em blocos rochosos dispersos pela margem.
Caverna do Diabo	Monte Alegre	PA	Sítio com registros rupestres. Gruta
Gruta do Diabo	Monte Alegre	PA	Sítio com registros rupestres. Gruta.
Gruta 15 de Março	Monte Alegre	PA	Gruta com pinturas rupestres localizadas no teto e parede.
Gruta da Faixa Fria I	Monte Alegre	PA	Gruta com pinturas rupestres localizadas no teto e parede
Gruta da Faixa Fria II	Monte Alegre	PA	Gruta com pinturas rupestres localizadas no teto e parede
Gruta do Pilão	Monte Alegre	PA	Sítio com registros rupestres. Gruta.
Gruta do Itatupaoca	Monte Alegre	PA	Sítio com registros rupestres. Gruta
Igarapé da Areia	Monte Alegre	PA	Sítio aberto com pinturas rupestres localizadas na reentrância de um grande bloco rochoso.
Painel da Baixa Fria	Monte Alegre	PA	Grande bloco rochoso que apresenta em uma de suas paredes um painel com pinturas rupestres parcialmente destruído pela queda do suporte
Painel do Pilão	Monte Alegre	PA	Paredão a céu aberto com numerosas pinturas elaboradas nas cores vermelha e amarela.
Pedra do Mirante	Monte Alegre	PA	Sítio com registros rupestres. Imenso bloco rochoso
Pedra do Navio	Monte Alegre	PA	Não Consta Informação
Pedra do Navio	Monte Alegre	PA	Sítio com pinturas rupestres localizado em alforamento ruiforme situado ao lado da estrada do Paituna.
Pedra do Pilão	Monte Alegre	PA	Sítio com registros rupestres. Paredão.
Santana	Monte Alegre	PA	Não Consta Informação
Serra da Lua	Monte Alegre	PA	Sítio com registros rupestres. Paredão.
Serra do Sol	Monte Alegre	PA	Sítio a céu aberto com pinturas localizadas nas paredes da encosta da Serra do Sol.
Casas de Pedra	Alenquer	PA	Sítio com registros rupestres. Abrigo sob rocha. Material cerâmico.
Cidade dos Deuses	Alenquer	PA	Sítio com registros rupestres. Formado por grandes paredões espalhados pelo terreno.
Tanques	Alenquer	PA	Sítio com registros rupestres. Abrigo sob rocha.
Tanques I	Alenquer	PA	Abrigo sob rocha com pinturas rupestres nas paredes e no teto do abrigo.
Tanques II	Alenquer	PA	Sítio com registros rupestres. Blocos de pedra e pequenos abrigos.
Serra da Escama	Óbidos	PA	Sítio apresenta três blocos rochosos com gravuras rupestres localizados a céu aberto; na área do sítio foi construída no início do século a Fortaleza Gurjão.
Abacaxi	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, de pequena extensão, situado à margem do lago, apresentando pouco material arqueológico.
Aeroporto	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, superficial, danificado por atividades agrícolas.
Ajará	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico de terra preta, de grande dimensão, erodido pelas chuvas. O material arqueológico se espalha pela praia.
Aldeia da Égua	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com vestígios arqueológicos cerâmicos, recoberta por capoeira, localizada em platô à margem do rio.
Amapá	Oriximiná	PA	Aterro de terra preta às margens do lago sapucaá. Material cerâmico e lítico.
América	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, com alta densidade de material, situado a 10 m acima do nível das águas, livre das cheias periódicas.
Araça	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, com pouco material, situado no topo da serra, a cerca de 70 m de altura, em relação ao nível do rio, ocupado por um roçado.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	UF	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Araticum	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, recoberto por floresta, cortado por uma estrada, situado junto ao igarapé.
Área de Lazer	Oriximiná	PA	Extensa área de terra preta, à margem do lago, com muito material arqueológico disperso na superfície. Material cerâmico e lítico.
Área Onze	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico em um platô à margem do rio Trombetas, com 21 m de altura em relação ao nível das águas (em novembro), recoberto por floresta densa.
Ascensão	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, situado à margem do lago, com material disperso na superfície e na praia em frente do sítio. Utilizado para cultivos agrícolas.
Barduina I	Oriximiná	PA	Sítio habitação (duração indeterminada). Material cerâmico. Concentração de material arqueológico em meio a um pedral, em um local inundável à margem do rio.
Barduina II	Oriximiná	PA	Concentração de material arqueológico lítico, em um pedral à margem do rio, inundável no "inverno".
Boa Vista	Oriximiná	PA	Extensa área de terra preta, com material arqueológico cerâmico, parcialmente danificada, situada a 85 m de altura em relação ao nível do rio (em junho).
Boca dos Anjos	Oriximiná	PA	Extensa área de terra preta com alta densidade de material arqueológico na superfície. Muito perturbado por cultivos agrícolas. Fragmentos de cerâmica também na praia em frente ao sítio.
Buriti	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico com pouco material, situado à margem do lago, a 5 m de altura em relação ao nível das águas (em junho).
Cachoeira Porteira	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, na margem esquerda do rio Trombetas, a 12 m de altura em relação ao nível das águas (em novembro), praticamente destruído.
Cachoeira São Pedro	Oriximiná	PA	Conjunto de gravuras rupestres em um paredão e em blocos de arenito, à margem do rio, bastante erodidas pelas inundações periódicas.
Caco Velho	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, de terra preta, parcialmente danificado por atividades agrícolas.
Camargo	Oriximiná	PA	Área de terra preta, sem vestígios arqueológicos aparentes, situada à margem do igarapé.
Casa de Risk	Oriximiná	PA	Extensa área de terra preta, com muito material cerâmico e lítico, situada no alto de um barranco, à margem do lago.
Castanhal	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, de terra preta, com muito material arqueológico, recoberto por mata de castanheiras.
Cemitério	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, superficial, com pouco material arqueológico.
Cemitério Acari	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, situado à margem do lago, ocupado por um cemitério atual, totalmente destruído; apresenta grande quantidade de material arqueológico disperso na superfície.
Cobra	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, situado numa ponta de terra elevada, a cerca de 200 metros da margem do igarapé, parcialmente danificado.
Cocal	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, situado à margem do lago. Grande quantidade de fragmentos cerâmicos na superfície do sítio e na praia em frente ao mesmo. Muito utilizado para cultivos agrícolas.
Colônia	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com muito material arqueológico cerâmico, situada à margem do rio, a 6 m acima do nível das águas (em dezembro).
Dique Dez	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, à margem do rio, recoberto por densa capoeira.
Escola	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico compreendendo uma área de terra preta de pequenas dimensões, com pouco material arqueológico e evidências de moradias recentes.
Farinha	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com muito material arqueológico cerâmico, muito revolvida por atividades agrícolas. Situada numa ponta de terra elevada, à margem do igarapé.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	UF	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Fim da Noite	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, situado à margem do rio, totalmente destruído.
Gafanhoto	Oriximiná	PA	Extensa área de terra preta, com muito material arqueológico cerâmico, situada à margem do igarapé, parcialmente ocupada uma plantação de mandioca.
Galinha Assada	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, de pequenas dimensões, muito danificado por atividades agrícolas e moradias.
Gonçalves	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, de terra preta, com pouco material na superfície. Utilizado para cultivos agrícolas.
Hakibono	Oriximiná	PA	Extensa área de terra preta, com muito material arqueológico, danificada por constantes atividades agrícolas e construção de casas. Material cerâmico e lítico.
Igarapé do Moura	Oriximiná	PA	Extensa área de terra preta, com muito material arqueológico, situada à margem do lago, recoberta por capoeira e cultivos agrícolas. Material cerâmico e lítico.
Ilha Caranã	Oriximiná	PA	Área de terra preta com material arqueológico, situada à margem do lago, a 5 m acima do nível do lago (em junho). Material cerâmico e lítico.
Ilha da Raimunda	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico superficial
Ilha do Descanso	Oriximiná	PA	Conjunto de gravuras em diversos blocos de arenito situado na extremidade norte da ilha.
Ilha do Futuro	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, situado no extremo da sul da ilha, muito perturbado por atividades agrícolas.
Ilha Geral	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com material arqueológico cerâmico, situada no extremo sul da ilha.
Inajatuba	Oriximiná	PA	Extensa área de terra preta situada a 9 m de altura em relação ao nível do lago (em junho), com muito material arqueológico, parcialmente danificada. Material cerâmico e lítico.
Inocente	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com poucos vestígios arqueológicos, parcialmente ocupada pelo estacionamento da área de lazer. Material cerâmico.
Jacitara	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com material arqueológico cerâmico, situada a 30 m da margem do rio, recoberta por capoeira.
João Batista	Oriximiná	PA	Conjunto de pinturas rupestres em um paredão rochoso com cerca de 10 m de extensão, à margem do rio, entre 6 e 10 m acima do nível das águas (em dezembro).
Lago do Batata	Oriximiná	PA	Extensa mancha preta, com rico acervo de material cerâmico, zoneado em concentrações e associada a grande número de lascas de sílex.
Lago Jarauacá I	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, com razoável densidade de material. Evidências de antigo roçado, abandonado.
Lago Jarauacá II	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, com pouco material, situado à margem do lago. Totalmente ocupado por um roçado.
Lago Preto	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico totalmente destruído.
Laranjal	Oriximiná	PA	Área de terra preta, parcialmente danificada, situada na margem leste da ilha, com muita cerâmica arqueológica.
Madreiro	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, de pequenas dimensões, com pouco vestígios arqueológicos, situado à margem do igarapé.
Maracajá	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com material arqueológico cerâmico, em um platô com 21 m de altura em relação do rio (em julho).
Maravilha	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico de pequenas dimensões, situado a 1 m de altura em relação ao nível do rio (em julho), com vestígios históricos.
Maria do Carmo	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, parcialmente danificado, com muito material arqueológico disperso na superfície.
Medo da Onça	Oriximiná	PA	Área de terra preta, de pequena extensão, com poucos vestígios arqueológicos. Material cerâmico.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	UF	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Muruci	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com muito material arqueológico, recoberta por capoeira, situada a 11 m de altura em relação ao nível do rio (em julho).
Oficina	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, de pequenas dimensões, com pouco material arqueológico, situado à margem do rio, a 2 m de altura em relação ao nível das águas (em julho).
Oriximiná	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, composto de duas áreas de terra preta, totalmente ocupada pela cidade de Oriximiná.
Paraíso Grande	Oriximiná	PA	Área de terra preta, num platô com 20 m de altura em relação ao nível do rio (em julho), coberta por capoeira, com muito material arqueológico cerâmico.
Paraná da Égua	Oriximiná	PA	Área de terra preta com material arqueológico, em terreno de várzea, a 70 m da margem do Paraná da Égua (em julho)
Patauá	Oriximiná	PA	Área de terra preta, a 14 m de altura em relação ao nível do rio (em julho), recoberta por capoeira, com muito material arqueológico.
Picada	Oriximiná	PA	Compreende uma área de terra preta, de pequenas dimensões, com poucos vestígios arqueológicos, situada à margem do igarapé.
Pimenta	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, com fragmentos dispersos na superfície, situado à margem do lago. Terreno utilizado para cultivos agrícolas.
Ponta da Mafalda	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, com alta densidade de material arqueológico disperso na superfície. Muito material cerâmico também na praia em frente ao sítio.
Ponta do BEC	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, situado ao topo da serra Saracá IV, em uma ponta voltada para o sul, totalmente destruído por trator.
Ponta do Caranã	Oriximiná	PA	Pequena área de terra preta, com pouco material arqueológico, situada em um terraço na margem direita do igarapé.
Ponda do Celeste	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico no topo da serra, em uma ponta voltada para SE, totalmente destruído por trator.
Ponta do Souza	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, com poucos fragmentos dispersos pela superfície. Terreno ocupado por um roçado.
Portão	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, de pequenas dimensões, com pouco material arqueológico.
Prainha	Oriximiná	PA	Área de praia, inundável nos períodos de cheia, apresentando na superfície material cerâmico e lítico.
Queiroz	Oriximiná	PA	Área de terra preta, em um platô com 31 m de altura em relação ao nível do rio (em julho), superfície plana, recoberta por capoeira, com muito material arqueológico.
Raimundo Cabeça Quente	Oriximiná	PA	Área de terra preta de pequenas dimensões, contendo pouco material arqueológico, muito revolvida, situada à margem do igarapé.
Sábia	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, com poucos vestígios arqueológicos, situado em uma colina junto ao igarapé.
Samango	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com material arqueológico, situada a 300 m da margem do rio, a 2 m de altura em relação ao nível das águas (em julho).
Santa Helena	Oriximiná	PA	Área de terra preta com material arqueológico, ocupada por uma fazenda de gado bovino. Na margem do rio, blocos rochosos com afiadores e/ ou polidores.
Santa Maria	Oriximiná	PA	Área de terra preta com vestígios arqueológico, parcialmente danificado, situado à margem do rio, onde funcionava antigo campo de futebol.
Santa Tereza	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, com alta densidade de material, situado no topo de uma serra, a 60 m acima do nível do rio.
Santidade	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com material arqueológico, situada a 40 m da margem do rio, recoberta por densa capoeira.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	UF	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Santo Antônio	Oriximiná	PA	Extensa área de terra preta, com alta densidade de fragmentos de cerâmica na superfície. Terreno utilizado para cultivos agrícolas.
São Braz	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com muitos fragmentos de cerâmica na superfície. Terreno utilizado para cultivos agrícolas.
São Francisco I	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com material arqueológico, recoberta por densa capoeira, situada a 150 m da margem do rio.
São Francisco II	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com material arqueológico, situada a 12 m de altura em relação ao nível do rio (em julho), e a 60 m da margem, recoberta por capoeira.
São Francisco III	Oriximiná	PA	Área de terra preta, situada 7,30 m de altura em relação ao nível do rio (em julho), a 30 m distante da margem, recoberta por capoeira, com muito material arqueológico.
São Francisco IV	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com cerâmica arqueológica, em um platô com 20 m de altura em relação ao nível do rio (em julho), e coberto por capoeira
São João	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, com baixa densidade de material, situado no alto de uma colina, a 30 m acima do nível do rio.
São Pedro	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com muito material arqueológico, localizada a cerca de 100 metros da margem do rio (em julho).
Saracá I	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, totalmente destruído pelas atividades de lavra, situado no topo da serra, na borda de uma ponta voltada para o sul.
Saracá II	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, situado no topo da serra, na borda sul do platô, a cerca de 1,5 km a leste do PA-OR-75: Saracá I.
Serra do Cachoro	Oriximiná	PA	Conjunto de pinturas rupestres com figuras antropomorfas e desenhos abstratos, na base de um paredão rochoso, situado à margem do rio.
Apuí	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, de terra preta, situado à margem do rio a 7 m de altura em relação ao nível das águas (em julho).
Cajuaçu	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, situado à margem do rio, a 7,8 m acima do nível das águas (em julho), com muito material na superfície.
Sítio da Cajueira	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, de pequenas dimensões, situado à margem do rio, com pouco material na superfície.
Sítio do Cordeiro	Oriximiná	PA	Concentração de material cerâmico numa área com cerca de 10 m ² , à margem do rio, a 2m acima do nível das águas (em julho).
Sítio Tapereba	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, situado à margem do rio, a 15 m de altura em relação ao nível das águas (em julho).
Tabuleiro Grande	Oriximiná	PA	Concentração de material arqueológico lítico, em um lageiro que se estende ao longo da margem do rio, inundável no "inverno"
Tajá	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, de pequenas dimensões, com material pré-histórico e histórico, situado a 2 m de altura em relação ao nível do rio (em julho).
Tatu	Oriximiná	PA	Sítio de terra preta, parcialmente danificado, apresentando baixa densidade de material arqueológico.
Terra Preta	Oriximiná	PA	Extensa área de terra preta, paralela à margem do lago, com muito material arqueológico.
Terra Preta II	Oriximiná	PA	Extensa área de terra preta, com grande quantidade de fragmentos de cerâmica na superfície. Terreno utilizado para cultivos agrícolas.
Terra Preta Papai	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, situado em uma colina, com poucos vestígios arqueológicos, parcialmente danificado.
Tiririca	Oriximiná	PA	Extensa área de terra preta com baixa densidade de material arqueológico, situada à margem do lago, muito perturbada.
Tora	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, situado à margem do igarapé. Compreende uma área de terra preta, muito perturbado por atividades agrícolas.
Tracajá	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com material arqueológico, situada em um platô com 24,50 m de altura em relação ao nível do rio (em julho).

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	UF	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Três Ilhinhos	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com muito material cerâmico, localizada à margem esquerda do rio Mapuera, ocupada por cultivos agrícolas.
Trombetas I	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico à céu aberto
Trombetas II	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico à céu aberto
Trombetas III	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico à céu aberto
Tubulação	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, com pouco material arqueológico, parcialmente destruído.
Uarajá	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, de terra preta, com grande quantidade de fragmentos na superfície. Muito utilizado para cultivos agrícolas.
Vaca Gorda	Oriximiná	PA	Sítio cerâmico, situado à margem do lago, apresentando pouco material arqueológico, muito danificado
Veneza I	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com material arqueológico recoberta por capoeira, parcialmente danificada.
Veneza II	Oriximiná	PA	Área de terra preta, com material arqueológico, a 100 m da margem do rio, recoberta por capoeira.

FONTE: Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos - CNSA/IPHAN, 2009.